



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO – ECO
INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA – IBICT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – PPGCI

ANA LIGIA SILVA MEDEIROS

DESCONHECIDA PELA COMUNIDADE E DESPREZADA PELAS AUTORIDADES:
a biblioteca pública no Brasil na opinião de atores políticos e pesquisadores.

RIO DE JANEIRO
2015

ANA LIGIA SILVA MEDEIROS

DESCONHECIDA PELA COMUNIDADE E DESPREZADA PELAS AUTORIDADES:
a biblioteca pública no Brasil na opinião de atores políticos e pesquisadores.

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, convênio entre o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e a Universidade Federal do Rio de Janeiro/Escola de Comunicação, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciência da Informação.

Orientadora: Gilda Olinto

RIO DE JANEIRO
2015

M488p

Medeiros, Ana Ligia Silva

Desconhecida pela comunidade e desprezada pelas autoridades: a biblioteca pública no Brasil na opinião de atores políticos e pesquisadores/ Ana Ligia Silva Medeiros. – Rio de Janeiro, 2015.

175f. il.

Orientadora: Gilda Olinto.

Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação/ Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/ Escola de Comunicação, Rio de Janeiro, 2015.

1. Biblioteca pública. 2. Capital social. 3. Biblioteca e sociedade. 4. Ciência da Informação - Tese. I. Olinto, Gilda (orient.). II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação. II. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - PPGCI. III. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

ANA LIGIA SILVA MEDEIROS

DESCONHECIDA PELA COMUNIDADE E DESPREZADA PELAS AUTORIDADES:
a biblioteca pública no Brasil na opinião de atores políticos e pesquisadores.

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, convênio entre o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e a Universidade Federal do Rio de Janeiro/Escola de Comunicação, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciência da Informação

Aprovada em

Profa. Dra. Gilda Olinto (Orientadora)
Doutora em Comunicação e Cultura (ECO/UFRJ)
PPGCI/IBICT – ECO/UFRJ

Profa. Dra. Lia Calabre de Azevedo (Examinadora externa)
Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF)
Fundação Casa de Rui Barbosa

Prof. Dr. Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda (Examinador externo)
Doutor em Ciência da Informação (UFRJ/IBICT)
Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia (PPGB/UNIRIO)

Prof. Gustavo Silva Saldanha (Examinador interno)
Doutor em Ciência da Informação (UFRJ/IBICT)
PPGCI/IBICT – ECO/UFRJ

Profa. Dra. Mariza Russo (Examinador externo suplente)
Doutora em Engenharia de Produção (COPPE/UFRJ)
Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação
(CBG/FACC/UFRJ)

Profa. Dra. Jacqueline Leta (Examinador interno suplente)
Doutora em Química Biológica Gestão Educação e Difusão em Ciência
PPGCI/IBICT – ECO/UFRJ

DEDICATÓRIA

À Ju, Leo, Livinha e Bê pela paciência de
aguentar minhas crises de insegurança durante
a elaboração deste trabalho.

À Hilda, minha mãe querida (in memoriam).

AGRADECIMENTOS

Quando nos propomos a realizar uma jornada longa e dedicada como a do doutoramento, sabemos que escolhemos também abdicar de muitos momentos de lazer e da companhia de familiares e amigos, aos quais gostaria de dedicar agradecimentos especiais. Desta lista fazem parte também professores, colegas e personalidades entrevistadas sem cujo apoio não seria possível conduzir e consumir este importante ciclo de minha vida. Meus mais profundos agradecimentos, portanto:

À minha orientadora, Gilda Olinto, amiga paciente, que me ensinou muito sobre metodologia e outras matérias.

Aos Profs. Examinadores Lia Calabre, Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda, Mariza Russo, Gustavo Silva Saldanha, Alfredo Tolmasquin, Jacqueline Leta e Elisa Machado pelas contribuições que muito enriqueceram este trabalho.

Aos colegas do PPGCI, IBICT-UFRJ, aqui representados por: Luciene Antoniutti, Jaqueline Barradas e Alegria Bechimol.

Aos meus amigos/as: Amanda Lopez Ares, Cristina Amarante, Ilce Cavalcanti, Evelyse Freire Mendes, Luiza Gama e Stanley Adriell Wallace Berrocal.

Aos colegas da Fundação Casa de Rui Barbosa que suportaram educadamente meus momentos de aflição, sempre incentivando a continuação da jornada: Dilza Bastos, Cláudia Carvalho, Leonardo Cunha, Luziana Jordão, Lúcia Maria Velloso e Ana Pessoa. A Cristina Carvalho pelo estímulo para começar esta jornada.

Aos colegas da Fundação Biblioteca Nacional: Renato Lessa, Myriam Lewin, Maria José Fernandes, Carla Ramos, Anna Naldi e Thyanne Moraes que representaram muito nesta reta final.

A Benicio, meu companheiro de viagem, pelo apoio e compreensão e pelo fato de ter mantido seu bom humor em vários momentos desta jornada.

A minha filha Livia, que acompanhou, com paciência e carinho, todos os momentos desta empreitada, com conselhos sempre pertinentes e temperados de afeto.

À alegria de Juliana e de Leonardo Burity, que amenizaram as tensões ao som de risos e músicas.

A Márcio Burity, o MGaiver, que com eficiência ajudou nesta trajetória. A Marco Antônio Baptista da Silva, por ouvir pacientemente minhas dúvidas. A Hilda, minha mãe, que foi uma das maiores incentivadoras desta jornada, mas que não pôde acompanhar sua finalização.

Aos professores/as do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação do IBICT-UFRJ, em especial Lena Vania Ribeiro Pinheiro, Sarita Albagli e Liz-Rejane Isberner, exemplos de competência em pesquisa durante esta etapa da minha formação acadêmica.

À equipe técnico-administrativa do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação do IBICT-UFRJ, pelo suporte sempre presente.

Aos meus entrevistados que dispuseram de seu precioso tempo (em ordem alfabética) e contribuíram para este trabalho com seus valiosos depoimentos sobre a biblioteca pública no Brasil: Affonso Romano de Sant'Anna, Eduardo Portella, Elizabeth Carvalho, Elizabeth Serra, Emir Suaiden, Galeno Amorim, José Castilho Marques Neto, Luiz Milanesi, Muniz Sodré, Renato Lessa e Silvia Castrillon.

A tantos autores que, apesar da distância física, às vezes distância de séculos, permitiram um diálogo, que só a literatura possibilita.

A todos que contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho, enfim, meu muito obrigada!

EPÍGRAFE

*“Yo soy yo y mi circunstancia”
(Ortega y Gasset, 1935)*

RESUMO

MEDEIROS, Ana Ligia Silva. **Desconhecida pela comunidade e desprezada pelas autoridades:** a biblioteca pública no Brasil na opinião de atores políticos e pesquisadores. Orientadora: Gilda Olinto. Rio de Janeiro, 2015. 175 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2015.

A tese teve como tema central a situação das bibliotecas públicas brasileiras, a partir da visão de atores políticos e pesquisadores que, de alguma forma, estiveram ou ainda estão ligados a estas instituições. Em entrevistas realizadas no período de junho de 2014 a fevereiro de 2015, foram levantadas questões sobre a possível crise institucional na atualidade, o impacto das tecnologias de informação e comunicação (TICs), a situação das bibliotecas brasileiras e sua relação com a comunidade, além das expectativas sobre um Plano específico para a área. Para embasar o levantamento empírico, percorreu-se brevemente a literatura que aborda a história da instituição, revelando como esta tem se adaptado ao contexto, refletindo tempo e espaço, e mudado a visão de sua relação com o seu público, a sua comunidade. Como o tema tem sido tratado na literatura internacional também foi considerado. A literatura apontou para temas que contribuem para um novo entendimento da instituição no uso das TICs, na formação de cidadania e nas relações com a comunidade, neste sentido aparecendo em destaque a ideia de biblioteca pública, como criadora de capital social. Em relação às bibliotecas brasileiras foram abordados o pensamento e a atuação de três intelectuais que refletiram e atuaram na área da biblioteca pública. Foi, também, analisada a evolução das políticas para a área, sendo estas exemplificadas com as boas práticas em bibliotecas públicas. A partir da base oferecida pela literatura foi elaborada a metodologia a ser empregada nas entrevistas. Optou-se pela aplicação de entrevista semiestruturada visando possibilitar aos entrevistados liberdade na formulação das respostas. As opiniões dos entrevistados destacam a má situação das bibliotecas públicas brasileiras, tendo sido oferecido nos depoimentos diversos ângulos para o entendimento da invisibilidade institucional na perspectiva das suas comunidades e do desprestígio político da biblioteca pública brasileira.

Palavras-chave: Biblioteca Pública. Cidadania. Comunidade. Capital social. Política de Biblioteca Pública.

ABSTRACT

MEDEIROS, Ana Ligia Silva. **Desconhecida pela comunidade e desprezada pelas autoridades:** a biblioteca pública no Brasil na opinião de atores políticos e pesquisadores. Orientadora: Gilda Olinto. Rio de Janeiro, 2015. 175 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2015.

The thesis was focused on the situation of Brazilian public libraries, from the perspective of political actors and researchers who, in some way, were or are still connected to these institutions. In interviews performed from June 2014 to February 2015, questions were raised about the possible institutional crisis today, the impact of information and communication technologies (ICTs), the situation of Brazilian libraries and their relationship with the community, as well as expectations on a specific plan for the area. To support the empirical survey, it toured briefly the literature addressing the institution's history, showing how it has always been adapted to its context, and the view of its relationship with its audience, its community, has also changed. The literature pointed to issues that contribute to a new understanding of the institution in the use of ICTs in the formation of citizenship and relations with the community, to that effect appearing highlighted the idea of public library, as creator of social capital. Regarding the Brazilian libraries, the thought and action of three outstanding intellectuals who reflected and acted in the public library area were considered. The development of policies for the area was also analyzed, and illustrated with good practice in public libraries. The methodology adopted was semi-structured interviews aiming to allow respondents freedom in formulating the answers. The opinions of respondents highlight the plight of Brazilian public libraries, and offer different angles to understand the institutional invisibility and its lack of prestige.

Palavras-chave: Public library. Citizenship. Community. Social Capital. Public Library Policy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1	Informações para imigrantes - Seattle Public Library	35
FIGURA 2	Site da Biblioteca de Seattle escrito em várias línguas	35
FIGURA 3	Site do setor James C. Hormel Gay & Lesbian Center	36
FIGURA 4	CIEP, desenho de Oscar Niemeyer. A biblioteca é o octógono fora do corpo da escola.	58
FIGURA 5	Capa do Jornal do Brasil	85
FIGURA 6	Artigo sobre a Biblioteca do Estado do Rio de Janeiro	86

LISTA DE SIGLAS

ALA	American Library Association
BPS	Biblioteca São Paulo
CBL	Câmara Brasileira do Livro
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
CERLAL	Centro Regional para Fomento do Livro na América Latina e Caribe
CGLL	Coordenadoria-Geral do Livro e da Leitura
CIEP	Centro Integrado de Educação e Cultura
CNRC	Centro Nacional de Referência Cultural
CNC	Conferência Nacional de Cultura
CPC	Centros Populares de Cultura
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
DDC	Departamento de Documentação e Cultura
DLLL	Departamento do Livro Leitura Literatura e Bibliotecas
DPLA	Digital Public Library of America
ECO	Escola de Comunicação
FICART	Fundo de Investimento Cultural ou Artístico
FNC	Fundo Nacional de Cultura
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFLA	Internacional Federation of Library Association and Institutions
INL	Instituto Nacional do Livro
MEC	Ministério da Educação
MinC	Ministério da Cultura
OEI	Organização dos Estados Ibero-americanos
PAC	Plano de Ação Cultural
PAC	Plano de Aceleração do Crescimento
PLACE	Public Libraries – Arenas for Citizenship
PND	Planos Nacionais de Desenvolvimento
PNLB	Plano Nacional de Leitura e Biblioteca
PNLL	Plano Nacional do Livro e Leitura
PROLER	Programa Nacional de Incentivo à Leitura
PRONAC	Programa Nacional de Apoio à Cultura

SNBP	Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas
SNEL	Sindicato Nacional de Editores de Livros
SNIIC	Sistema de Informação e Indicadores Culturais
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNB	Universidade de Brasília
UNE	União dos Estudantes do Brasil
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2	BIBLIOTECA PÚBLICA ABRINDO-SE AO CIDADÃO E À COMUNIDADE: TEMAS E EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS	21
2.1	BIBLIOTECA E PÚBLICO EM PERSPECTIVA HISTÓRICA	22
2.2	TEMAS E TENDÊNCIAS ATUAIS	30
2.3	ALGUMAS EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS	48
3	BIBLIOTECA PÚBLICA NO BRASIL E A IDA AO POVO	52
3.1	OS INTELECTUAIS E AS BIBLIOTECAS PÚBLICAS	52
3.2	BIBLIOTECA PÚBLICA NA LITERATURA DE BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO BRASILEIRAS	60
3.3	AS POLÍTICAS E AS PRÁTICAS	65
4	PENSANDO A BIBLIOTECA PÚBLICA: METODOLOGIA UTILIZADA NA ELABORAÇÃO E ANÁLISE DE ENTREVISTAS COM ATORES POLÍTICOS E PESQUISADORES	86
5	A BIBLIOTECA PÚBLICA NO MUNDO ATUAL: SUPERADA OU REINVENTADA?	92
5.1	PERDA DE FUNÇÃO OU NOVO VIGOR DAS RELAÇÕES COM A COMUNIDADE?	92
5.2	TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO: CULPADAS OU ALIADAS?	98
6	A BIBLIOTECA PÚBLICA BRASILEIRA, ESTA INSTITUIÇÃO DESPRESADA E DESCONHECIDA	105
6.1	SITUAÇÃO DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS	105
6.2	COMO TEM SE DESENVOLVIDO A RELAÇÃO BIBLIOTECA-COMUNIDADE	115
6.3	BIBLIOTECA PÚBLICA, EDUCAÇÃO E HÁBITO DE LEITURA	123
7	REFLEXÕES VIVÊNCIAS E PLANOS PARA A BIBLIOTECA PÚBLICA NO BRASIL	133
7.1	REFLEXÕES E EXPERIÊNCIAS	133
7.2	POLÍTICAS, PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS	142
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONCLUSÕES	150
	REFERÊNCIAS	160
	ANEXO	174

1 INTRODUÇÃO

“Mas, e eu? Vou poder entrar?” Foi esta a pergunta feita por uma senhora humilde, à porta da Biblioteca Pública do Estado do Rio de Janeiro, ao ser interpelada por uma funcionária que a viu, parada, com os olhos curiosos voltados para dentro da instituição.

Esta e muitas outras histórias similares que acontecem, frequentemente, com pessoas que trabalham em bibliotecas públicas, ensejam uma série de indagações, começando pela mais simples: por que a biblioteca pública, uma das instituições mais democráticas da sociedade, ainda não é, no Brasil, uma instituição conhecida e assimilada pela população?

A pergunta, aparentemente simples, está permeada por uma série de questões que foram estudadas nessa tese, cuja análise assentou-se também na experiência de duas décadas em que passei trabalhando e observando este tipo de biblioteca, tema, inclusive, de minha dissertação de mestrado intitulada *Biblioteca e cidadania* (1992). Estive também à frente da Superintendência de Bibliotecas do Estado do Rio de Janeiro e da Biblioteca Pública Estadual, denominada hoje Biblioteca Parque, coordenando a construção de novo prédio, em 1986, e participando da reforma atual, tanto na concepção quanto no estabelecimento do projeto técnico. Sob minha coordenação foi ainda criado o Sistema Estadual de Bibliotecas do Estado do Rio de Janeiro e a rede de biblioteca dos Centros Integrados de Educação e Cultura/ CIEP, composta por mais de 400 bibliotecas, sob a direção de Darcy Ribeiro. Assim, ao me propor a responder a uma questão acadêmica, respondia também a indagações pessoais e profissionais, que me perseguiram durante anos. Este trabalho me proporcionou uma travessia curiosa e instigante, pois exigiu obediência ao rigor técnico, característico de todo trabalho científico, porém sem abandonar o sentimento mais profundo assentado pela experiência.

A biblioteca pública, tradicionalmente, é a instituição que abriga a todos, sem nenhum tipo de restrição ou discriminação, conforme o *Manifesto da IFLA/UNESCO sobre Bibliotecas Públicas* (1994), documento considerado basilar para a área e aceito em bom número de países. Segundo esse *Manifesto*, a biblioteca pública é a

porta de acesso local ao conhecimento, tendo como premissa o oferecimento com base na igualdade de acesso a todos, sem distinção de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou condição social. (UNESCO, 1994, p.1).

Em muitos países, a biblioteca pública é considerada uma instituição basilar para a democracia, pois seus aspectos universalistas possibilitam o acesso de todos ao bem mais precioso da humanidade, que é o conhecimento. Esta instituição tem seu papel social definido na estrutura da sociedade organizada, sendo o serviço público responsável pelo fornecimento

gratuito de informações para todos os cidadãos. Deste modo, cada país organiza a estrutura de bibliotecas públicas em consonância com as políticas econômicas e sociais.

No Brasil, as bibliotecas públicas são as instituições culturais mais presentes nos 5.570 municípios, segundo o IBGE/MUNIC (2012). São encontradas em 97% dos municípios, enquanto os museus alcançam 25%, os teatros, 22,4% e os cinemas 10,7%.

Porém, paradoxalmente, esta presença não se concretiza em uma instituição reconhecida e frequentada por boa parte dos munícipes. A pesquisa *Retratos da leitura no Brasil* (2008) mostra que 66% dos entrevistados responderam não conhecer a biblioteca no bairro ou na cidade, sendo que apenas 10% dos entrevistados responderam que frequentavam assiduamente a biblioteca pública. Ao se perguntar a razão porque não frequentavam a biblioteca, a resposta foi: “porque não estão estudando” (RETRATOS, 2008, p. 56)

Em edição mais recente e atualizada de *Retratos da leitura no Brasil*, em 2012, o percentual de frequentadores das bibliotecas públicas aumentou para 25% da população brasileira. Porém, estas instituições continuam a ser identificadas, sobretudo, como um espaço para a realização de atividades escolares, e não como uma instituição que oferece, ou pode oferecer, acervo e atividades diversificadas visando, através da leitura e da informação, contribuir para a formação das pessoas e das comunidades. Seu objetivo é segundo a definição, por tipo de biblioteca, do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) divulgada no portal institucional:

[...] atender por meio do seu acervo e de seus serviços, os diferentes interesses de leitura e informação da comunidade em que está localizada, colaborando para ampliar o acesso à informação, à leitura e ao livro, de forma gratuita. Atender a todos os públicos, bebês, crianças, jovens, adultos, pessoas da melhor idade e pessoas com necessidades especiais e segue os preceitos estabelecidos no *Manifesto da IFLA/Unesco sobre Bibliotecas Públicas*. É considerada equipamento cultural e, portanto, está no âmbito das políticas públicas do Ministério da Cultura (MinC). Em sua maioria é criada e mantida pelo Estado (município, estado ou federação) (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2012)

Experiências internacionais e algumas nacionais mostram que a biblioteca pública pode acompanhar a pessoa, do nascimento à idade mais provelta, através de serviços presenciais ou à distância. Porém grande parte das bibliotecas brasileiras permanece distante da sua comunidade local, sendo pouco acolhedora, como revelam comentários semelhantes ao utilizado aqui na abertura desta introdução.

Neste panorama nada favorável às bibliotecas públicas brasileiras, acrescente-se um momento de crise pelo qual atravessam estas instituições, mesmo em países com uma forte tradição na valorização desta instituição. A política, a economia e a organização social vêm

enfrentando uma série de impactos que exigem novas respostas. A economia globalizada espalhou a crise por todos os países, em cenários e doses diferentes, mas com deflagradores similares. Em paralelo, e com profunda ligação, há também a crise derivada do uso intensificado das Tecnologias de Informação e Comunicação/TIC.

Enfim, a biblioteca pública encontra-se em muitos países redefinindo sua atuação, visando a superar as dificuldades que atravessa. Muitos textos apontam para saídas positivas, para as quais alguns temas sobressaem como: uso das TIC, cidadania, comunidade e capital social.

No Brasil, onde o papel da biblioteca pública nunca foi totalmente assimilado pelas autoridades e pelo público em geral, muitas pessoas também chegam a questionar a sua real necessidade, como no artigo *Dê adeus às bibliotecas*, de Giron (2012). Dada a sua invisibilidade institucional, se torna difícil avaliar o impacto decorrente das demandas de uma nova sociedade que vem sendo gestada com a implementação de novas tecnologias e outros fatores de ordem cultural.

Neste sentido, o problema central da tese é o potencial das bibliotecas públicas brasileiras, visando à obtenção de subsídios para entender as razões do seu fraco desempenho no país, conforme já analisado por vários autores que serão mencionados ao longo do trabalho. Para tal, traçamos como principal objetivo a identificação das visões da biblioteca pública, explorando especificamente as ideias sobre a relação entre biblioteca e sociedade.

Diante das dificuldades das bibliotecas públicas brasileiras, que são um problema de longo prazo, mas acrescido de uma ideia atual de crise geral da instituição, e motivada por experiência pessoal, na coordenação da Biblioteca Estadual do Rio de Janeiro durante 18 anos, neste trabalho abordo o tema da biblioteca pública inicialmente analisando como a literatura clássica, as experiências internacionais, os intelectuais brasileiros e as políticas públicas têm abordado e enfatizado o que Mário de Andrade denomina de “ida ao povo”. Como estudo empírico foram realizadas entrevistas com atores políticos e pensadores que vivenciaram e/ou produziram trabalhos sobre o tema.

Foram levantadas algumas perguntas de pesquisa que guiaram a elaboração e análise das entrevistas:

- A biblioteca pública é vista atualmente como uma instituição em crise?
- As tecnologias de informação e comunicação (TIC) são vistas como um recurso positivo ou uma ameaça às bibliotecas públicas? Quais as perspectivas de contribuição das TIC para a biblioteca pública?

- Como é avaliada a experiência brasileira, especialmente na relação da biblioteca com a comunidade e no desenvolvimento do hábito de leitura?
- Que propostas são feitas por estes atores e pesquisadores com relação a políticas de bibliotecas públicas para o país?

Diante destas questões, a presente tese divide-se em oito capítulos, compreendendo inicialmente aspectos da visão histórica e internacional, seguindo com as ideias, práticas e políticas que caracterizam a biblioteca brasileira e culminando com as opiniões sobre a situação atual e perspectivas da biblioteca pública brasileira na opinião dos grupo de entrevistados selecionados.

Após esta introdução, o segundo capítulo é dedicado à análise da literatura internacional sobre a democratização da biblioteca pública e visa a oferecer um quadro da trajetória institucional e seu papel frente à sociedade. Abordam-se, neste capítulo, as ideias mais relevantes para o entendimento da biblioteca pública dentro de uma perspectiva histórica, mostrando como a função social muda conforme o tempo. Seguem-se os temas que surgem ou se fortalecem nos estudos sobre biblioteca pública, tendo em vista a superação de problemas inerentes ao tempo atual. Pretende-se mostrar o contexto no qual a biblioteca se move e evolui, bem como o que representou e representa para a sociedade. Por último, são relatadas algumas experiências internacionais.

O capítulo seguinte focaliza nossa realidade, com um breve panorama da situação tanto no plano de ideias quanto na prática. Para tal, recorre-se às ideias de intelectuais que nos legaram suas reflexões sobre as bibliotecas públicas no país. Seguem-se as principais visões sobre esta instituição na literatura especializada em Biblioteconomia e Ciência da Informação no Brasil. Inclui-se, ainda, um tópico contendo subsídios para entender a prática das bibliotecas públicas no Brasil. Encontram-se arroladas aí as políticas para a área e o exemplo de boas práticas de bibliotecas que incorporam as tendências atuais no desenvolvimento dessas instituições.

Aspectos metodológicos adotados na elaboração, na aplicação e na análise de entrevistas com atores políticos e pesquisadores são abordados no próximo capítulo. Explicitam-se os critérios adotados na seleção dos entrevistados, que são atores ou pesquisadores de destaque no campo da cultura e da biblioteca pública; sobre a questão da importância da biblioteca pública para a sociedade, a partir das questões apresentadas nos três capítulos anteriores. Foram entrevistados um diretor e quatro ex-diretores da Fundação Biblioteca Nacional, instituição responsável, até 2014, pelo Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, e seis pesquisadores de renome com experiência neste tipo de bibliotecas.

Os três capítulos seguintes dizem respeito à análise das entrevistas tendo como focos principais, os temas expostos nos três capítulos anteriores. São eles: a biblioteca no mundo atual, superada ou reinventada; a biblioteca pública brasileira, esta instituição desprezada e desconhecida, e reflexões, vivências e planos para a renovação da biblioteca pública no Brasil.

Finalmente, são apresentadas as conclusões finais, com os subsídios para responder às indagações propostas, tanto do passado, do presente e do futuro, acompanhadas de sugestões para promover um melhor desempenho das bibliotecas públicas no Brasil.

Enfim, esta tese pretende obter subsídios para que, caso se encontre de novo aquela senhora citada no primeiro parágrafo, parada à porta da instituição e sem saber se a biblioteca acolheria uma pessoa de sua classe social, seja possível, dentro de uma perspectiva fundamentada na história e na atuação mundial da instituição, dar a seguinte resposta: “Entre, a casa é sua”.

2 BIBLIOTECA PÚBLICA ABRINDO-SE AO CIDADÃO E À COMUNIDADE: TEMAS E EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS

Este capítulo constitui breve introdução à biblioteca pública, entendida como uma instituição dentro do seu tempo e da sociedade em que está inserida. Inicia-se o capítulo com a apresentação da literatura que aborda o tema da biblioteca pública em perspectiva histórica, destacando-se as iniciativas que ao longo do tempo foram garantindo a abertura da biblioteca ao público em geral e valorizando o seu aspecto social. Privilegiam-se, aqui, as ideias de autores que enfatizaram a abertura da biblioteca pública e sua importância para a formação da sociedade, de forma ampla.

Em seguida vêm relacionados os temas que marcam atualmente a ação das bibliotecas públicas, incluindo um breve panorama do contexto atual, incluindo a ideia bastante generalizada de crise das bibliotecas, e as propostas de sua superação, ambas relacionadas à intensificação do uso das TIC na sociedade. O fortalecimento da biblioteca como instituição que promove cidadania, ao estreitamento dos laços com a comunidade e à aplicação do conceito do capital social no contexto da biblioteca pública, pré-requisitos para a superação da crise, são aspectos aqui também analisados.

Finalmente, enfocam-se algumas experiências internacionais que consolidam o exposto neste capítulo. As experiências estão divididas em anglo-saxônicas, nórdicas e latino-americanas.

2.1 BIBLIOTECA PARA O PÚBLICO EM PERSPECTIVA HISTÓRICA

A literatura sobre biblioteca no exterior é bastante expressiva. Diversos estudiosos do tema têm se debruçado sobre o tópico relativo ao acesso restrito ou amplo, privado ou público das bibliotecas tais como Darnton e Chartier. Bibliotecas fechadas de reis e príncipes, de monges e sacerdotes, ou bibliotecas abertas para o cidadão. A história da biblioteca mostra que houve ciclos de abertura e fechamento, de privilégios ou democratização. A seguir, um resumo desse fluxo, que não é linear, pois expressa os movimentos da sociedade.

Pode-se constatar a relevância da biblioteca pública, como tema de pesquisa, na consagrada revisão bibliográfica sobre biblioteca e sociedade elaborada por Suzana Mueller, em 1984. Nela, a autora aponta para a predominância de autores ingleses e americanos, destacando a função social das bibliotecas. Segundo Mueller, “a frequência com que a

biblioteca pública ocorre nestes escritos é facilmente compreensível quando se considera a natureza destas bibliotecas e a complexidade de sua função social” (MUELLER, 1984, p. 8).

O papel social da instituição é central para o entendimento tanto da teoria quanto da prática para este campo de estudo. A autora ressalta, ainda, que a biblioteca pública é fruto de sua época. Assim, ao estudá-la, precisamos entender o contexto em que ela se insere.

Se considerar o termo *público* de forma antagônica ao *privado*, a biblioteca pública já teria existido há muitos séculos, conforme Canfora (2000, p.7). Embora, nenhuma biblioteca da Antiguidade tenha chegado até os nossos dias, há indícios de que já existiam bibliotecas públicas na época, conforme mostra a inscrição localizada nas ruínas de uma biblioteca ateniense. Tal inscrição avisa aos usuários que “é proibido levar obras da biblioteca”, e que ela fica aberta ao público “da primeira à sexta hora”. (MANGUEL, 2006, p. 8).

Mas segundo Matthew Battles (2003, p. 51), as bibliotecas romanas, e não as gregas, são o mais próximo do que conhecemos como biblioteca pública, ou, nas palavras do autor, “a coisa mais próxima de uma instituição cultural oficial” (p.54). Os imperadores não se limitavam a fazer grandiosas bibliotecas em palácios e templos, mas “também as ofereciam ao povo de Roma” (BATTLES, p.52). Roma possuía bibliotecas em suas termas, que eram espaços públicos, onde além dos banhos se encontravam jardins, estádios e livros, apontando assim o uso da biblioteca como espaço de lazer para os patrícios. Pode-se deduzir daí uma função da leitura como lazer. Além disso, no Império Romano, havia uma grande rede de bibliotecas públicas cobrindo da capital até as menores cidades provincianas. Os romanos ofereciam empréstimo de livros e introduziram dois salões de leitura em suas construções, um para obras romanas e outro para as gregas.

A Europa medieval atravessou um período restritivo na sociedade, e, como consequência das bibliotecas abertas ao público. Abandonou-se a cultura greco-romana, incluindo suas bibliotecas. As bibliotecas, então, já não eram públicas: fechavam-se nos mosteiros. Obras da literatura consideradas profanas foram eliminadas e as bibliotecas passaram a ser, segundo Martins (1996, p.82): monacais, de universidade e particulares.

O romance *O nome da rosa*, de Umberto Eco, retrata o pensamento da época em que a leitura poderia ser considerada um ato de perigo à ordem vigente. É impossível homogeneizar este período, pois embora tenha sido um processo longo, foi nele que se foi construindo uma base para o ressurgimento das bibliotecas abertas ao público.

O advento da Imprensa, com a utilização dos tipos móveis, por Gutenberg, em meados do século XV, modificou radicalmente a sociedade. A circulação de obras gerou a circulação de idéias colocando a sociedade em um movimento de novos conceitos e instituições. A

biblioteca ganhou novos ares, refletindo a nova sociedade surgente. Os livros, também, ganharam formato mais amigável e surgiram os primeiros periódicos, nos séculos seguintes. E as bibliotecas floresceram e paulatinamente se abriram para a população. Uma das mais antigas obras que aborda a importância da abertura das bibliotecas para todos foi *Advis pour dresser une bibliothèque*, de Gabriel Naude, publicada em 1627.

A partir da Renascença, com a proliferação do livro impresso, surgiram bibliotecas públicas em diversos países europeus. Foi na Inglaterra, porém, que estas experiências ganharam densidade, com o estabelecimento das bibliotecas de empréstimo e das bibliotecas circulantes, já no século XVIII. Nos séculos seguintes, estas instituições foram se fortalecendo, até que em 1850 foi promulgada a Lei para as Bibliotecas Públicas, fomentando ainda mais o seu desempenho (ENCYCLOPEDIA..., 1978, p 269).

É interessante notar que as bibliotecas públicas surgiram, nos Estados Unidos, com uma forte ligação com a comunidade, característica que perdura até hoje. (MORAES, 1983, p.24). Em revisão bibliográfica sobre as bibliotecas públicas, a American Library Association (ALA) data de meados do Século XIX as origens da instituição. Segundo a ALA, surgiram três tipos de bibliotecas típicas no período: as bibliotecas paroquiais de Thomas Bray, as bibliotecas sociais e as bibliotecas dedicadas a grupos de pessoas ou com fins específicos. (AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION, [19].

Thomas Bray, pastor escocês, implantou bibliotecas nas paróquias da Escócia e da Inglaterra e, em viagem de catequese na colônia americana, instalou as primeiras bibliotecas em Maryland. Quanto às bibliotecas dirigidas a grupos específicos, estas atendiam às escolas e aos distritos. Já as bibliotecas sociais, consideradas como o embrião da biblioteca pública moderna, ofereciam serviços como o empréstimo de livros e sala de leitura. Para seu uso, era necessário pagar uma taxa.

O movimento de bibliotecas de cunho social foi iniciado por Benjamin Franklin e seu grupo, chamado *Junto*. Em 1731, instalaram a *Library Company of Philadelphia*, considerada a mãe das bibliotecas sociais americanas (ENCYCLOPEDIA, 1978, p.273). A partir daí, as bibliotecas vão se consolidando até se concretizar a Lei de Bibliotecas Públicas, em 1850, poucos meses depois da criação da lei inglesa. As bibliotecas públicas eram até então doadas por mecenas ou pagas por subscrição, passando a partir daí a ser uma obrigação do Estado, uma das características do conceito atual destas instituições.

Para Shera (1949), os séculos XVII e XVIII caracterizaram-se pelo desenvolvimento das bibliotecas públicas, tendo como objetivo “promover a igualdade de oportunidades educacionais, avançar na investigação científica, salvar a juventude dos males da falta de lazer

e promover o avanço profissional dos trabalhadores”. (Shera, 1949, p. 247). Estes ideais teriam fortalecido, segundo Shera, uma visão democrática das bibliotecas públicas americanas.

As bibliotecas públicas, dentro do conceito atual, surgiram no caldo das grandes revoluções do século XVIII (americana e francesa), que exigiram uma nova organização do Estado. Mas, segundo o filósofo espanhol Ortega y Gasset (2005), é só a partir do século XIX que a cultura passa a ser uma questão de Estado. O Estado oficializa as ciências e as letras, reconhece a biblioteca como função pública e essencial organismo político e social. A cultura, a leitura e o livro, bem como os investimentos em educação e a inclusão de massas, passam a ser uma atribuição imprescindível do Estado.

Chegamos, então, no processo da história, no processo de vida europeia, a fase em que o livro tornou-se uma necessidade absoluta. Sem a ciência, sem técnicas, as sociedades não poderiam mais sobreviver com densas populações e com alto nível de vida. Muito menos poderiam viver moralmente, sem um grande repertório de ideias. A única vaga possibilidade de que a democracia poderia se tornar efetiva seria a custa de enormes doses de cultura, tornando-se real, introjetada em cada homem, e não apenas recebida, ouvida ou lida. (ORTEGA Y GASSET, 2005, p. 31).

A discussão sobre a educação pública se tornou uma das questões mais relevantes para a sociedade. Melvin Dewey, bibliotecário famoso pela criação da Classificação Decimal de Dewey, defende a inclusão das bibliotecas públicas como apoio a educação. Visão que em parte permanece até hoje.

Chartier fornece um importante depoimento sobre a distinção do que chama a “idade de ouro” das bibliotecas anglo-saxônicas, em contrapartida à experiência francesa. Segundo o autor, a biblioteca americana surgiu já como uma instituição central na comunidade urbana enquanto as bibliotecas públicas francesas nasceram de forma mais hierarquizadas.

A *public library* nos Estados Unidos, com suas raízes inglesas do Século XVIII, era, no século XIX, uma instituição central da comunidade urbana, e seus fortes vestígios podem ser vistos em todas as grandes cidades americanas. A New York Public Library é tão importante quanto a Biblioteca do Congresso ou a de Harvard. Uma explicação simplificada consiste em relacionar esta instituição com uma cultura protestante do livro. Sem dúvida isto conta, mas não explica tudo, Talvez ela esteja ligada à intensidade da cultura comunitária. Esta última se fortaleceu nas sociedades de leitura, nas subscription libraries ou nos book clubs. São bibliotecas montadas por indivíduos que se reúnem para cotizar, comprar livros a fim de construir uma biblioteca ou revender as obras ao cabo de um ano, como nos books clubs.

Esta forte cultura comunitária, que se moldou no interior dos diferentes protestantismos, ingleses ou americanos, jamais existiu na sociedade francesa: esta sempre teve uma estrutura mais vertical, mais hierárquica, em

que o peso da autoridade é mais forte do que a iniciativa coletiva. (CHARTIER, 1998, p.122).

Pensadores como Chartier consideravam que no mesmo período em que nos Estados Unidos as bibliotecas públicas se desenvolviam, na França, segundo ele, “as bibliotecas ficavam entreabertas, empoeiradas; eram enfim depósitos inertes. Esta situação só muda apenas após a primeira Guerra Mundial, com a adoção do modelo americano” (CHARTIER, 1998, p.123).

Nos Estados Unidos, no final do século XIX, as discussões sobre o papel das bibliotecas públicas se aprofundaram, adicionando-se a essas instituições cultura e informação, assim como a necessidade do estreitamento dos laços com a comunidade. Já no começo do século XX, ampliara-se o papel educacional das bibliotecas públicas. Herbert Putnam, bibliotecário-chefe da Biblioteca do Congresso, em uma polêmica sobre a função da biblioteca pública, destacou a importância da sua visão educacional acrescentando, porém, a questão da comunidade. Segundo ele “a biblioteca pública lida não apenas com estudantes se preparando para a vida, mas com homens e mulheres vivendo suas vidas” (PUTNAM apud MUELLER, 1984, p.15).

Esse foi um período rico para a formulação das bases teóricas das bibliotecas públicas, provocando muitas discussões. Cabe citar a importância da Escola de Chicago que, entre 1930 e 1960, desenvolveu uma visão social das bibliotecas públicas sendo considerada como um referencial para os pesquisadores de bibliotecas.

Além dos anglo-saxões, há em muitos países autores que produzem importantes visões sobre bibliotecas públicas. Na França, encontra-se boa quantidade de material a respeito. Além das pesquisas de Chartier, já citado, cabe ressaltar o documento *La Biblioteca Pública y su misión* (1961), de Andre Maurois, publicado pela UNESCO e considerado um clássico, e no qual destaca o papel da biblioteca pública para a comunidade. Para ele “a biblioteca pública coloca à disposição dos membros da comunidade diversos meios para informar-se, aprofundar sua cultura e distrair-se”. (MAUROIS, 1963, p.10).

Cabe, ainda, lembrar a experiência do filósofo e bibliotecário Ranganathan, criador das Cinco Leis da Biblioteconomia e defensor da criação de bibliotecas públicas na Índia. Ele pretendeu implantar um novo conceito de biblioteca pública, aberta a todas as pessoas, e para tal escreveu e participou na elaboração de legislação sobre o tema. Ranganathan morou por um período na Inglaterra, encantando-se com as bibliotecas públicas britânicas e idealizando um sistema de bibliotecas similar para a Índia, chegando a implantar diversas delas em seu país. Em 1950, publica um precioso plano para as bibliotecas indianas.

Um fato curioso, relatado por Garfield (1984, p. 42), diz respeito às ações de leitura desenvolvidas por Ranganathan nos presídios onde se encontravam insurgentes contra a colonização inglesa. Os livros emprestados pela biblioteca estimularam ainda mais o sentimento nacionalista e de revolta dos presos, contribuindo provavelmente na luta contra o domínio britânico. Libertados do julgo do imperialismo inglês, estes presidiários se tornaram homens influentes que ajudaram a consolidar o projeto de bibliotecas proposto por Ranganathan.

Da Espanha, pode-se citar novamente o filósofo Ortega y Gasset, que, num viés humanista, profere o discurso inaugural do Congresso Internacional de Bibliotecários, em 1935. Publicado com o título *A missão dos bibliotecários*, seu pronunciamento transformou-se num texto clássico, com diversas reedições. Neste documento, Ortega y Gasset analisa a importância da instituição, considerando o papel do bibliotecário, na sua expressão, como o filtro que se interpõe entre a torrente de livros e o homem. (Ortega y Gasset, 2005, p.44)

Na década de 50 e 60, do Século XX, as bibliotecas americanas e inglesas passam por um momento delicado, de poucos usuários, segundo Lemos (1995). A insatisfação com a instituição também ocorre na França, onde é vista como um serviço voltado para a elite; durante as manifestações estudantis de Paris, em 1968, o slogan “Fogo à biblioteca” era pichado nos muros.

Como resposta ao descompasso institucional aprofundam-se os estudos sobre a relação da biblioteca com a comunidade, a partir da década de 70 do século XX. Além desse tema, as discussões foram enriquecidas com as questões de cultura e lazer, da mediação de leitura e do seu alcance às populações menos favorecidas. Para Shera (1973), a biblioteca, em especial as públicas, deveriam voltar-se para os menos privilegiados.

[...] nas tendências atuais na biblioteconomia, há a consciência crescente de que a biblioteca, especialmente a pública, tem a obrigação de ser relevante para as necessidades sociais de hoje, utilizando-se do jargão dos jovens ativistas, e estender seus serviços para os mais desfavorecidos e para as minorias rejeitadas. (SHERA, 1973, p.)

Dissemina-se a “inclusão das atividades de informação comunitárias nas bibliotecas inglesas” (LEMOS, 1995, p.9) e depois em outros países. Surgem também, na década de 70, grandes bibliotecas, com oferta similar a um centro cultural, principalmente nas capitais europeias. Porém, na periferia a necessidade era “de um centro de informação comunitária, com espaço para reuniões e um ‘mercado’ para trocas de informação” (LEMOS, 1995, p. 9).

A proposta do serviço de informação comunitária nas bibliotecas surgiu no bojo de um amplo movimento contestatório e de busca de uma nova função para a biblioteca pública (LEMOS, 1995, p.9).

É dessa época a inauguração da *Bibliothèque Publique d'Information*, do Centro Georges Pompidou, em Paris, marco na biblioteconomia mundial. Sua arquitetura moderna baseada no bem estar do leitor e seu conceito de incentivo à prática cultural inspirou várias bibliotecas mundo afora, inclusive no Brasil, como veremos adiante (BARBIER-BOUVET; POULAIN, 1986)

Porém, nova crise se abateu sobre as bibliotecas públicas no final do Século XX e na primeira década do Século XXI, provenientes de diversos deflagradores. O primeiro foi a intensificação dos usos das tecnologias de informação e comunicação (TICs), que tem suscitado o questionamento da continuidade da instituição. Questiona-se o seu papel num mundo totalmente digital, sem livros físicos. O usuário, acostumado com a rapidez da Internet, tenderia a considerar a biblioteca pública ultrapassada.

Outro ponto de ordem econômica tem sido a crise que se abateu nos países desenvolvidos, nos primeiros anos do terceiro milênio. Um dos países que mais se ressentiu com este tipo de crise foram os Estados Unidos, de forte tradição em bibliotecas públicas. As instituições encontram-se ameaçadas com a redução de pessoal, de atividades, de horário de atendimento ou até mesmo com o fechamento de bibliotecas municipais e seus ramais.

Os cortes, porém, não têm sido assimilados passivamente nem pelos bibliotecários nem pela comunidade, que se mobilizam em defesa da biblioteca. A mobilização é articulada rapidamente tanto pelos órgãos de classe quanto pela comunidade, favorecida pela agilidade de transmissão das TIC.

O blog “Libraries in crisis”, editado pelo *The Huffington Post*, traz opiniões e artigos sobre a situação americana. Defende a biblioteca como “um bem público essencial” que, ao lado dos parques públicos e museus, é aberta a todos, não tem conotação comercial, representando uma importante porta de acesso ao lazer e à cultura”.

Os países europeus também enfrentam sérios cortes nas bibliotecas. Na Inglaterra, por exemplo, houve um corte de 200 bibliotecas, em 2012. Hoje pode-se encontrar, na internet, diversos blogs em defesa das bibliotecas. Ao mesmo tempo, e paradoxalmente, aparece a notícia de que foi inaugurada, em 2013, em Birmingham, Inglaterra, uma das maiores bibliotecas públicas da Europa, ocupando 29 mil metros quadrados e oferecendo, inclusive, jardins para que as pessoas possam ler à sombra de árvores frutíferas. O ministro da Cultura inglês, Ed Vaizey, em seu discurso na cerimônia de inauguração, deixa claro a nova

concepção de bibliotecas públicas, em que a existência de um espaço acolhedor à comunidade e o uso da tecnologia para o público são enfatizados.

Você precisa de livros em seu coração, mas você também precisa entender que os livros são apenas parte de um quadro mais amplo. Você precisa de espaço, da comunidade, você precisa de tecnologia, você precisa de todos os tipos de coisas, você precisa de um jardim, se você olhar para o exemplo de Birmingham. (BIRMINGHAM..., 2013)

Outros países da Europa também vêm produzindo material sobre a sobrevivência das bibliotecas públicas em um momento de grave crise econômica. Pode-se mencionar o trabalho de Luísa Alvim e Calixto (2013) sobre o impacto da crise econômica em Portugal. Destacam os autores, por exemplo, a drástica redução de verbas da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, que em 2001 era de 2.417.503 €, e que dez anos depois caiu para 1.187.404 €. Assim também, “o investimento em documentos por 1.000 habitantes era de 817 € e, em 2011, totalizaram cifra bem inferior: 237 € (ALVIM; CALIXTO, 2013 p. 6). Os autores também refletem sobre a discussão atual, em Portugal, sobre o fim do modelo de “estado de bem-estar social” (*welfare state*) e seu impacto catastrófico nas instituições sociais, entre estas as bibliotecas públicas, que dependem de recursos públicos.

Kostagiolas e outros (2011) avaliam a questão das bibliotecas públicas na Grécia, relatando a grave crise que se abate sobre as instituições financiadas com recursos públicos. Sugerem soluções para sua superação, através da inovação e de novo modelo de gerenciamento.

O terceiro tipo de crise relaciona-se ao funcionamento das instituições. Ao analisar a crise das bibliotecas australianas, Waller e McShare(2008) ressalta a necessidade de a biblioteca pública adaptar-se a uma nova realidade econômica, considerando que as atuais funções institucionais exigem grande aporte de recursos. Para ela, a superação passa pelo entendimento das autoridades da importância estratégica que a biblioteca pode ter, como formadora de cidadania e de competência em informação. .

Waller e McShane (2008) ressaltam a mudança de expectativa do usuário, agora, acostumado com a rapidez oferecida pelas TIC. Deflagra-se a necessidade das bibliotecas de oferecerem novos serviços, com mais agilidade e eficiência. Um deles é justamente a competência em informação que possibilita ao usuário familiarizar-se com as TIC, aproveitando e ampliando as suas pesquisas no espaço das bibliotecas públicas.

Agora, com as bibliotecas digitais, experimenta-se um novo momento no panorama dessas instituições. Robert Darnton (2010), fundador do programa Gutenberg-e e coordenador

do projeto Biblioteca Pública Digital, defende o amplo acesso às obras mais importantes da humanidade, possível a um toque de mouse.

Este momento de mudança influencia, também, os espaços das bibliotecas públicas que precisam abrigar as TIC e a expansão das atividades ligadas à comunidade. Estas mudanças não vêm sendo bem assimiladas por todos. Pode-se exemplificar com o Plano de Renovação da Biblioteca Pública de Nova York, a maior e mais bem equipada biblioteca pública do mundo, que vem sendo alvo de acaloradas discussões. O centro da discussão diz respeito à mudança de parte do acervo para um prédio anexo, devido às obras de ampliação do espaço dedicado ao acesso às TIC e para abrigar as novas funções de acolhimento da comunidade, com a criação de espaços de convivência.

As questões sobre bibliotecas públicas, hoje, na literatura internacional, refletem temas variados como os aspectos espaciais, a *advocacy*, a criação de capital cultural, humano e social, o papel institucional frente à economia mundial, e o impacto das TIC, entre outros temas. Tais temas surgiram ou se fortaleceram em função do momento de mudança que atinge a sociedade, decorrente das crises provenientes da economia, do uso intensificado da tecnologia e da crise institucional. A biblioteca pública ameaçada precisou fazer alguns ajustes para adaptar-se a uma nova realidade.

Para o efeito desta tese, foram selecionados temas considerados fundamentais para uma visão social da biblioteca pública que serão vistos a seguir.

2.2 TEMAS E TENDÊNCIAS ATUAIS

Os temas escolhidos como fatores decisivos para o reposicionamento institucional são: o uso das TIC, a cidadania, as relações com a comunidade e a teoria de capital social.

As tecnologias de Informação e Comunicação e a inclusão social e digital

As TIC, bem como o acesso a elas, são fatores importantes no processo de mudança da sociedade, especialmente sob o prisma da inclusão, devendo ser entendidas como fator social que espelham a sociedade que as desenvolvem e aplicam.

Diversos trabalhos como o de Albagli e Maciel (2011) apontam o uso das TIC para a inclusão social dos indivíduos, em especial os de menos recursos. Este uso não é o mesmo nos países desenvolvidos e em desenvolvimento. Esta diversidade de situações também se observa ao se analisar o acesso às TIC por gênero ou raça, por exemplo. Cabe o alerta de Castells “a

Internet é de fato uma tecnologia da liberdade – mas pode libertar os poderosos para oprimir os desinformados, pode levar à exclusão dos desvalorizados pelos conquistadores do valor” (CASTELLS, 1999).

Albagli compreende que a utilização das formas de comunicação digital representa muito mais do que um setor da economia onde a informação, o conhecimento e a cultura ocupam papéis centrais, e sim um novo modo de produção.

A adoção e difusão generalizada das formas de comunicação digital (a Internet principalmente) motivaram, por sua vez, as idéias de uma sociedade em rede (Network Society) (Castells, 1996), de mídia tática (Lovink, cap.11), de uma economia da informação em rede (networked information economy) (Benkler, 2006), um capitalismo em rede (networked capitalism) (Soderberg, 2008), ou ainda um capitalismo digital (digital capitalism, Schiller, cap. 6). Não se trataria apenas de uma economia baseada na informação, no conhecimento e na cultura (ou na manipulação de símbolos de modo mais amplo) que caracterizara, em um primeiro momento, a economia industrial da informação, mas sim de um novo modo de produção cuja característica central seria a das redes de comunicação descentralizada (Benkler, 2006)”. (ALBAGLI; MACIEL, 2011, p16).

As TIC não representam apenas a incorporação de uma nova forma de organização e divulgação das informações, mas também, apuram as expectativas dos cidadãos quanto aos serviços prestados pelas instituições, sejam elas públicas ou privadas. (WALLER; MCSHANE, 2008)

No caso especial da biblioteca pública, sente-se a perda da sua centralidade como a instituição responsável pelo acesso organizado à informação. A era pós Google coloca a biblioteca como mais um recurso para a pesquisa. Os usuários, em especial os nascidos após o advento dos equipamentos digitais, se acostumaram com a agilidade das buscas oferecidas pelo Google ou por outras ferramentas de busca, exigindo um novo pacto institucional.

Além disso, as TIC podem ser consideradas como uma nova forma de consolidar a atuação das bibliotecas públicas junto à comunidade. Ela pode representar o ponto de acesso à informação virtual, fornecer capacitação para um uso eficaz e também pode ampliar seus contatos através das redes sociais.

A International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA) considera o livre acesso à Internet como “essencial para a liberdade, a igualdade, e o entendimento mundial e a paz”, segundo o Manifesto lançado em 2002, e por outros documentos complementares. De acordo com este Manifesto, as bibliotecas ocupam um papel importante no acesso à internet, oferecendo tanto o acesso quanto o apoio ao seu uso.

As bibliotecas e dos serviços de informação proporcionam [aos usuários] os portais de entrada indispensáveis ao conteúdo da Internet. Em alguns casos, oferece comodidade, aconselhamento e ajuda e, em outros, são os únicos

pontos de acesso disponíveis. “Fornecem mecanismos para superar os obstáculos criados pelas diferenças de recursos de tecnologia e de formação”. (IFLA, 2002, p. 4).

As novas formas de contato tendem a fortalecer a instituição possibilitando estreitar laços, inclusive facilitando a apropriação da biblioteca pela comunidade. Neste sentido, a biblioteca não apenas é uma instituição que oferece serviços, mas que trabalha com a comunidade, integrando-se a ela. O uso das TIC pode, ainda, consolidar a cultura local e expressar as características de cada comunidade. Segundo Olinto (2010) este é o caso da criação de redes online e off-line para troca de informações sobre problemas da comunidade e da produção de conteúdo para a Internet com participação de membros da comunidade e com foco em interesses locais.

As bibliotecas vêm rapidamente adotando as redes sociais virtuais como forma de atuação junto à comunidade. Segundo Kroski [200] que desenvolveu um estudo sobre o assunto junto a diversas bibliotecas americanas, uma das práticas utilizadas, especificamente através de blogs, é a criação de experiências de participação da comunidade na proposição e na realização de eventos da biblioteca. Outras atividades mencionadas são a criação de guias interativas para pesquisa; o uso de redes sociais na catalogação; uso de recursos multimídia para visita virtual, história oral, entrevistas etc. Outras práticas mencionadas sugerem que blogs são também largamente utilizados para divulgação de novidades e outras ações das bibliotecas.

Um estudo realizado em 2010, nos Estados Unidos, em comunidades com mais de 500 mil habitantes, mostrou que 80% das bibliotecas públicas já estavam no Facebook, 71% possuíam blogs e 68% estavam no Twitter. Entretanto, o quanto esses recursos são de fato utilizados online para expressar uma visão contemporânea da relação biblioteca-comunidade ainda não se pode dimensionar, em parte devido às rápidas mudanças e às ambiguidades que acompanham a tecnologia:

A mudança constante ou a natureza ambígua do que constitui a Web 2.0, e como o conceito se relaciona com as bibliotecas, são um desafio aos estudos que tentam identificar como as bibliotecas estão utilizando a tecnologia Web 2.0 e se o fazem com sucesso. Em muitos casos não é possível identificar o uso que a comunidade faz dessas aplicações, o que é tão importante, ou talvez mais importante do que simplesmente identificar a sua presença ou a sua ausência no *website* das bibliotecas. (LITZAU; HELGREN, 2011).

Já o impacto do custo relativo ao uso das TIC pelas bibliotecas públicas australianas é tema abordado por Waller e McShane (2008). A autora reconhece que as bibliotecas públicas australianas não podem ficar a par do desenvolvimento das TIC, porém o momento

tecnológico requer das instituições uma nova postura. “O paradoxo da informação digital – reproduzível infinitamente, mas inerentemente instável – requer o uso sofisticado das tecnologias digitais e de redes” (WALLER; MCSHANE, 2008, p.). A autora aponta, ainda, para a necessidade de um posicionamento político da instituição, visando a obter recursos para adequar-se a uma nova realidade mais sofisticada e dispendiosa, com o uso das TIC.

Cabe ressaltar que segundo Antonella Agnoli (2011), o uso das TIC não substitui a escola e a biblioteca. O excesso de informação sem a devida filtragem pode prejudicar a pesquisa. É preciso a orientação sobre o uso das TIC, visando a capacitar o usuário para um melhor aproveitamento do acesso as informações.

Isto significa que, na ausência de ambientes culturais coletivos que ofereçam ajuda e orientação para aproveitar as oportunidades de pesquisa oferecidas pela Internet, a pesquisa continuará a ser uma possibilidade, se não agravar a confusão para o excesso de estímulos não filtradas. Os dispositivos eletrônicos não são um substituto da escola ou biblioteca. (AGNOLI, 2011, p.)

Em Ciência da Informação a alfabetização digital é mais conhecida como Competência em Informação. Segundo Hatschbach e Olinto (2008, p. 22) um dos enfoques é “aprendizado ao longo da vida”. Aprender as possibilidades que as TIC podem oferecer para a pesquisa.

Finalmente, cabe ressaltar que como os efeitos das TIC ainda são recentes fica difícil avaliar o seu impacto nas bibliotecas públicas. No entanto, pode-se afirmar que graças à Biblioteca digital é possível democratizar a leitura de obras de difícil acesso. Segundo Darnton (2010) um dos idealizadores da Digital Public Library of America (DPLA) “Temos a capacidade técnica de realizar o sonho do Iluminismo, de realmente disponibilizar o conhecimento para as pessoas e nos comunicarmos abertamente por todo o mundo”.

Cidadania

O conceito de cidadania reflete a sociedade em que se insere. Seus primórdios são encontrados na Grécia, sendo a visão atual derivada do período da revolução francesa. Segundo Pinsky (2005). “Cidadania não é uma definição estanque, mas um conceito histórico, o que significa que seu sentido varia no tempo e no espaço”. (PINSKY; PINSKY, 2005, p. 12).

O cientista político Marshall (1967) é considerado o autor do conceito clássico de cidadania identificando os três elementos básicos de sua composição: o civil, o político e o social. O elemento civil é composto dos direitos necessários à liberdade individual, liberdade

de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé. O elemento político abarca o direito de votar e ser votado, por exemplo. Quanto ao elemento social compreende uma série de direitos como o bem-estar social, a segurança, a educação e a “herança social e de levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade” (MARSHALL, 1967, p.66).

A estes três elementos, identificados por Marshall, podem ser acrescentados outros visando a atender as novas demandas produzidas pelas relações cada vez mais complexas da sociedade, como o direito à informação, à cultura e à memória. (MEDEIROS, 1994).

Neste sentido, as bibliotecas públicas ocupam um papel importante na formação de cidadania, em diversos países. Segundo a especialista Zita Correia [199] a biblioteca pública caracteriza-se como um espaço aberto a todos, durante toda a vida do cidadão.

A biblioteca pública, pelas suas características únicas, emerge como um espaço de cidadania, na medida em que se configura um espaço profundamente democrático de fruição da cultura, aberta a todos, independente da condição social e do grupo etário. Quanto mais próxima estiver da comunidade que serve, mais probabilidade terá de cativar todos os seus membros, desde tenra idade e ao longo de toda a vida, sem impor uma ruptura com o contexto familiar. Ao mesmo tempo em que propicia a socialização em torno de práticas culturais mais próximas da cultura erudita, a biblioteca pública pode ainda desempenhar um papel importante no desenvolvimento das competências indispensáveis à plena participação de todos os cidadãos na sociedade. (CORREIA, 2010, p. 13).

Segundo Agnoli (2011), no mundo atual é necessário que o cidadão seja bem informado. A autora considera fundamental a existência da biblioteca como um lugar de encontro com outras pessoas. E também um lugar onde se encontram diversos formatos de documentos.

Não existe uma teoria moderna de democracia que admitir um cidadão desinformado e ignorante. Uma biblioteca enriquece o tecido democrático que permite aos cidadãos para obter informações não na solidão de um computador em casa, mas em comparação com outros cidadãos, outros documentos, outros formatos. Estas bibliotecas incessante trabalho são um lugar necessário. (AGNOLI, 2011).

Como exemplo da prática de formação de cidadania nas bibliotecas, pode-se citar o exemplo de Seattle, no estado de Washington. Esta cidade vem recebendo grande número de imigrantes, em especial asiáticos. A biblioteca pública, então, oferece informações sobre procedimentos básicos da cultura norte-americana para que estes imigrantes se insiram na sociedade.

Figura 1: Informações para imigrantes
Seattle Public Library



Figura 2: Site da Biblioteca de Seattle escrito em vários idiomas



Como outro exemplo de prática de acesso à informação, direcionados as minorias, pode-se citar a Biblioteca Pública de São Francisco, que possui um setor especial para gays e lésbicas.

Figura 3: Site do setor James C. Hormel Gay & Lesbian Center.



A concepção de cidadania vai, porém, muito além de serviços prestados voltados para a formação do cidadão, envolve também o perfil institucional.

A biblioteca pública é uma instituição predominantemente democrática, que possibilita o acesso gratuito a qualquer cidadão do direito de se informar visando o desenvolvimento pessoal e coletivo, bem como se formar pela possibilidade do desenvolvimento da leitura e da escrita.

O cidadão crítico e bem informado pode distinguir uma série de indícios sobre sua realidade, fato possível com o amadurecimento intelectual através da leitura e do conhecimento, ideia já formulada por Mário de Andrade, conforme será visto no capítulo 3.

Comunidades locais, virtuais ou gloais e as bibliotecas públicas

A pesquisa sobre comunidades tem se revelado um campo de grande interesse em especial para a sociologia e, transversalmente, para outras áreas. Porém, não há consenso quanto à definição de comunidade, sendo vista sob diversos ângulos por vários autores.

O estudo sobre comunidades, de forma sistemática, se iniciou na metade do século XIX, a partir das pesquisas de Ferdinand Tönnies. Este período, de grandes avanços tecnológicos, como o advento do trem e do barco a vapor, facilitou a comunicação à distância

e marcou a ampliação do conceito de comunidade. Segundo Olinto (2012), já era possível detectar nas idéias de Tönnies a “perda da comunidade local tradicional que garantia apoio, estabilidade e intimidade das relações sociais, além de sentimento de pertencimento a uma comunidade estável”. (OLINTO; MEDEIROS, 2012, p.1)

Esta característica foi exponencialmente aumentada com o desenvolvimento das tecnologias na sociedade pós-industrial, a partir da metade do século XX. Em uma revisão da literatura existente, os sociólogos Bell e Newby apontaram, na década de 70, para uma nova tendência, fomentada pelos avanços da tecnologia que diminuía a distância e a presença física, como os transportes aéreos e os telefones. Os estudos sociológicos, mesmo reconhecendo uma nova realidade, defendem a importância da comunidade local. Para Bell, “comunidades podem ser entendidas como sistemas de interação, geralmente em uma localidade, que têm certo grau de permanência”. (OLINTO; MEDEIROS, 2012, p.1).

Esta situação é afetada ainda mais com a difusão do uso da Internet, que altera o envolvimento nas comunidades pelos indivíduos, criando novos laços não presenciais. O real impacto da Internet nas comunidades ainda não está devidamente avaliado, porém autores já reconhecem a formulação de uma nova forma de comunidade, as virtuais. Estas novas redes são denominadas por Wellman (2000) como *glocais*, isto é, envolvem tanto as relações locais quanto a distância. Assim, o contato transcende as redes tradicionais, ampliadas com outras comunidades fora do aspecto local. Ressalta, porém, que esta ampliação pode fortalecer os contatos locais.

É provável que as pessoas tenham atualmente mais contatos do que no período pré Internet e também que elas tenham contato mais frequente com membros da sua comunidade local. E quanto mais tempo ficam na internet, mais a utilizam para se comunicar. Na medida em que a Internet entra na rotina das pessoas, a experiência conta. De fato, usuários da Internet estão se tornando *glocalizados*, isto é, altamente envolvidos em relações locais e à distância. Eles desenvolvem as suas próprias vizinhanças tanto online quanto off-line, e eles tendem a se conectar mais online do que off-line tanto com amigos quanto com parentes. (WELLMAN, 2004).

Assim, o que em uma leitura mais apressada poderia ser considerado como o final das comunidades locais pode representar, na verdade, um reforço dos contatos entre as pessoas da mesma localidade. As pessoas podem trocar informações sobre os mais variados assuntos, como lazer, informações de interesse da comunidade, agendamento de reuniões, que fortalecem os laços familiares, de amizade e de comunitários utilizando as TIC.

No caso específico da biblioteca pública, estes estudos surgiram como resposta à preocupação sobre o uso e a utilidade das bibliotecas como instituições sociais. Diversos autores já trabalharam com este tema, cabendo ressaltar Olinto, que se dedica a esta relação

desde a década de 1980. Nestes estudos, a autora se dedica a perceber a relação das bibliotecas públicas com as comunidades, sejam elas locais, virtuais ou *glocais*.

Olinto e Medeiros (2012) destacam que a relação das bibliotecas públicas e comunidade tem sido cada vez mais enfatizada na teoria e na prática. Passa-se a entender a biblioteca pública como o “espaço de cidadania, o veículo de “aproximação com a comunidade”, o canal de “expressão da comunidade”, incentivando a “participação da comunidade”, além de contribuir para a “dinamização e desenvolvimento comunitário” e por fim como uma instituição que deve ser “incorporada ou apropriada pela comunidade”.

O primeiro ponto é considerá-la como o “espaço de cidadania”, devido ao aspecto universal de atendimento a todos, pode contribuir para a inclusão do cidadão, tanto social quanto digital. A biblioteca pública é um lugar de todos, sem nenhum tipo de restrição, independente da origem social, identidades étnicas, culturais ou educacionais, faixa etária ou opções religiosas ou sexuais. Porém, determinados grupos podem ter um tratamento diferenciado, como as crianças, os idosos, os desempregados, os marginalizados, e todos que necessitem algum tipo de atenção especial. Este preceito está bem definido nas *Diretrizes para o Manifesto IFLA/UNESCO sobre Internet*, 2006:

Acesso igualitário à informação significa que os recursos de informação podem ser acessados por todas as pessoas da comunidade servida por uma biblioteca, sem restrições de origem, idade, experiência ou pontos de vista. Deve-se dar atenção especial aos marginalizados, desempregados, desfavorecidos, privados de direitos, crianças, idosos, incapazes, indígenas e os que têm necessidades especiais. Os custos de acesso à informação devem ser justos e equitativos, e as necessidades de todos os usuários devem ser atendidas. O acesso igualitário à informação é facilitado por um enfoque voltado para os usuários, livre de barreiras e independente de formatos. (IFLA, 2006, p. 31-32).

Caracteriza-se, assim, em um ambiente extremamente democrático, ocupando um papel único na organização da sociedade. É um espaço igualitário proporcionando a todos o acesso ao conhecimento, permitindo que os menos favorecidos possam se informar e se autoeducar (UNESCO, 1994). Muitas bibliotecas já desenvolvem serviços de informação utilitária voltados para o cidadão conhecer seus direitos e deveres, para o desenvolvimento da cidadania.

Outro aspecto é a “aproximação com a comunidade local”, a partir da concepção do aspecto universal do atendimento a todos pela biblioteca pública, enfatizando-se a relação de interlocutora com a comunidade. Um exemplo desta tendência, é a concepção da “parque” biblioteca colombiana, vista como uma instituição dinâmica, que analisa o contexto da

comunidade, interpreta suas necessidades e intervém com serviços e programas, pensados a partir da comunidade local, segundo Betancur.

[...] os serviços bibliotecários públicos devem transcender esse mero ‘existir’ em uma comunidade e não apenas ‘abrir’ suas portas a uns usuários acidentais. É somente mediante a capacidade de ser uma interlocutora da comunidade - a partir da análise do seu contexto; da interpretação e do reconhecimento das necessidades de informação de seu público objeto; da intervenção com programas e serviços de maneira consciente e sistemática – que a biblioteca poderá contribuir de maneira substancial ao processo de fortalecimento das identidades, ao estímulo à participação cidadã e comunitária, à formação de redes sociais. Assim, dará a sua cota de contribuição enfim, ao fortalecimento de uma democracia ativa. (BETANCUR, 2002, p.4).

A biblioteca tem o potencial para ser o canal de “expressão da comunidade”, fortalecendo as especificidades locais e criando uma espécie de pertencimento dos grupos. Cabe à biblioteca organizar e divulgar as informações sobre as manifestações e atividades próprias da comunidade em que ela está incluída. Neste sentido, a preocupação é tanto com o passado quanto com o presente das comunidades. Assim, a biblioteca pública cultiva a memória local da comunidade, criando uma identidade social que possibilita ao cidadão se reconhecer, ao mesmo tempo em que constitui um depósito de informações sobre os artistas, os artesãos, as instituições, as empresas e as manifestações culturais locais.

Cabe ressaltar que o uso das TIC está facilitando o processo de expressão comunitária nas bibliotecas públicas. Exemplos são muitos, podendo-se selecionar, aqui, bibliotecas americanas que organizaram, digitalizaram e tornaram disponível à comunidade informações sobre sua memória coletiva, que no caso colocava em destaque a comunidade negra, majoritária no contexto (DURRANCE; PETTIGREW, 2001). Este recurso pode ser visto como um aliado para a integração de grupos marginalizados, conforme indicado pela UNESCO.

As bibliotecas públicas também tendem a “valorizar a participação da comunidade”, desenvolvendo uma série de atividades que fortaleçam os laços com os usuários e que a façam conhecida pelos que não a conhecem ou frequentem.

A “dinamização e desenvolvimento comunitário” é outro aspecto enfatizado, atualmente, para o qual tem contribuído o uso das TIC, em especial as mídias sociais, que vêm facilitado o uso das bibliotecas públicas para a ação comunitária. Cabe citar, a título de exemplo, a experiência da pesquisa desenvolvida por Bishop e outros (2000), visando a integrar e promover, através do uso das TIC, a participação de grupos marginalizados, em especial mulheres negras de uma região urbana do estado de Illinois. Ressalte-se o novo papel

de algumas mulheres como *information brokers* para os seus familiares e contatos no uso do computador e no acesso a informações úteis. A biblioteca adere à postura a partir da qual *chama* a comunidade, identificando, em conjunto com ela, mudanças possíveis nos comportamentos e trabalhando de forma parceira nas ações. Este caminho de mão dupla, em que a comunidade recebe e dá informações em benefício coletivo, foi visto pelas autoras como:

Nós agora vemos o website e a rede *SisterNet* não apenas como um local onde mulheres afro-americanas podem acessar informações sobre saúde, informações essas que são fornecidas por especialistas, mas como um lugar onde elas podem contribuir com informações e conselhos para os profissionais de saúde (BISHOP, 2000).

Além desses aspectos acima citados, enfatiza-se o processo de “incorporação ou apropriação” da biblioteca pela comunidade. A biblioteca não é apenas o elo entre a informação e a comunidade. É a comunidade que, junto com a biblioteca, torna-se a produtora de informação.

A comunidade passa a participar ativamente na definição e a atuação da biblioteca pública. Para Betancur (2002), o profissional de biblioteca pública precisa que se “dessacralize a biblioteca pública” uma instituição “em essência da comunidade”, sendo que o bibliotecário deve apenas criar condições para que a comunidade possa “olhar para si mesma”.

Capital social

O conceito de capital social é outro tema que vem despertando crescente interesse nos debates da academia, em diversas áreas de conhecimento. O conceito de capital social, como se entende hoje, data da década de 90.

Segundo a professora Maria Celina D’Araujo (2003, p. 10) capital social se refere “às instituições, relações e normas sociais que dão qualidade às relações interpessoais em uma dada sociedade”, sendo considerado como a argamassa que vincula instituições e cidadãos.

Esta teoria tem sido incorporada às políticas públicas em muitos países, sendo usada como parâmetro de análise e financiamento de organismos multilaterais, como o Banco Mundial, a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), segundo Motta (2008, p. 28).

O Banco Mundial distinguiu quatro formas de capital: capital natural, entendido como os recursos físicos de um determinado país; capital financeiro, o que é produzido pela

sociedade e que se expressa em infraestrutura, bens de capital, capital financeiro, imobiliário etc.; capital humano, medido através do grau de saúde, educação e nutrição de um povo, e capital social, que é a capacidade de uma sociedade em estabelecer laços de confiança interpessoal e redes de cooperação com vista à produção de bens coletivos. (GROOTAERT, 2003, p.5)

Bourdieu, um dos teóricos que abordam este conceito, considerou as desigualdades sociais como decorrentes da falta de outros tipos de capital além do econômico – o capital cultural e o capital social. Entendem-se como *capital cultural*, de forma simplificada, os saberes e conhecimentos adquiridos por títulos e diplomas e por *capital social* as vantagens que se obtêm através as relações sociais. O capital social representa vantagens provenientes das relações do cidadão. Desta forma uma pessoa com uma rede de contatos maior e mais vantajosa terá mais acesso às informações para seu desenvolvimento. (BOURDIEU, 1985)

Com perspectiva semelhante, Lin (2005, p. 4) define capital social “como recursos embutidos nas redes sociais em que o indivíduo está inserido, recursos estes que podem ser acessados ou mobilizados através dos contatos nessas redes”.

Mas é o trabalho de cientista político americano Robert Putnam, *Making democracy work: civic traditions in Modern Italy* (1993), que marca o aprofundamento das pesquisas em capital social, incluindo as questões sobre a participação em redes, confiança, reciprocidade e normas sociais. Nesta obra, considerada clássica na área de Ciências Sociais, ele afirma a importância da valorização da cultura cívica: “O contexto cívico é importante para o funcionamento das instituições”. Para Araújo (2003), Putnam considera “a consciência que cada cidadão tem de seus deveres, em conjunto com seu compromisso de igualdade política, constitui o cimento moral da comunidade cívica” (p.19). Identifica três fatores fundamentais ao capital social: confiança, normas e cadeias de reciprocidade e sistemas de participação cívica.

Putnam identifica ainda o enfraquecimento das relações associativas nos Estados Unidos como um enfraquecimento dos ideais cívicos, o que resultaria em prejuízo ao sistema democrático. Este é o tema de seu livro e artigo com mesmo nome “*Bowling Alone*” (cuja tradução livre é “Jogando boliche sozinho”) a partir da constatação do enfraquecimento das relações sociais, principalmente pela televisão e pelas novas tecnologias de informação, provocando o isolamento social. (PUTNAM, 2000).

Para Putnam, o processo de interação entre grupos que possibilita a criação de capital social é de dois tipos: o que *estreita laços* (*bonding* em inglês, também traduzido para o português como *excludente*) e o tipo que *estende pontes* (*bridging* em inglês, também

traduzido para o português como *inclusivo*). Entende-se como “estretar laços” (*bonding*) a formação de grupos com interesse ou identidade em comum. É o caso de movimentos e associações de caráter político, religioso, profissional e esportivo. Quanto ao tipo “estender pontes” (*bridging*) caracteriza-se pelas relações de grupos diferentes, através de determinados valores, como o de cidadania, incluindo o respeito à diversidade, e possibilitando a interação de grupos de etnias e interesses diversos.

A visão de Putnam, segundo Albagli e Maciel (2002, p. 7), domina a discussão atual sobre capital social, cujo conceito envolve os seguintes pressupostos: “redes (redes de engajamento cívico) e normas estão empiricamente associadas e têm consequências econômicas importantes para a comunidade, supondo, portanto um papel instrumental para o capital social”. Neste sentido, quanto mais capital social, mais se fortalecem nas comunidades as percepções de confiança e de civismo, embasando o desenvolvimento das sociedades. Assim, o capital social pode ser considerado como “recurso e instrumento de intervenção de grupos sociais e regiões marginalizados no combate à exclusão social, na construção da cidadania e da democracia” (ALBAGLI; MACIEL, 2002, p.24).

Capital social e cultura

Neste sentido a cultura, vista dentro da perspectiva clássica elaborada por Malinowski (1975) como “artefatos, bens, processos técnicos, ideias, hábitos e valores herdados”, possibilita a base para o desenvolvimento de interação social fundamental para a criação de qualquer tipo de capital. Na Conferência Mundial sobre Políticas Culturais (MONDIACULT), em 1982, a UNESCO formulou uma das definições mais utilizada de Cultura, atualmente, entendida como:

[...] todo o conjunto de traços distintivos espirituais, materiais, intelectuais e emocionais que caracterizam uma sociedade ou grupo social. Ela inclui não apenas as artes e as letras, mas também os modos de vida, os direitos fundamentais do ser humano sendo, os sistemas de valores, tradições e crenças. (UNESCO, 1982).

Nesta perspectiva a Cultura pode ser considerada uma peça importante para a formação de capital social. Kliksberg (1999) relaciona capital social, cultura e desenvolvimento econômico. O autor identifica que a “cultura pode ser um instrumento formidável do progresso econômico e social” (KLIKSBERG, 1999, p.97). Alerta, porém, para a ambivalência que atrapalha esta relação, já que a cultura é vista pela área econômica como

secundária e, por outro lado, os profissionais de cultura são, por vezes, resistentes em firmar conexões com programas econômicos e sociais.

Kliksberg cita três aspectos desta união: as políticas sociais, a integração social e os valores da sociedade. Na área de políticas sociais, a cultura pode ser uma forte aliada no combate à pobreza, a partir da valorização da bagagem cultural das populações carentes visando à criação de uma identidade coletiva e de sentimento de autoestima. Além disso, o autor enfatiza o potencial da cultura na luta contra a exclusão social, fator que impede o acesso ao mercado de trabalho especialmente pelos jovens. Permite a este grupo visualizar uma realidade diferente do seu cotidiano. A cultura pode preencher o vazio da falta de ocupação e possibilitar um processo educativo através de atividades culturais, que muitas vezes, foi interrompido precocemente.

A importância da cultura na criação ou fortalecimento de valores nos indivíduos e nas comunidades também é ressaltada. O individualismo, com foco em interesses particulares, sem responsabilidade coletiva, indiferente ao outro e voltado para o consumismo gera entraves para o desenvolvimento econômico. “Um dos efeitos visíveis da vigência de valores antissolidários é a extensão da corrupção nas diversas sociedades”. (KLIKSBERG,1999, p.100). Por outro lado, os valores de uma sociedade são benéficos, refletindo em seus “sistemas fiscais, universalização dos serviços de saúde e de educação de boa qualidade... o que por sua vez facilita seu progresso econômico, tecnológico e sua competitividade”. (KLIKSBERG,1999, p.100)

Segundo Kliksberg (1999), a pujança cultural da América Latina representa um forte potencial cultural a ser explorado na criação de capital social a partir do combate à pobreza, do desenvolvimento econômico, da integração social, do fortalecimento dos valores comunitários, solidários e participativos. Assim, aponta para a importância da incorporação da cultura à agenda central de desenvolvimento. Ilustra, ainda, com o pensamento de Bourdieu, que “a ausência da cultura se acompanha, geralmente, da ausência do sentimento desta ausência”. (BOURDIEU apud KLIKSBERG, 1999, p. 102).

Dentro desta perspectiva, é importante a criação ou fortalecimento de espaços culturais que possibilitem o acesso a esta área, em especial das pessoas menos favorecidas, permitindo a sua integração. Rattner (2003, p 1) considera que “as atividades culturais podem funcionar como um sistema educativo complementar, reforçando o trabalho da escola, inclusive para adolescentes e adultos que abandonaram antes o ensino oficial”. Estes espaços podem desenvolver uma gama de programas que ofereçam “opções alternativas de identidade, pertinência e participação social”. O autor cita, ainda, os benefícios para a família,

fortalecendo seus laços afetivos e espirituais, além da saúde preventiva através de atividades informativas.

Cabe registrar o interesse crescente de pesquisadores pelos estudos sobre as relações entre cultura e capital social aplicados aos museus e às bibliotecas públicas. Em relação aos museus, cabe ressaltar a tese de Cazelli (2005), que investigou o acesso aos museus por jovens, e seus círculos familiares e escolares, sob a perspectiva de “explorar o capital econômico, social e cultural no aumento ou diminuição destas chances”.

Cultura, biblioteca e capital social.

Neste sentido, a biblioteca ocupa um lugar cada vez mais fortalecido em muitos países na área cultural, social e econômica, com vista ao fortalecimento do processo de inovação. Segundo o Manifesto da Unesco/IFLA para Bibliotecas Públicas (1994), as missões desta instituição respondem às características arroladas acima por Kliskberg (1999), dentre as quais pode-se citar a educação permanente e a auto-educação, o que possibilita aos indivíduos, em especial aos jovens, se formarem ou se aprimorarem em seus estudos, sejam eles complementares à educação formal ou totalmente de caráter informal.

O estímulo à imaginação e à criatividade bem como às inovações científicas são duas outras missões que podem influir no leitor e na coletividade. Para tal, a biblioteca promove cursos, palestras e disponibiliza acervo que estimula a dar passos adiante, a partir de experiências anteriores.

Outra missão que fortalece a instituição diz respeito ao fomento do diálogo intercultural e à diversidade cultural, que pode ser exemplificado com o desenvolvimento de atividades culturais e campanhas educativas de respeito à diferença.

A comunidade local também é foco de uma das missões, sendo prevista a integração aos serviços e às informações de seu interesse, visando à integração de seus componentes. Além das ações culturais já arroladas acima, cumpre arrolar ainda as atividades que integram grupos a partir da inserção em determinada sociedade. É o caso, por exemplo, dos imigrantes, que recebem apoio para integrar-se a uma nova cultura com informações e cursos de alfabetização.

Chega-se, assim, a outra função da biblioteca sobre a facilitação para o uso de informática. Há, inclusive, um outro Manifesto da IFLA (2002) dedicado exclusivamente para tal fim. Ele diz respeito às atividades que tenham a biblioteca como ponto de acesso físico às TIC, bem como ao desenvolvimento da capacitação de seus usuários no manuseio da

tecnologia. Há diversos exemplos de bibliotecas que utilizam blogs que permitem a interação entre os leitores, promovendo a troca de informações.

Pelo exposto, a biblioteca é uma das instituições culturais mais relevantes na organização da sociedade, pois é a responsável não apenas pela guarda, organização e disponibilização do conhecimento, mas também de sua aplicação para o aprimoramento do indivíduo e do grupo estimulando a troca de experiências e informação.

Porém, em uma sociedade marcada pelas facilidades geradas pelo uso das TIC, segundo Waller e McShane (2008), esta instituição necessita se atualizar visando a perda de uma demanda tradicional e as novas expectativas do público acostumados com a rapidez da busca pela Internet.

Em estudo recente, Olinto e Medeiros (2013) arrolam diversos fatores que vem impulsionando o repensar sobre as bibliotecas: a crise das bibliotecas públicas derivadas em especial pela introdução das TIC; a crise das comunidades, com base local, influenciadas pelas redes sociais on-line; a constatação da realidade multicultural e a preocupação com a tolerância e a diversidade e a inclusão social de grupos com características sociais diversificadas, além dos desprivilegiados ou marginalizados pela sociedade.

Estudos sobre a relação entre capital social e bibliotecas oferecem foco diferenciado, jogando novas luzes para o entendimento do papel da instituição na sociedade atual, especialmente, dando-lhe visibilidade política e econômica e contribuindo para sua inclusão nas agendas governamentais.

O interesse crescente de pesquisas sobre o tema pode ser demonstrado pela publicação de artigos nos mais importantes periódicos da área, principalmente, nos Estados Unidos, Austrália e países nórdicos.

Cabe destacar a produção do grupo de pesquisa norueguês PLACE (Public Libraries – Arenas for Citizenship) – durante os anos de 2007 e 2012, e que teve como objetivo pesquisar as bibliotecas públicas como um lugar de encontro no contexto digital e multicultural, voltados para a promoção de capital social. Este grupo norueguês, formado por Svanhild Aabo, Andreas Varheim, Sunniva Evjen, Earling Holm e Ragnar Andreas Audunson, entre outros, produziu mais de três dezenas de trabalhos sobre o tema. O título do projeto, “Place”, indica a importância que os pesquisadores dão ao “lugar”. Entende-se por “Place” não apenas a construção e os equipamentos, mas os serviços e atividades que faz da biblioteca o lugar de encontro da comunidade. Entre os objetivos deste projeto encontra-se:

[...]a biblioteca é compreendida como um local de encontro, no sentido habermasiano, visto como uma arena para comunicar sem censura, como um

lugar de encontro que previne do isolamento social e promove a identidade local, história e cultura. (PLACE, [200], p.1).

A biblioteca como espaço/arena de comunicação e troca, remete ao conceito de esfera pública de Habermas. Nesta direção, há diversos estudos sobre o tema que surgem, principalmente, como uma resposta ao avanço capitalista em direção à privatização dos espaços públicos. As ruas, as praças e os jardins estão sendo substituídos pelas esferas pseudo-públicas como os shoppings centers, que, sendo espaços abertos ao público, não têm como característica a interação social. Esses espaços não podem ser considerados como esfera pública, sob a ótica de Habermas, pois os shoppings centers do mundo capitalista possuem finalidades econômicas, excluindo a pessoas que “não consomem”, isto é, a população mais pobre. Nesse sentido, as bibliotecas públicas representam um espaço público onde não há restrição de qualquer ordem para seu uso, além de estimular o contato entre pessoas e grupos. Segundo Gaus e Weech:

À medida que a esfera pública lentamente desaparece da sociedade sendo substituída por esferas pseudo-públicas, torna-se cada vez mais importante para a biblioteca afirmar-se dentro de sua comunidade, como um espaço aberto, onde todos são bem-vindos (GAUS; WEECH, 2008).

Há diversos estudos baseados na teoria de Habermas aplicados a comunidades e a bibliotecas públicas, vistas como o lugar ideal para a promoção de intercâmbio de ideias e comportamentos. Esta perspectiva tem respaldo na própria história institucional com ênfase no acesso livre e igualitário da instituição.

A abordagem de capital social mais utilizada pela área se baseia no conceito formulado por Putnam, principalmente, na tipologia de capital social formulada pelo autor. Numa das características de “estender pontes” se situa o conceito de universalidade das bibliotecas públicas, baseada na própria história institucional, pois oferece acervos enciclopédicos e serviços variados, voltados para o atendimento de todos, sem distinção.

Estar na biblioteca pública dá a qualquer um direitos iguais de receber os serviços por ela oferecidos. Os grupos comunitários que frequentam a biblioteca sabem ou adquirem conhecimentos sobre direitos igualitários, o que ocorre através da existência de regras comuns, implícitas ou explícitas, sobre o uso desse espaço público (OLINTO; MEDEIROS, 2013, p. 243).

A biblioteca, assim, “estende pontes”, auxiliando na formação do cidadão e dos ideais cívicos, promovendo a tolerância e o respeito à diversidade. Em decorrência dessa atitude, a literatura destaca a biblioteca pública como um lugar seguro, possibilitando seu uso como espaço para encontros da comunidade, inclusive de grupos de interesses diferentes,

corroborando assim para o capital social inclusivo da comunidade. (AABO; AUDUNSON; VARHEIM, 2010).

A pesquisa coordenada por Cox (2000) é considerada pioneira, tendo como objetivo identificar a diversidade e a interação dos grupos sociais no espaço da biblioteca pública. Esta pesquisa fez parte de um projeto maior que visava a identificar a presença e a valorização do capital social na sociedade australiana. O resultado comprovou o aspecto inclusivo da biblioteca, sendo considerada como “um lugar de todos”.

Outra australiana, Candy Hillenbrand, dedicou-se ao tema sobre o aspecto do sentimento de segurança que as bibliotecas transmitem aos usuários, e mesmo aos não usuários da instituição. A autora identifica o potencial da biblioteca como um lugar para se conhecer pessoas, fazer conexões e se comunicar, sendo a conversa com a equipe da biblioteca um dos destaques, segundo Olinto e Medeiros (2013). Ressalta, porém, que os usuários ainda utilizam a instituição em busca de atividades básicas tradicionais (como empréstimo de livros) e pouco para as não tão básicas (espaços comunitários, por exemplo).

Gong, Japson e Chen (2008) pesquisaram as relações estruturais e espaciais do capital social, a partir de três bibliotecas de Nova York, constatando que bairros com maior índice de capital social eram os bairros de maior utilização das bibliotecas. Diversos outros autores trabalham com este tema em diversos países conforme as experiências relatadas na pesquisa de Olinto e Medeiros (2013).

No Brasil, se encontram poucos trabalhos sobre as relações de capital social e biblioteca pública. Maciel Filho e outros (2010) elaboraram uma revisão do conceito de capital social e sua aplicação em bibliotecas. Os autores apresentaram um breve panorama sobre o conceito e sua aplicação em pesquisas empíricas. Apresentaram, também, os resultados da pesquisa sobre o potencial das bibliotecas públicas municipais em Pernambuco como geradora de capital social, entre os anos de 1998 e 2007, constatando que as bibliotecas públicas desenvolviam, prioritariamente, atividades tradicionais.

Cabe ainda citar as pesquisas de Olinto e Medeiros (2012 e 2013). Na primeira pesquisa, estudaram a capacidade das bibliotecas públicas estaduais brasileiras na criação de capital social nas comunidades. O estudo utilizou os dois tipos de capital indicado por Putnam (2000, p.22), estreitar laços (*bonding*) e estender pontes *bridging*, com foco nas atividades desenvolvidas pelas bibliotecas estaduais. Na pesquisa de 2013, fazem a análise do uso e as perspectivas de utilização do conceito de capital social nas bibliotecas públicas.

Este novo olhar visando a um melhor entendimento da biblioteca pública como criadora ou fortalecedora de capital social vem despertando interesse crescente dos

pesquisadores. Surgem autores mais radicais que consideram a biblioteca como “uma instituição que contribui para o capital social das comunidades, sendo o seu principal papel” (JOHNSON, 2010, p. 148).

2.3 ALGUMAS EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS

Rubens Borba de Moraes (1983) identificava duas linhas diferenciadas de bibliotecas públicas. A francesa, que segundo ele, foi criada para entreter os trabalhadores, como uma espécie de “hospital das almas”, e a linha americana, que considerava as bibliotecas públicas como instrumento de trabalho, tendo desenvolvido uma linha pragmática, com forte relação com a comunidade.

Assim, as duas principais vertentes históricas de bibliotecas públicas foram compostas por dois blocos de instituições: as americanas, as inglesas, as neozelandesas, as australianas e as nórdicas, aderindo ao modelo voltado para a comunidade, e as latinas, constituídas de cima para baixo, não levando em consideração, prioritariamente, as atividades da comunidade.

Porém, esta divisão está mudando com a paulatina adesão das bibliotecas latinas ao modelo americano. Cabe ressaltar, entretanto, que este reposicionamento não é geral, nem tão pouco uniforme, refletindo a organização social do país.

Enquanto as bibliotecas anglo-saxônicas se baseiam em um modelo voltado para a comunidade, sendo consideradas exemplares nessa área, as bibliotecas públicas americanas, por exemplo, possuem uma forte característica de engajamento cívico, e são consideradas basilares ao processo democrático.

A título de exemplo, pode-se recorrer ao caso recente envolvendo a American Library Association (ALA) e o governo americano. A ALA enfrentou bravamente as cláusulas que lhe diziam respeito no USA Patriot Act, publicado em 26 de outubro de 2001, após o ataque de 11 de setembro de 2001, que estabelecia rigoroso controle sobre os usuários das bibliotecas americanas.

A Associação, com base no preceito sobre a liberdade individual e da confidencialidade dos registros da biblioteca, alegou ser a leitura um ato de liberdade, não concordando em entregar as fichas de inscrição de seus usuários, bem como seus históricos de pesquisas, inclusive as realizadas na Internet. Aceitaram apenas fornecer dados de usuários considerados suspeitos e a partir de um pedido formal dos órgãos competentes. (AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION, 2013, p.11).

Esta medida protege uma gama considerável de dados sobre os seus usuários, que poderiam ser utilizados para outros fins que não o combate ao terrorismo, como, por exemplo, a captação de informações sobre imigrantes ilegais (MEDEIROS, 2010). Pode-se identificar, assim, que a biblioteca pública americana adota uma postura em defesa dos direitos do cidadão, recebendo em troca o respeito das comunidades e das autoridades.

O Canadá também desenvolve um trabalho expressivo na área de bibliotecas públicas. O documento *Terceira geração da biblioteca pública*, do Ministério da Cultura e Turismo, estabelece a política para as bibliotecas públicas até 2020, compreendendo uma posição ativa das bibliotecas na comunidade. A biblioteca é vista como um fator catalisador e de liderança no desenvolvimento econômico da comunidade, tendo a função de abrigar a todos os segmentos sociais, destacando-se sua ação voltada aos aborígenes canadenses.

A Austrália também se destaca pela atuação de seus pesquisadores, trabalhando novas formas de atuação, como foi visto no tópico sobre capital social. Os países nórdicos possuem forte tradição em bibliotecas públicas, e nesse momento de transição estão se sobressaindo tanto na teoria quanto na prática para a formulação de uma nova perspectiva institucional, por meio do estudo sobre a relação entre bibliotecas públicas e capital social.

Na pesquisa *O que e o porquê das bibliotecas?* (BERNDTSON, 2011) considera que as bibliotecas públicas podem estar prestes a viver sua “idade de ouro”. Esta nova instituição se baseia no trabalho com a comunidade, visto tanto na participação dos usuários nos processos de planejamento e execução dos serviços, bem como na criação de ambientes apropriados que sirvam como um local de encontro comunitário.

Berndtson responde, ainda, pelo projeto grandioso da nova Biblioteca Central de Helsink, na Finlândia, com previsão para inaugurar em 2017. A autora alerta que o sucesso do processo de mudança deve envolver os representantes da comunidade, os políticos, bem como as equipes das instituições.

Na França, desde a inauguração da *Bibliothèque Publique d'Information*, em Paris, na década de 1970, as bibliotecas públicas vêm desenvolvendo projetos de modernização. De lá para cá, surgiram as chamadas “*mediatheques*”, agregando diversos suportes de informação. Neste momento, a política de bibliotecas na França volta-se para o fortalecimento dessa área, com base na política pública de implantação e incremento das redes de bibliotecas francesas.

A América Latina tem, também, excelentes exemplos, caso do Chile e da Colômbia. Estes países desenvolveram dois modelos de bibliotecas públicas, ambos sob forte influência das bibliotecas públicas americanas, em especial no que diz respeito à aproximação com a comunidade.

As cidades de Bogotá e Medellín, na Colômbia, destacaram-se pelos projetos de construção de grandes bibliotecas dentro de uma agenda governamental. Em Medellín, se chamam “parques bibliotecas”, sendo reconhecidos internacionalmente pela qualidade dos produtos oferecidos e do, subsequente, impacto na vida da população. Esta cidade, que há algumas décadas era considerada como o território da impunidade, da violência e do narcotráfico, modificou radicalmente este cenário, com a adoção de políticas públicas que integravam moradia, crédito, transporte, urbanização, cultura e bibliotecas.

A construção das bibliotecas públicas ocupou papel de destaque, sendo o ponto de acesso à informação e ao conhecimento para a população. Foram construídas megabibliotecas, incrustadas nos lugares até então considerados mais violentos. Segundo Jorge Melguizo, secretário de cultura de Medellín, as parque-bibliotecas contribuíram para uma expressiva diminuição dos casos de mortes violentas em cada região atendida.

Não digo que só por isso os índices baixaram, pois há uma série de fatores na cidade que geraram um novo clima, mas decerto que esses espaços de inclusão, encontro e oportunidades contribuíram muito. (DOMINQUEZ, 2009, p. 1).

Estas bibliotecas concentram em seu espaço, além das funções tradicionais, outras atividades culturais, como cinema, teatro e cursos que atraem a comunidade. As bibliotecas representam, em muitos casos, o único local de lazer da comunidade, oferecendo espaços de encontro e reuniões de qualquer tipo, para o uso exclusivo da comunidade, sendo chamadas *Salas mi barrio*.

Foram denominadas bibliotecas parque porque muito mais é oferecido, além dos livros para leitura e materiais áudio visuais. Elas funcionam como centros comunitários que oferecem treinamento empresarial gratuito, instrução cívica, construção da memória coletiva, atividades que estimulam a criatividade, auditório, galeria de arte, área de jogos para crianças, laboratórios de informática e, é claro, uma área externa onde os visitantes podem relaxar. (CORREAL, 2010, p.).

Cabe, no entanto, ressaltar que a Colômbia, desde a década de 50, já desenvolvia um trabalho sério na área de bibliotecas públicas. A cidade de Medellín foi selecionada pela UNESCO para receber uma biblioteca pública modelo, em 1952. Já Bogotá conta com uma das mais frequentadas bibliotecas públicas do mundo, a Biblioteca Luis Ángel Arango, inaugurada em 1958, e que recebe 5.000 pessoas diariamente, segundo a página da instituição na Internet.

Quanto ao Chile, cabe citar a Biblioteca de Santiago, cujo foco principal também é a comunidade. Um grande e antigo prédio abriga uma moderníssima biblioteca, que alia serviços de bibliotecas às mais variadas atrações culturais.

Esta biblioteca inovou os espaços e a ordem com que o acervo está disposto, visando a facilitar a utilização por uma população não acostumada com as classificações tradicionais. Ressalte-se, ainda, o espaço especial dedicado aos jovens, decorado com grafites e contando com literatura e atividades apropriadas a faixa etária. Cabe, ainda, ressaltar a Sala+18, onde se encontra literatura a bem dizer mais picante, que normalmente não é encontrada nas estantes das bibliotecas.

Segundo o Portal da Biblioteca de Santiago, a instituição conta com “a capacidade instalada e recursos suficientes para atender as demandas insatisfeitas de conhecimento, de informação, de educação continuada, de cultura e de recreação, especialmente, dos setores sociais que têm acesso limitado aos bens culturais” (BIBLIOTECA DE SANTIAGO [2013], p.1). Desenvolvem, ainda, serviços voltados para facilitar o acesso da comunidade como Bibliobuses, Dibamoviles, Bibliometro e BiblioRedes, entre muitos outros.

Comentários parciais

Este capítulo teve como principal objetivo fornecer subsídios para se conhecer a trajetória institucional, os temas da atualidade na área e relatar algumas experiências estrangeiras, visando a entender o papel que a biblioteca pública pode desempenhar na sociedade.

O primeiro tópico, sobre a trajetória, teve como finalidade mostrar como as bibliotecas são instituições antigas e que há milênios se abriram ao público. Tentou-se mostrar também que a trajetória não é linear, nem acumulativa pois a abertura das bibliotecas conhecida na Roma antiga sofreu uma interrupção durante a Idade Média, fechando-se em mosteiros.

Assim, a biblioteca pública caminha par e passo com a sociedade onde está inserida. A crise atual, de diferentes características, fez com que mais uma vez a instituição se adaptasse a novas realidades. Nesta adaptação, alguns temas sobressaíram na literatura internacional, como o impacto das TIC, a formação de cidadania, a comunidade e a criação de capital social, os três últimos temas nitidamente políticos.

Por último, as experiências internacionais visam a mostrar a prática das bibliotecas públicas em diversos países. Estas experiências denotam a possibilidade de implantação de serviços públicos onde a formação do cidadão seja o ponto principal de todos os projetos.

O próximo capítulo estreitará a questão da biblioteca pública, estudando o caso brasileiro a partir do pensamento de três intelectuais, da literatura especializada em Biblioteconomia e Ciência da Informação, das práticas e políticas.

3 BIBLIOTECA PÚBLICA NO BRASIL E A IDA AO POVO

Este capítulo traz subsídios que podem auxiliar na compreensão da questão da biblioteca pública no Brasil. Para tal, se recorrerá ao pensamento de alguns dos grandes intelectuais brasileiros que pensaram a importância da biblioteca na formação da sociedade brasileira. Segue-se uma visão da relação biblioteca pública e comunidade, contida na literatura especializada de Biblioteconomia e Ciência da Informação.

3.1 OS INTELECTUAIS E AS BIBLIOTECAS PÚBLICAS

A história da cultura e da educação no Brasil foi fortemente marcada pelos interesses da elite, até as décadas de 1920 e 1930. O analfabetismo, no final do século XIX, atingia 80% da população. Esta situação teve uma leve melhora nos primeiros anos da República, registrando-se, na época, $\frac{3}{4}$ de população analfabeta. A escola era um privilégio dos filhos da elite, segundo Bomeny (2000).

Embora alguns intelectuais já alertassem para a importância da leitura, pouco foi feito de forma concreta para melhorar aquele quadro antes da década de 1920. Neste período, surgiram intelectuais que passaram a pensar a importância da cultura e da educação de forma até revolucionária, incluindo-se entre seus interesses o papel da biblioteca pública, que se materializaria em ações concretas na década seguinte.

Em São Paulo, artistas e escritores organizaram, de forma provocante, em 1922, a Semana de Arte Moderna, que levantou questões importantes relacionadas à cultura nacional. Dois de seus expoentes notabilizaram-se como defensores das bibliotecas: Mário de Andrade e Rubens Borba de Moraes.

Outro grupo de intelectuais, voltado para a área de educação, liderado por Anísio Teixeira, lança em 1932 o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em defesa de uma escola pública, laica, gratuita e obrigatória. A este grupo Monteiro Lobato chamaria de “irmandade”, vendo-o como uma agremiação de profetas de uma religião cívica de transformação do Brasil (Bomeny, p.10). O pensamento forjado neste período prosseguiu até a década de 90, quando morre seu último representante, Darcy Ribeiro, outro grande defensor das bibliotecas.

Pretende-se, neste tópico, mostrar a opinião de alguns destes intelectuais que pensaram a biblioteca no Brasil, e em alguns casos aplicaram seus conceitos na prática. Para entender,

um pouco deste pensamento foram selecionados três intelectuais: Mário de Andrade, Rubens Borba de Moraes e Darcy Ribeiro.

Mário de Andrade

Mário Raul de Moraes Andrade (1893 -1945) escritor, poeta, pesquisador de etnografia e música, foi um dos mais influentes intelectuais brasileiros. Homem de seu tempo foi um dos responsáveis pelo movimento modernista no país, gestado com as ideias revolucionárias europeias. O ano de 1922 marca a sua consagração com o livro *Paulicéia Desvairada* e pela presença ativa na Semana de Arte Moderna.

Fazia parte de um grupo de intelectuais que resolveram perfilar-se à administração pública acreditando que romperiam com os conceitos e preconceitos vigentes em sua época, segundo Barbato Junior (2004). Acreditavam que a cultura era o fator desta mudança e provaram que tinham razão.

Mário de Andrade chefiou o Departamento de Cultura da Municipalidade de São Paulo, em 1935, que mais tarde se tornaria Secretaria Municipal de Cultura. Esta experiência é considerada a primeira política sistemática para a área de cultura, no Brasil, embora seu âmbito fosse de escopo municipal (CALABRE, 2009, 212).

Foi um trabalho ideológico, introduzindo questões como memória e patrimônio, além de enfatizar a importância de fortalecer os valores nacionais. O Departamento de Cultura foi criado, segundo Rubens Borba de Moraes, visando a possibilitar o acesso à cultura pela população que até então, era considerada um privilégio da elite.

Foi aí que nasceu a ideia de criar um organismo estatal que incentivasse, em São Paulo, o estudo e a cultura”. Não seria um departamento burocrático, mas seria um organismo vivo, ativo, que desse ao povo a possibilidade de cultura e procurasse resolver o problema da 'miséria cultural'. Não se tratava de alfabetizar para fabricar eleitores, mas de dar ao povo o acesso à cultura nas mesmas condições que a burguesia privilegiada. Não pretendíamos tratar da educação, da instrução popular, para isso já existia a Secretaria de Educação com sua rede de escolas primárias, secundárias e faculdades. O que pretendíamos era criar um organismo que dessa cultura ao povo, a cultura que não se aprendia nas escolas. O organismo que idealizávamos não seria somente um centro de pesquisa do nosso meio, mas um instrumento capaz de agir (MORAES apud BARBATO JUNIOR., 2004, p.22).

O Departamento de Cultura pode ser visto, segundo Barbato Junior (2004), sob “dois aspectos inter-relacionados: a tentativa de rechaçar o caráter ornamental da cultura brasileira e uma "ida ao povo" que se expressa no ideal de democratização do acesso à cultura”. (BARBATO JUNIOR, 2004, p. 128).

Neste sentido, as bibliotecas públicas eram consideradas uma peça importante. Mário defendia uma biblioteca mais ativa, espantava-se com o horário restrito que as bibliotecas de maneira geral ofereciam e que impediam seu uso pelos trabalhadores: “Ora essas bibliotecas se abrem geralmente na hora em que começa o trabalho quotidiano, e se fecham às vinte horas. Aos domingos e feriados elas se conservam fechadas!” (ANDRADE, 1957, p.7).

Mário dedicava atenção especial às crianças, em especial às moradoras em bairros proletários, pois percebia a importância da criação no hábito de leitura o mais cedo possível. Para ele o que importava “não é o lirismo da literatura, mas a criação de um hábito completamente novo para o nosso povo”. (ANDRADE, 1957, p.8).

Percebia nas bibliotecas um cunho político, pois considerava que por meio da leitura poderia se formar cidadãos mais atuantes na vida nacional.

A criação de bibliotecas populares me parece uma das atividades mais necessárias atualmente para o desenvolvimento da cultura brasileira. Não que essas bibliotecas venham a resolver qualquer dos dolorosos problemas da nossa cultura, o da alfabetização, por exemplo. Mas a disseminação, no povo, do hábito de ler, se bem orientada, criará fatalmente uma população urbana mais esclarecida, mais capaz de vontade própria, menos indiferente à vida nacional. Será talvez esse um passo agigantado para a estabilização de uma entidade racial, que, coitada! acha-se desprovida de outras forças de unificação. (ANDRADE, 1957, p.7).

Assim, Mário idealizou as “Casas de Cultura”, que abrigariam uma biblioteca para adultos e uma biblioteca infantil, além de um espaço para palestras e cinema educativo. Em andar superior estariam localizados um auditório para 600 pessoas e um espaço popular para reunir a comunidade. Este projeto revela a crença de Mário sobre o papel dinamizador da comunidade em torno da cultura. As bibliotecas instaladas aí fariam parte de um projeto cívico, para a formação de uma população mais esclarecida.

[...] um clube popular, clube de caráter social, que terá como função principal, dirigido como é pelos próprios operários, dirigir o organismo todo, naquilo em que essa direção for uma consulta às exigências do povo; facilitar o contato com a direção cultural, administrar a parte meramente calendária das manifestações públicas, cinemas, cursos de educação popular, teatro, bailes, concertos, conferências. No teto, enfim, em dois planos, há dispositivos pra leitura ao ar livre, danças, ginásticas e chuveiros. (ANDRADE, 1957, p.8).

Enfim, Mário de Andrade pensou de forma profética um sistema de biblioteca dentro dos padrões organizacionais mais modernos, cujas implantação e manutenção ainda oferecem dificuldades no Brasil atual. O escritor mudou-se para o Rio de Janeiro em 1938, onde ocupou o cargo de professor catedrático de Filosofia e História da Arte na Universidade Federal do Distrito Federal. Participou da formulação da área de cultura na administração federal. Porém,

sua participação no Governo Federal foi para ele desgastante, tendo voltado para em 1942 para São Paulo, onde morreu três anos depois.

Rubens Borba de Moraes

Rubens Borba de Moraes (1899-1986) intelectual paulista, bibliófilo, bibliotecário, foi uma figura determinante na área de biblioteca no Brasil. Fez parte da organização da Semana de Arte Moderna, em 1922, da qual, porém, não esteve presencialmente, pois se encontrava doente. Participou da criação de diversas revistas consideradas fundamentais à cultura nacional, como a *Klaxon*.

Na área de biblioteca teve uma atuação brilhante, que segundo Camargo (1999, p.79) “alterou o entendimento do uso e do papel cultural das bibliotecas”. Borba de Moraes foi importante tanto como idealizador e executor de políticas para bibliotecas públicas, quanto como escritor de obras importantes, entre as quais *O problema das bibliotecas no Brasil* (1983), marco na literatura sobre o tema.

Borba de Moraes, a modelo de seu amigo Mário de Andrade, com quem trabalhou no Departamento de Cultura de São Paulo, tinha um projeto político nacionalista para cuja realização exigiria dele e de todos os companheiros participação ativa na área de cultura.

Se continuarmos a agir – ou melhor, a não agir – como até hoje, o Brasil não será mais, dentro de poucos anos, um centro de cultura e de estudos brasileiros, mas apenas uma belíssima paisagem. Evitemos essa desgraça ridícula (MORAES apud BARBATO JÚNIOR, 2004, p. 164).

Na Divisão de Bibliotecas, segundo Viana (2011, p. 112), pensou uma rede de bibliotecas dentro dos moldes mais modernos da época, formada por uma biblioteca central e uma rede de bibliotecas, situadas em bairros da cidade, para crianças e jovens. Utilizando-se do termo biblioteca popular, até hoje empregado, promove o uso de carros bibliotecas, que chamou de bibliotecas circulantes, que ia ao encontro dos usuários.

Uma biblioteca central, no caso a Biblioteca Pública Municipal, voltada ao apoio à pesquisa, porém sem realizar empréstimo de obras; biblioteca infantil, destinada à Infância e Juventude; bibliotecas populares, a serem localizadas em bairros e nas quais a população poderia realizar o empréstimo de obras diversas; bibliotecas circulantes. Dentre os modelos de bibliotecas apresentados, as populares não chegaram a sair do papel com o advento do Estado Novo. (VIANA, 2011, p. 112).

Uma de suas maiores preocupações era com as crianças, para as quais criou uma biblioteca infantil em São Paulo, em 1936. Em 1955, esta biblioteca passará a se chamar Monteiro Lobato. A biblioteca infantil, segundo Negrão (1983, p. 64) visava a atrair as

crianças para esse novo universo, oferecendo sala de leitura, sala de livros, sala de revistas, sala de jogos e de festas, além de um cinema. O sucesso foi tanto que a biblioteca recebeu, em 1936, a visita de 25.547 crianças. Destacava-se a preocupação de identificar o interesse dessas crianças, e também dos profissionais que atuavam nesse novo tipo de biblioteca.

A Biblioteca foi formada tendo por base a constituição de acervo composto por obras nacionais de literatura infantil e traduções autorizadas de obras estrangeiras; além disso, o acervo constituiu-se de revistas educativas, gravuras, mapas, selos e moedas. Havia, também, a preocupação de ouvir as crianças para constatar quais obras preferiam. As bibliotecárias organizavam diariamente o *Jornal das Crianças*, feito com recortes de notícias de jornais que poderiam interessar às crianças e que deveria ser lido diariamente para o público. No mesmo ano de inauguração da Biblioteca, 1936, teve início o empréstimo domiciliar, assim como a criação do jornal *A Voz da Infância*, produzido pelas próprias crianças que, segundo Raffaini (2001, p. 68) publicavam “críticas de livros, crônicas, desenhos e biografias de escritores famosos”. (VIANA, 2011, p. 104).

Outra novidade foi à implantação da Biblioteca Circulante, utilizando uma caminhonete adaptada, que parava nos parques da cidade. Moraes a considerava um importante canal de divulgação da Biblioteca Municipal. Ao levar a biblioteca a lugares públicos, apresentava uma nova face institucional onde o cidadão podia, gratuitamente, dedicar-se à leitura e ao lazer.

Resolvi fazer uma Biblioteca Circulante nos Parques, não com o intuito de fazer com que o leitor fosse estudar lá. Não. Era propaganda da Biblioteca. O sujeito vai ao Parque, pega uma revista, um livro, fica sabendo que pode ler com mais tempo na Biblioteca Municipal. Era uma propaganda da coisa. E foi excelente. Porque de fato isso conscientizou a população de que existia uma Biblioteca, onde se podia ler revistas, jornais e, tudo isso, sem pagar nada, sem burocracias, sem nada. Era entrar, pedir e sentar (MORAES apud BARBATO JÚNIOR, 2004, p. 169).

A biblioteca circulante funcionou de 1936 a 1942, quando foi extinta pelo prefeito Prestes Maia, que considerava que elas forneciam “romances policiais a uma dúzia de vagabundos escanchados nos bancos da Praça da República, justamente nas horas de trabalho da população” (MAIA apud CAMARGO, 1999, p. 181).

Rubens Borba de Moraes também participou do projeto inovador de criação de bibliotecas populares, sendo que, segundo Viana (2011, p.106), “o simples nome dessas bibliotecas já é algo revelador, pois, num país em que os livros e a leitura eram bens acessíveis às pessoas mais abastadas, que compunham pequena parcela da sociedade, relacionar o termo *biblioteca* ao *popular* foi algo inusitado, que evidenciou aquilo que se almejava: democratizar a leitura”.

Este projeto causou grande impacto. Uma matéria no *Diário da Noite*, de 22 de janeiro de 1936, informa “as bibliotecas proletárias [estariam] abertas sábados e domingos [para] recrear o espírito das classes operárias e elevar-lhes o nível espiritual” (NEGRÃO, 1983, p. 57). Estas bibliotecas seriam instaladas em bairros operários, oferecendo livros, palestras e cursos. Pensou, também, que as atividades técnicas seriam centralizadas na Biblioteca Municipal, possibilitando aos funcionários das bibliotecas populares desenvolverem atividades culturais.

Borba de Moraes dirigiu a Biblioteca Municipal de 1935 a 1942. Neste período a instituição passou por uma grande intervenção técnica, incluindo a composição de acervo voltado para a compra de livros em português, já que anteriormente a língua francesa era predominante. Planejou um novo prédio, construído especialmente para abrigá-la. Rubens Borba deixou a direção antes da inauguração das novas instalações, mas legou a sua marca no planejamento rigoroso da instituição, que a transformou num grande destaque no cenário cultural paulista.

Criou ainda, em 1936, o primeiro curso de formação de bibliotecários em São Paulo. Foi ainda, de 1945 a 1947, diretor da Biblioteca Nacional, onde implantou um novo método de trabalho. Foi também vice-diretor (1948-1949) e diretor (1954-1959) da Biblioteca da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York, e diretor do Centro de Informações, também da ONU, em Paris, de 1949 a 1954. De volta ao Brasil, trabalhou como professor na Universidade de Brasília de 1963 a 1970.

O trabalho de Borba de Moraes foi fundamental para uma nova visão de bibliotecas públicas transformadas, segundo Viana (2011, p. 110), “em espaço para a construção da cidadania, e encarava a criação de tais instituições, sobretudo, como forma de atender aos direitos dos cidadãos, de acesso à Educação e Cultura”.

Borba de Moraes até o final de sua vida foi um defensor de uma biblioteca mais atuante na vida nacional. Defendia, também, um melhor esclarecimento dos bibliotecários quanto ao papel da biblioteca na sociedade. Sua biblioteca foi doada a José Mindlin, seu amigo.

Darcy Ribeiro

Darcy Ribeiro (1922-1997) foi o protagonista de uma das experiências educacionais e culturais mais inovadoras baseadas no conceito da Nova Escola, formulado por Anísio Teixeira. Darcy era antropólogo, educador, político e autor de inúmeras obras, algumas delas

fundamentais para o entendimento da cultura brasileira, como *O povo brasileiro* (1995) e *O processo civilizatório* (1968). Foi Ministro da Educação do Governo Jânio Quadros, Chefe da Casa Civil do Governo João Goulart e um dos responsáveis pela criação da Universidade de Brasília, da qual foi seu primeiro reitor.

Darcy foi o mentor e o executor do Programa Especial de Educação nos dois governos de Leonel Brizola no Rio de Janeiro (1986-1990; 1994-1999), ocupando o cargo de vice-governador, no primeiro governo, e de Secretário de Estado, no segundo. O livro, como dizia, “era a maior descoberta da civilização”, representando um importante recurso para a educação e a cultura do Estado do Rio de Janeiro. Planejou a criação de uma nova biblioteca pública e uma rede de bibliotecas escolares de cunho comunitário

Com base na vivência no exterior, como exilado político, Darcy Ribeiro teve oportunidade não apenas de conhecer, mas de ser usuário de bibliotecas de diversos países. Quis então dotar o Rio de Janeiro de uma biblioteca pública dentro dos mais novos conceitos internacionais. Em 1987, reinaugurou a nova Biblioteca Pública do Estado do Rio de Janeiro, que em 1984 fora destruída por um incêndio. Construiu um prédio de 10 mil metros quadrados, de linhas modernas com espaços coloridos, amplos e reversíveis, em um dos lugares mais movimentados da cidade. (FIGUEIREDO, 1987)

Dotou a biblioteca de acervo e equipamento de qualidade, pondo à disposição do público livros, revistas, jornais, gibis, fotos, mapas e diversos outros tipos de publicações e documentos. Instalou uma videoteca, projeto pioneiro na época, atraindo grande quantidade de pessoas. Ofereceu serviços culturais e de informação pública.

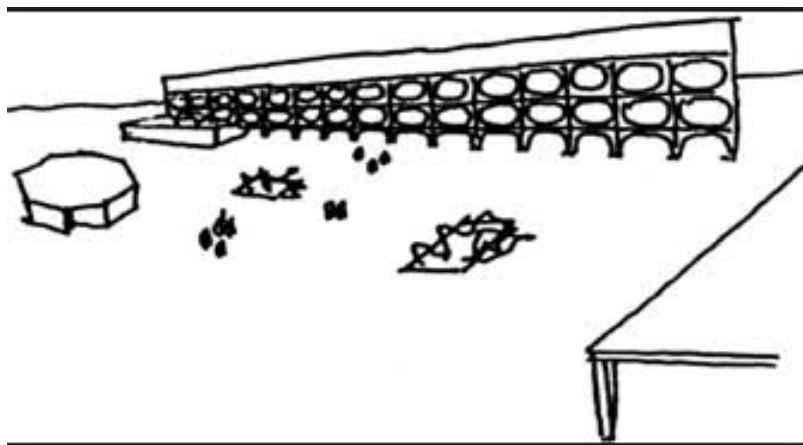
O CIEP é uma escola que funciona das 8 horas da manhã às 5 horas da tarde, com capacidade para abrigar 1.000 alunos. (...) No bloco principal, com três andares, estão as salas de aula, um centro médico, a cozinha e o refeitório, além das áreas de apoio e recreação. No segundo bloco, fica o ginásio coberto, com sua quadra de vôlei/basquete/futebol de salão, arquibancada e vestiários. Esse ginásio é chamado de Salão Polivalente, porque também é utilizado para apresentações teatrais, shows de música, festas etc. No terceiro bloco, de forma octogonal, fica a biblioteca e, sobre ela, as moradias para alunos residentes (RIBEIRO, 1986, p.42)

Darcy Ribeiro criou também bibliotecas em todos os 500 Centros Integrados de Educação e Cultura (CIEP). Essas bibliotecas serviam aos alunos, professores, funcionários da escola, como também à comunidade. Assim, Darcy pensou em uma biblioteca mista, com características de biblioteca escolar e também de biblioteca pública, voltada para atender à população do entorno dos CIEP, que estavam localizados, em boa parte, em regiões de comunidades carentes.

A biblioteca, por exemplo, além de constituir valioso instrumento pedagógico numa escola de tempo integral, por colocar os alunos em contato

comum estimulante patrimônio cultural, reforça os laços de integração da Escola Pública com a comunidade, que pode utilizá-la como uma biblioteca convencional pedindo livros emprestados. (RIBEIRO, 1986, p. 124)

Figura 4: CIEP, desenho de Oscar Niemeyer. A biblioteca é o octógono fora do corpo da escola.



O acervo foi composto inicialmente por mil obras, em prosa e poesia, mesclando clássicos com autores de vanguarda. Havia também obras de referência e livros de história, geografia, biografias e de outros temas de interesse da escola e da comunidade. A equipe da biblioteca participava das atividades curriculares, mas também oferecia atividades culturais, promovendo encontros com escritores, clubes de leitura e projetos de resgate da memória local. O treinamento de pessoal e a assessoria técnica para seu funcionamento eram de responsabilidade da Biblioteca Pública do Estado.

A estrutura dos CIEP era composta de diversas coordenações que trabalhavam em conjunto. A coordenação de bibliotecas interagiu, principalmente, com a coordenação de Estudos Dirigidos, que contava com livros para serem manuseados nas atividades curriculares e com a coordenação de animação cultural, que desenvolvia atividades culturais com a escola e a comunidade.

Esta interação era considerada fundamental para a implantação de um novo modelo de atuação das comunidades. Por exemplo, a equipe da biblioteca contava com o apoio dos animadores culturais para pesquisa de campo, visando a levantar as características das comunidades locais. O levantamento fornecia uma gama de informações sobre as personalidades e os lugares característicos, além de outros dados que possibilitassem um sentimento de identificação. A partir daí eram criados dossiês e pequenas exposições que auxiliavam na criação de uma identidade para essas comunidades.

3.2 BIBLIOTECA PÚBLICA NA LITERATURA DE BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO BRASILEIRAS

A literatura especializada nacional produzida por pesquisadores brasileiros, que focalizam o tema da biblioteca pública, pode ser considerada diversificada, embora, na maioria dos trabalhos, haja consenso sobre o papel social dessas instituições.

As bibliotecas públicas no Brasil, em sua grande maioria, adotam os preceitos arrolados no Manifesto da IFLA/UNESCO (1994), que são: atender gratuitamente, sem nenhum tipo de preconceito, a toda a comunidade, desde o bebê até a terceira idade; possuir um acervo universal e em diversas formas de documentos; serem financiadas pelo poder público tendo como objetivo suprir os mais diversificados interesses relacionados à leitura e à informação. O Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (2013) estabelece, em seu site, que a biblioteca pública:

Tem por objetivo atender, por meio do seu acervo e de seus serviços, os diferentes interesses de leitura e informação da comunidade em que está localizada, colaborando para ampliar o acesso à informação, à leitura e ao livro, de forma gratuita. Atende a todos os públicos, bebês, crianças, jovens, adultos, pessoas da melhor idade e pessoas com necessidades especiais. É criada e mantida pelo Estado (Município, Estado ou Federação). No Brasil, existem bibliotecas públicas que possuem acervos especializados e, por isso vêm sendo denominadas como Bibliotecas Públicas Temáticas, ou que oferecem serviços especializados para um determinado público e por isso são identificadas pelo público, tal como Biblioteca Pública Infantil, ou Biblioteca Pública Especial (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2013)

Um dos temas mais recorrentes diz respeito à relação da biblioteca pública com a comunidade a partir da década de 70. Neste sentido, deve-se ressaltar a produção do bibliotecário Emir Suaiden, que desde aquela década vem analisando sob diversos ângulos tal relação. Suaiden foi diretor-adjunto do INL, diretor do IBICT e é professor da UNB, o que lhe permite aliar a teoria à prática institucional. Sua tese (1989) e sua dissertação (1980) versaram sobre o tema biblioteca pública e comunidade. Para ele, a biblioteca pública constitui-se em um ponto central da comunidade.

Na realidade, a biblioteca deve constituir-se, cada vez mais, em um centro convergente das aspirações comunitárias, ou seja, deve ter uma identificação muito grande com a comunidade e contribuir para resolver os problemas que são próprios à mesma comunidade. (SUAIDEN, 1995, p.20).

As décadas de 1970 e 1980 foram importantes para o estudo das bibliotecas públicas. Em artigo de 1979, Ana Maria Cardoso e Maria Helena de Andrade Magalhães apontaram

quatro funções para as bibliotecas públicas, a saber: apoio à educação formal, a função informativa, a função cultural e a recreativa. É interessante notar que as autoras já incluíam a importância do serviço à comunidade, visto como “ponto de busca de soluções para problemas da vida cotidiana” por meio da informação (CARDOSO; MAGALHÃES, 1979, p. 53-54). Porém, consideravam que ainda faltava muito para uma real aproximação entre a biblioteca e sua comunidade, entre a teoria e a prática bibliotecária.

Consideramos que informação é vital para o usuário, enquanto nos esquecemos do problema mais amplo da leitura. Admitimos tranquilamente que a biblioteca pública é uma instituição “do povo e para o povo”, mas as decisões são tomadas sem qualquer participação – e mais do que isso, sem o conhecimento – dos membros da comunidade. Dizemos que as necessidades de informação devem ser atendidas, mas as bibliotecas públicas são planejadas e instaladas sem ao menos um levantamento, um estudo dessas necessidades. Existe uma verdadeira ambivalência de atitudes, um distanciamento entre a teoria e a prática bibliotecárias. (CARDOSO; MAGALHÃES, 1979, p.51).

Porém, reconheciam que este novo serviço, à época, não tinha sido incorporado às bibliotecas públicas brasileiras. Um comentário das autoras mostrou-se de extrema atualidade, pois diz respeito à biblioteca pública como o:

[...] principal centro de vida cultural da sociedade, oferecendo aos indivíduos oportunidades de contato, participação, apreciação das artes, proporcionando ambiente agradável, estimulando e agindo, tanto quanto possível, como contrapeso a cultura comercial orientada de nossos dias. (CARDOSO; MAGALHÃES, 1979, p. 55).

Por fim, as autoras ressaltam que não se podem analisar as funções separadamente, sendo importante analisar as inter-relações entre elas. Assim também ressaltam a importância do trabalho conjunto com instituições de caráter educacional, cultural ou recreativo, que atuem voltadas para o atendimento da comunidade.

Sob a perspectiva da integração nacional, Antônio Miranda escreveu um importante texto, em 1978, no qual ressalta a função social da instituição, alegando que as bibliotecas públicas deveriam voltar-se ao atendimento realista das necessidades da população brasileira. Para tal, precisariam abandonar a perspectiva de classe média baseada em modelos estrangeiros não aplicáveis à realidade brasileira e voltar-se às características nacionais. Para Miranda, o conceito de biblioteca pública deve atentar que:

As definições clássicas que conhecemos resultam abrangentes demais, parece que foram desenhadas para uma realidade mais propícia do que a nossa, figuram um tanto pretensiosas quando confrontadas com a atmosfera pobre, subdesenvolvida e tímida de nossas pequenas e mal aparelhadas bibliotecas municipais. Tão pobres e desprovidas de tudo que apenas sobrevivem pela abnegação e o destemor de uns quantos iluminados ou, na maioria dos casos, adormecem como depósitos perdidos, com livros mortos

nas estantes por falta de mãos hábeis para dinamizá-los. “O mais das vezes, as nossas bibliotecas públicas devotam-se à missão supletiva das bibliotecas escolares”. (MIRANDA, 1978, p.2).

Para alcançar este novo modelo de biblioteca pública, segundo Miranda, era necessário adotar seis princípios básicos: promover o idioma nacional e a indústria editorial; fornecer publicações oficiais; fornecer livros e outros materiais para o estudante; apoiar campanhas de alfabetização e fornecer livros adequados aos neo-alfabetizados; ser depositária do acervo da inteligência e da história do município ou região e prestar serviços de informação técnica, comercial e turística às firmas locais e aos cidadãos.

Porém, nesta mesma década de 1970, as bibliotecas públicas sofreram um golpe em suas funções, voltadas ao atendimento da comunidade, passando a moldar-se para o atendimento escolar prioritariamente. Cabe esclarecer que o apoio à educação é uma das funções precípuas das bibliotecas públicas no sentido lato, isto é, estarem voltadas para a promoção da capacidade de aprender a apreender, dentro do modelo atual adotado internacionalmente pela IFLA. Porém, por falta de bibliotecas escolares, elas passaram a atuar, muitas vezes, como uma extensão da sala de aula (MEDEIROS, 2009). O foco das bibliotecas brasileiras nunca foi a autoeducação ou a educação continuada, mas o apoio às atividades curriculares.

Esta tendência foi também considerada por Milanesi (1983), que registrou a “escolarização” das bibliotecas públicas brasileiras. Cabe ressaltar que seus textos recentes continuam a apontar para a mesma situação.

A partir de 1971 as bibliotecas públicas foram, praticamente, transformadas em bibliotecas escolares...Antes dessa drástica mudança, a biblioteca pública era uma iniciativa que tinha claras intenções de aprimorar a vida cultural do município ou até mesmo estimular a boa leitura. Depois, ela passa a ser um serviço oferecido aos estudantes, principalmente aos que não dispusessem de recursos para ter a sua própria biblioteca em casa. Ou seja, uma espécie de “ajuda” aos “alunos pobres”. (MILANESI, 1983, p.54-55).

O fato é que as demais funções das bibliotecas públicas, em especial o trabalho junto às comunidades, foram prejudicadas. As bibliotecas públicas no Brasil, em boa parte, organizaram suas instalações, seus acervos e suas atividades voltados ao público escolar, em atendimento às suas necessidades curriculares.

Para Milanesi (1983), a adaptação ao sistema de ensino prejudicou o desempenho das bibliotecas públicas brasileiras. “Antes desta drástica mudança, a biblioteca pública era iniciativa que tinha claras intenções de aprimorar a vida cultural do município ou até mesmo de estimular a boa leitura”. (MILANESI, 1983, p. 54).

Segundo Voelcker (2013) esta situação começou a mudar a partir dos anos 1990, com a política do governo federal de distribuição de livros, da implantação de bibliotecas escolares e do uso da Internet, que minimiza o efeito da “escolarização” das bibliotecas públicas. As bibliotecas públicas, segundo a autora, se reinventaram nesse período.

Voelcker (2013) aponta que tanto as políticas públicas quanto as equipes das bibliotecas consideram a promoção da leitura, em especial entre as crianças, a principal função da instituição. As ações culturais despertam os cuidados das bibliotecas públicas. Porém, poucas bibliotecas se voltam para suprir as comunidades, de forma sistemática, na sua necessidade de informação.

As bibliotecas brasileiras não desenvolvem ações sistemáticas para identificar e suprir as necessidades de informação das comunidades locais. A atuação das bibliotecas públicas é de forma geral, mais forte na promoção da cultura e menos significativa no que se refere a disponibilizar e estimular o uso de informação a perspectiva para o futuro das bibliotecas públicas. (VOELCKER, 2013, p.56).

Outro ângulo para análise das bibliotecas públicas é visto em Almeida Junior (2003) considerando-as divididas em “tradicionais” e “alternativas”. Em revisão bibliográfica, o autor aponta a tendência histórica desta divisão.

É possível qualificar a biblioteca pública apresentada como “tradicional”. A biblioteca pública tradicional pode ser definida, acompanhando os textos da área como aquela que enfatiza as funções educacional, de lazer e cultural, mas restringindo à função educacional quase que exclusivamente à educação formal, a função cultural direcionada para trabalhos vinculados à absorção de conhecimentos, visando à erudição e, por sua vez, a função de lazer simplesmente limitada ao empréstimo de livros. Além disso, o modelo tradicional prioriza o livro, enquanto suporte: elege o alfabetizado como seu único usuário e impede que a biblioteca saia de si mesma e interaja com a sociedade. (ALMEIDA JUNIOR, 2003, p. 248)

A outra vertente corresponde a uma visão mais participativa, defendida também por diversos autores nacionais, como Suaiden e Milanesi. Alguns pontos relevantes encontrados na bibliografia, segundo Almeida Junior (2003, p. 260), se baseiam na “relação com a comunidade, participação desta na gestão da biblioteca e de necessidade ou função social”.

Almeida Junior define ainda o conceito de Biblioteca Pública Tradicional “como aquela anterior às propostas que incluíram a função informacional nesse tipo de biblioteca” e o conceito de Biblioteca Alternativa como a “que contraria e, mesmo, se opõe àquela” (ALMEIDA JUNIOR., 2003, p.33).

O papel de mediação entre a comunidade e a informação é tema de diversos autores. Para que esta mediação seja feita de forma eficiente é necessário o conhecimento da comunidade, segundo Cunha (2003).

A integração com a comunidade pressupõe conhecê-la para permitir o planejamento de ações e a criação de produtos e serviços adequados às necessidades dos usuários da biblioteca pública. Servir de mediadora entre a sociedade para qual foi criada e o patrimônio cultural da humanidade, é papel do qual a biblioteca pública não pode abdicar. O processo de mediação de que se utiliza para atender ao seu público. (CUNHA, 2003, p.70).

O papel político das bibliotecas públicas vem também despertando interesse nos pesquisadores. O texto de Nogueira (1983), de tendência marxista, segundo a própria autora, é citado em muitas pesquisas. Ela considera a biblioteca pública como fruto do sistema capitalista surgindo para exercer o controle social. Porém identifica aí um papel ambivalente, pois “não só a função de favorecer a reprodução das relações sociais estabelecidas, mas também o papel de um instrumento auxiliar de edificação de uma nova composição social”. (NOGUEIRA, 1986).

Já Brettas (2010), a partir de uma visão interdisciplinar envolvendo historiadores, sociólogos do conhecimento e bibliotecários, considera que a função da biblioteca volta-se para a cultura, a memória, a identidade e a ideologia. A autora defende que, embora as funções sejam ditadas por uma ordem política dominante, as bibliotecas públicas podem influenciar as comunidades em que se situam, transformando a ordem vigente.

Assim, a biblioteca pública pode legitimar um sistema político dominante, quando disponibiliza um acervo constituído em acordo com interesses de determinados grupos sociais que se mantêm no poder; por outro lado, proporciona – através das atividades que incentivam a leitura, o estudo, a pesquisa e a produção de trabalhos e obras literárias, e por meio da preservação da memória e identidade locais – uma relevante contribuição cultural e educacional para a comunidade ou cidade onde atua. Assim, cria possibilidades de mudança para uma nova ordem social, mais justa e inclusiva para todos os membros. (BRETAS, 2010, p. 118).

Uma outra questão bastante discutida atualmente é a lei de acesso à informação. Milanesi (2012), em artigo no jornal *Folha de S. Paulo*, defende a inclusão das bibliotecas públicas nesta cruzada. Alerta para a dificuldade de prestar informação caso não exista uma infraestrutura eficiente. Traça em outro momento um paralelo entre as estradas que escoam a produção agrícola e as vias que escoam o conhecimento. As bibliotecas públicas poderão, se bem equipadas, exercer seu real papel de ponto de acesso à informação em proveito de quem delas necessitar.

Finalmente, uma linha de pesquisa recente é da relação da biblioteca com o conceito de capital social. Este tema bastante difundido em diversos países ainda não está totalmente assimilado pelos pesquisadores brasileiros. Cabe ressaltar o trabalho de Olinto e Medeiros (2013) que analisam o novo olhar que o emprego do conceito de capital social possibilita às

bibliotecas públicas. Este tema vem ganhando força em um mundo em crise, onde as instituições precisam mostrar sua importância social e econômica.

Para terminar utilizo a frase de Mariza Russo que condensa exemplarmente a situação das bibliotecas brasileiras:

Em se tratando da biblioteca pública no Brasil de hoje, além de todos os parâmetros estabelecidos pelos órgãos nacionais e internacionais, poder-se-ia acrescentar ainda outra função: a de instituição promotora de esperança. Esperança de diminuir o tamanho do abismo socioeconômico que separa brasileiros de brasileiros (RUSSO; SILVA, 2013).

Em síntese, no plano das idéias a biblioteca pública é bem aquinhoadada. Grandes expoentes da intelectualidade brasileira já pensaram sobre a questão, sendo unânimes em reconhecer sua necessária relação com a comunidade, bem como a sua importância para a formação do cidadão. Experiências concretas comandadas por estes intelectuais comprovam que é possível construir bibliotecas públicas mais participativas e atuantes.

Avaliação similar é encontrada na literatura especializada, que aponta para algumas questões prioritárias, como a relação com a comunidade. Boa parte dos autores reconhece a dificuldade de construir um projeto de biblioteca pública voltada para a formação de cidadania.

Assim, constata-se que, no plano das ideias, as bibliotecas públicas são bem representadas, e para avaliar sua prática é que foi pensado o capítulo seguinte, no qual se procura entender as ações governamentais e seus reflexos na sociedade.

3.3 AS POLÍTICAS E AS PRÁTICAS

Este tópico se propõe a fornecer subsídios para um panorama das políticas para bibliotecas públicas brasileiras, procurando detectar a existência, ou não, de uma visão social, voltada para o atendimento à comunidade. Para tal, se percorrerá, de forma sucinta, o estabelecimento de políticas para a área nos períodos mais significativos da história política recente.

As políticas internacionais e o espelhamento no Brasil

A cultura, concebida como política e institucionalizada nas agendas governamentais, não tem seu marco fundador reconhecido de forma unânime pelos pesquisadores da área, segundo Rubim e Rocha (2012, p. 14). Os pesquisadores reconhecem três iniciativas

ocorridas na Espanha (década de 1930), na Inglaterra (década de 1940) e na França (década de 1950) como os pontos iniciais das políticas para a área.

A criação do Ministério de Assuntos Culturais, na França, idealizado por Andre Malraux, em 1959, vem se impondo neste quadro como a mais forte tendência de demarcar o surgimento das políticas culturais. Durante os dez anos em que esteve à frente do Ministério, Malraux criou um modelo de democratização cultural, segundo Rubim (2012, p. 15), tendo como base o tripé: preservação, difusão e acesso ao patrimônio cultural.

Segue-se a Malraux a gestão Pompidou (1969-1974), que se voltou para a municipalização da cultura e para a criação de Centros de Animação Cultural, tendo como marco a abertura da Bibliothèque Publique d'Information, cujo modelo revolucionou a concepção de bibliotecas públicas. Este modelo influenciou a política de algumas bibliotecas brasileiras, como por exemplo, o Centro Cultural São Paulo Vergueiro e suas bibliotecas (1982) e a Biblioteca do Estado do Rio de Janeiro (1987).

Para a consolidação das políticas culturais foi fundamental a ação da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) como o marco no processo de institucionalização da Cultura e de seu reconhecimento internacional como área de atuação. A UNESCO capacitou recursos humanos, promoveu debates e “lançou documentos que serviram para criar alicerces internacionais nas agendas governamentais de diversos países”, segundo Rubim (2012).

É interessante notar a estreita ligação da UNESCO com o Brasil, que foi um dos países fundadores da Organização das Nações Unidas (ONU). Esta ligação faz com que o país seja considerado um importante aliado na defesa de suas metas. O documento *Marco estratégico para a UNESCO no Brasil* (2006) considera o escritório de Brasília um dos mais importantes para a UNESCO. Em avaliação da área de Cultura no Brasil, considerou positivamente o desempenho das políticas culturais implantadas no país, exemplificando como ações afirmativas a Lei do Livro e o Plano Nacional de Cultura. (UNESCO, 2006).

O cenário atual é favorável à expansão das atividades de promoção cultural e de preservação do patrimônio no Brasil. De fato, a ação estatal nesse setor passa por um período de forte afirmação no país. A consciência da dimensão econômica da cultura vem crescendo, assim como a de seu papel na concepção de políticas sociais que favoreçam o respeito à diversidade cultural, ao pluralismo e aos direitos humanos. Nesse contexto, uma série de políticas culturais foi formulada, entre elas: ações normativas como a Lei do Livro e a emenda constitucional que cria o Plano Nacional de Cultura; o estabelecimento de um sistema de gestão para o campo da museologia; campanha nacional em favor da definição de um orçamento anual mínimo para a cultura; e o estabelecimento de mecanismos mais claros para a

alocação dos recursos destinados a projetos culturais. (UNESCO, 2006, p. 42)

A UNESCO lançou manifestos para Bibliotecas Públicas e áreas similares que serviram de base ao desenvolvimento de políticas nacionais adotadas em boa parte dos países ocidentais. Na área de Bibliotecas Públicas foram lançados três manifestos, nos anos de 1949, 1972 e 1994, este último em colaboração com a Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Bibliotecas (IFLA). Esta parceria produziu ainda outros documentos complementares para a área, como os manifestos sobre bibliotecas escolares, a Internet e a Biblioteca Multicultural. (MEDEIROS, 2013; IFLA/UNESCO, 1994).

A IFLA, criada em 1927, também ocupa papel de destaque na formulação de políticas, por meio da promoção de encontros e produção de diversos documentos que vêm auxiliando o desenvolvimento das bibliotecas públicas em muitos países. As *Diretrizes da IFLA para as bibliotecas públicas* (2012) é um documento considerado fundamental para a área. Ali estão arroladas informações que possibilitam o desenvolvimento de “melhores serviços, acervos apropriados e formatos acessíveis, no contexto e diante das exigências da comunidade local” (IFLA, 2012, p. IX).

O Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas do Brasil recomenda o *Manifesto da IFLA/UNESCO* como um documento base para guiar a política das bibliotecas públicas estaduais e municipais. Para sua divulgação promoveu a sua tradução lançada no V Encontro do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (Salvador, 1995). Este manifesto, segundo a Biblioteca Nacional:

Deve servir como fonte de reflexão sobre seu papel e suas funções no mundo globalizado, mas cabe aos dirigentes de bibliotecas priorizarem o desenvolvimento de suas funções de acordo com a realidade local e, até mesmo, identificar novas funções dentro de suas comunidades (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2000, p.20).

Outros órgãos internacionais, além da UNESCO, em muito influenciaram o estabelecimento das políticas na área de bibliotecas na América Latina, como a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI) e o Centro Regional para Fomento do Livro na América Latina e Caribe (CERLALC). Segundo Moraes Junior, datam da década de 50, tendo neste período promovido reuniões, encontros, além de divulgar documentos e patrocinar projetos na área.

Dentre as reuniões internacionais, algumas são consideradas marcos na política para a área, conforme relacionadas a seguir:

- Reunião Regional sobre o Estado Atual e Estratégias para o Desenvolvimento das Bibliotecas Públicas na América Latina, organizada em 1982 pela CERLALC/UNESCO, que divulgou a Declaração de Caracas com a recomendação de que os governos estabeleçam orçamento para as bibliotecas públicas em seus Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND). A Colômbia inclui as bibliotecas nos PND de 2002-2006 e 2007-2010.

- Reunião Latino Americana de Políticas Nacionais de Leitura (CERLALC), no Rio de Janeiro, em 1992, que propôs uma ação conjunta entre governo e sociedade civil, por meio de programas e recursos voltados para o benefício de toda a população.

Política nacional de lectura debe ser concebida como una acción del Estado, movilizadora y articuladora de las experiencias y esfuerzos de la sociedad civil e del gobierno. Debe establecer prioridades, asociar recursos e invertir en programas coordinados que multipliquen sus afectos, descentralicen las iniciativas y faciliten extender los beneficios a toda la población (PATIÑO, 2005, p. 65 apud MORAES, 2013, p. 7).

- Reunião em Caracas, em 1985, que produziu a *Declaração de Caracas sobre a Biblioteca Pública como fator de desenvolvimento e instrumento de mudança na América Latina e no Caribe*. .

- A XIII Cúpula Ibero-americana em Santa Cruz de La Sierra (Bolívia), em 2003, foi um evento marcante, destacando a leitura como “um instrumento real para a inclusão social e um fator básico para o desenvolvimento social, cultural e econômico” (CERLALC/OEI, 2004, p. 12 apud MORAES, 2010, p.7). Neste evento, os representantes dos governos se comprometeram com a criação de planos de leitura e estabeleceram o Ano Ibero-americano da Leitura, em 2005.

As políticas nacionais

As Origens

O Brasil nem tinha sido descoberto quando Gutenberg revolucionou o mundo com a invenção da imprensa. Em 1500, ano do descobrimento, a Europa começava a viver uma grande revolução de ideias. O uso da imprensa por meio dos tipos móveis mudaram a forma de comunicação e jogou a humanidade num turbilhão de ideias. Os livros, até então copiados manualmente e de circulação restrita, ganharam um novo alcance. Passaram a ser impressos em escala, barateando o custo, aumentando o grau de alfabetização, fazendo circular ideias e iniciando uma nova fase da história da humanidade.

Os séculos consecutivos foram marcados por uma grande efervescência editorial, com o aprimoramento do formato do livro e o surgimento dos periódicos. Na área de bibliotecas surgem grandes novidades. Elas floresciam na Europa. A Biblioteca Nacional de Paris, de 1565, e a de Lourenço de Médici, com as famosas escadarias de Michelangelo, de 1571, são exemplos da grandiosidade que essas instituições assumiam na época.

Nas Américas, o novo continente, os novos ares também circulavam. Benjamin Franklin organiza a primeira biblioteca pública por subscrição na Filadélfia, em 1731. Nossos vizinhos do Novo Mundo já tinham tipografias. No México, em 1635, no Peru, em 1683, e nos Estados Unidos, em 1640.

O Brasil, entretanto, não podia ter tipografias e não havia aqui movimento no sentido da criação de bibliotecas públicas. As bibliotecas que existiam eram de propriedade privada, pertencendo a particulares ou a ordens religiosas, em especial os jesuítas. Eram em geral bibliotecas voltadas para o ensino e a catequese, compostas por breviários, bíblias, obras teológicas, livros didáticos em latim e clássicos da literatura latina e portuguesa. Também não podia se publicar no Brasil; a composição dos poucos acervos existentes dependia da entrada de livros na colônia, e esta entrada era controlada e censurada. A primeira tipografia não clandestina data de 1808, ano da chegada da corte portuguesa ao Brasil.

Entre as bibliotecas particulares mais expressivas no período colonial se pode citar a do advogado José Pereira Ribeiro ou a do cônego Luiz Vieira da Silva, esta com 800 volumes. Graças a esta biblioteca, cujo acervo foi considerado inadequado pela inquisição, Luiz Vieira respondeu aos Autos da Devassa, sendo punido pela circulação de ideias revolucionárias. Cabe ainda lembrar a pequena biblioteca de uma mulher instruída, fato raro na época, Jacinta de São José, fundadora da Ordem das Carmelitas no Brasil.

Assim, ao contrário da grande circulação de ideias e da formulação de bibliotecas de cunho público em diversos países do Ocidente, o Brasil Colônia sofria de muitas restrições impostas pelo Estado português. Neste período, o número de analfabetos alcançava, então, 80% da população.

A chegada da família real portuguesa modifica esta situação. O Brasil vê chegar pelos seus portos a elite portuguesa e uma das melhores bibliotecas europeias da época – a Real Biblioteca D’Ajuda. Esta biblioteca é a base da atual Biblioteca Nacional, que foi fundada em 1810 e aberta ao público quatro anos depois (FONSECA, 1979, p. 158).

Uma das primeiras medidas de D. João VI foi a instalação da Imprensa Régia. A princípio, deveria cuidar da divulgação de documentos oficiais, porém ampliou sua atuação,

publicando, até a Independência, 1.154 trabalhos, que vão de documentos oficiais e periódicos de cunho político, a sermões, poesias, romances e peças de teatro.

A base do acervo da Biblioteca Nacional era composta basicamente da Livraria do rei D. José, acrescido mais tarde por inúmeras doações. Livros, documentos, pinturas e outros bens, somando cerca de sessenta mil itens, chegaram de Portugal em três viagens, a última realizada em 1811. Affonso Romano de Sant'Anna considera que, com a chegada da biblioteca nestas viagens, chegam também ao Brasil ideias iluministas que circulavam na Europa. Para ele, “o iluminismo chegou ao Brasil em caixotes”. Além do acervo, veio também de Portugal o bibliotecário Joaquim dos Santos Marrocos, responsável pela Real Biblioteca D'Ajuda, introduzindo técnicas de tratamento de acervo.

Já a primeira biblioteca pública nasceu em 1811, na Bahia. Era uma biblioteca de subscrição, de acordo com o modelo que se fortalecia na Europa e nos Estados Unidos, no século XVIII. Para a sua implantação, foi elaborado o que pode ser considerado o primeiro planejamento de bibliotecas no Brasil, o “*Plano para o estabelecimento de uma bibliotheca pública capitania na cidade de Salvador, oferecido a aprovação do Sr. Conde dos Arcos, capitão general daquela capitania*”.

Em pesquisa sobre o tema, Azevedo (2012) informa que o Plano estabelecia a forma de seleção do acervo, que já no início contava com quatro mil volumes obtidos através dos recursos de subscrições ou doações, além de estabelecer a necessidade da admissão de um bibliotecário para sua organização. Foi também elaborado o catálogo deste acervo, em 1818, sendo considerado o primeiro catálogo de biblioteca brasileiro. Segundo Edson Nery da Fonseca (1979) uma das metas visava a “remover o primeiro e maior obstáculo que se oferece à instrução pública, o qual consiste na falta de livros e notícias do estado das artes e das ciências na Europa”.

O Brasil independente se organizou para as novas demandas. Uma das medidas foi a compra da Biblioteca Real, com exceção de parte dos documentos, que retornaram a Portugal. O governo brasileiro comprou esta biblioteca por 800 contos de réis, nos termos da Convenção Adicional de Amizade e Aliança. Assim, a partir de 1825, a Real Biblioteca passou a pertencer ao Brasil.

Jornais e folhetins foram lançados. São instaladas inúmeras tipografias e editoras, como as casas Laemmert (1838) e Garnier (1844), no Rio de Janeiro, e a Garraux, em São Paulo. Surge também uma brilhante safra de escritores: José de Alencar, Machado de Assis, Martins Pena, Joaquim Manuel de Macedo, Gonçalves de Magalhães e tantos outros. Novas bibliotecas são criadas pelo país, em especial as públicas: no Maranhão (1830), em Sergipe

(1848), em Pernambuco (1852), em Santa Catarina (decreto de 1854), no Espírito Santo (1855), no Paraná (1857), na Paraíba (1857), em Alagoas (1865), no Ceará (1867), no Amazonas (1870), no Rio Grande do Sul (1871), no Pará (1871), no Rio de Janeiro (1873) e no Piauí (1883).

O Brasil desta época tinha uma população com baixo nível de alfabetização – menos de 30% da população estava alfabetizada. Além disso, 80% da população morava no meio rural.

Neste período, o Rio de Janeiro possuía uma vida literária efervescente. Uma discussão presente nas rodas literárias era descobrir se o Brasil era ou não um país de leitores, discussão que persiste até hoje. Quanto às bibliotecas, os dados divulgados no *Anuário Estatístico* de 1908/1912 mostram que existiam no Brasil 465 delas, sendo que 132 eram de “associações literárias, científicas e instrutivas”. As bibliotecas públicas somavam 47, sendo uma federal, 16 estaduais e 30 municipais. Novas bibliotecas são abertas ao público: a Biblioteca Pública Estadual de Mato Grosso, em 1912 e a Biblioteca Municipal de São Paulo, em 1926.

Em 1914, o mundo enfrenta a Primeira Guerra Mundial. Nos Estados Unidos, a IFLA se alia ao esforço de guerra. Providencia livros para serem levados ao *front*, abre suas instalações para apoiar as necessidades de guerra e participa de campanhas de esclarecimento endereçadas à população civil, segundo Meneses Tello. Essas medidas granjeiam, para os bibliotecários, o respeito da sociedade e das autoridades públicas.

No Brasil, nossa guerra é cultural. Em 1922, realiza-se a Semana de Arte Moderna, marco da cultura nacional. Este evento foi apoiado por grandes intelectuais, como Mário de Andrade, Oswald de Andrade e Manuel Bandeira. Futuramente, boa parte deles se engajaria na administração pública municipal, estadual ou federal.

Na área de educação, surge um movimento de revitalização do sistema educacional capitaneado por Anísio Teixeira, baseado em John Dewey, famoso educador americano. Os ideais de Anísio Teixeira influenciaram diversas gerações de educadores, como Paulo Freire e Darcy Ribeiro.

Outro fato importante foi a instalação a Biblioteca Municipal, em 1926, no município de São Paulo, depois chamada Biblioteca Mário de Andrade. É a maior biblioteca pública do país e a segunda em quantidade de acervo.

A Era Vargas (1930-1945)

A noção de uma política federal para a área de cultura no Brasil data do Governo de Getúlio Vargas, com a criação do Ministério da Educação e Saúde (MES), em 1930. Antes, não havia um planejamento sistemático para a área de cultura. (RUBIM, ROCHA, 2012; CALABRE, 2007).

Este Ministério teve seu período áureo entre 1934 e 1945, sob o comando de Gustavo Capanema, que estabeleceu a base de uma política cultural para o país. Esta política, paradoxalmente, nasce em um momento de exceção – com a instalação da ditadura do Estado Novo, em 10 de novembro 1937, que perdurou até outubro de 1945.

A formulação destas políticas foi idealizada por alguns dos mais respeitados intelectuais da época, como Carlos Drummond de Andrade, Rodrigo Melo Franco de Andrade e Mário de Andrade, sabiamente acolhidos por Capanema. O período foi marcado pela implantação da estrutura institucional da área de Cultura, com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), do Museu Nacional de Belas Artes, do Serviço Nacional do Teatro e do Instituto Nacional do Livro (INL).

O INL foi criado pelo decreto nº. 93, de 21 de dezembro de 1937, e tinha como objetivos a elaboração da *Enciclopédia Brasileira* e do *Dicionário da Língua Nacional*, edição de obras raras ou de interesse cultural, além de um serviço voltado a incentivar a criação de bibliotecas públicas no Brasil. O INL foi, assim, o responsável pela implantação da primeira política para a área de bibliotecas em âmbito federal.

A concepção do Instituto deve muito a Mário de Andrade. Ele vinha de uma experiência exitosa à frente do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo (1935-1938), e pode ser considerado como responsável pela formulação da primeira política cultural do Brasil. Sua atuação é considerada um marco e, embora tenha se restringido ao de âmbito municipal, teve visibilidade nacional, conforme visto no capítulo três dessa tese.

A atuação do INL foi prejudicada devido à divisão de poder, na área do livro, com o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). A divisão de poder é uma das características nefastas que marcaram diversos governos em muitos outros momentos da história da cultura em nosso país (RUBIM, 2012). Apesar desta divisão, o INL controlou o mercado editorial brasileiro por meio, principalmente, das compras de livros distribuídos às bibliotecas. Influenciou, também, o desenvolvimento dos profissionais que trabalhavam nas bibliotecas, especialmente com publicações técnicas e realização de cursos de aperfeiçoamento.

Porém, a função social da biblioteca pública, vista como um espaço importante para a comunidade, não se concretizou, distanciando-se da atuação das instituições similares em outros países. Suely Braga da Silva, pesquisadora da trajetória do INL entre 1937 e 1945, observa:

Quanto às bibliotecas, sabemos que apesar de serem consideradas por Capanema centros de formação de personalidade, de compreensão do mundo e de autoeducação, continuaram sendo até os nossos dias apenas locais onde as pessoas encontram livros. A ideia de biblioteca enquanto espaço vivo de trocas, de debates, de crescimento individual e coletivo dos membros da comunidade a que ela atende ainda não se consolidou em nossa sociedade (SILVA, 1995, p. 57).

A democratização ou a república populista (1945-1964)

A cultura brasileira neste período atravessou dois tipos de movimentos: um forte desempenho ligado à produção em diversas áreas da sociedade civil e uma fraca atuação governamental, segundo Rubim (2012):

O interregno democrático de 1945 a 1964 reafirma duas tristes tradições. O esplendoroso desenvolvimento da cultura brasileira que acontece no período, em quase todas as áreas, não tem correspondência com o que ocorre nas políticas culturais nacionais (RUBIM, 2012, p.33).

No âmbito federal, foi lançada a Campanha Nacional do Livro (1960) e o Serviço Nacional de Bibliotecas (1962), no antigo Ministério da Educação e Cultura, e que foi incorporado, em 1968, ao Instituto Nacional do Livro. A partir daí, registrou-se um incremento das ações na área, em especial com o fortalecimento da malha de bibliotecas por meio da assinatura de convênios com os municípios. Outra ação que influenciou as bibliotecas diz respeito ao estabelecimento da política de coedições, em detrimento da aquisição de livros. Essas obras abasteciam anualmente os acervos dessas instituições.

Por outro lado, a sociedade civil atravessou um período profícuo na área cultural. Os Centros Populares de Cultura (CPC), associados à União dos Estudantes do Brasil (UNE), foram criados em 1962 por um grupo de intelectuais de orientação marxista, e tinham como objetivo a popularização da arte e da cultura. Promoveram cursos e debates e produziram peças teatrais, livros e outros documentos que marcaram época. (CPDOC).

Cabe ainda lembrar o projeto cultural do Departamento de Documentação e Cultura (DDC) da cidade do Recife, no final da década de 40. O DDC implantou um projeto revolucionário que englobava bibliotecas em bairros populares (Encruzilhada, Casa Amarela, Afogados e Santo Amaro), uma biblioteca circulante, um posto de empréstimo no centro da

cidade e uma discoteca. Estas bibliotecas obedeciam, segundo Verri (2010), a um projeto político de “elevar o nível cultural da população”.

Os anos de chumbo (1964-1985)

Em 1964, é instaurado o regime de ditadura militar que durou 21 anos. Este período, conhecido como “os anos de chumbo”, marcaram indelevelmente a área cultural. Por um lado, a sociedade civil sofria com a repressão e a censura. Por outro, a administração federal se organizava visando à institucionalização do modelo implantado a partir do golpe civil-militar. Os quatro governos do regime militar não foram uniformes, espelhando momentos diversos na política brasileira no período.

O governo Castelo Branco (1964-1967) teve como uma de suas metas iniciais a definição do papel do Estado, visando a um processo de institucionalização das diversas áreas. Segundo Calabre (2007), neste período “surge nos quadros do governo a discussão sobre a necessidade da elaboração efetiva de uma política nacional de cultura”. Para tal, foi destinado o papel de elaboração desta política ao Conselho Federal de Cultura, que apresentou propostas de planos de cultura, nos anos de 1968, 1969 e 1973, os quais, no entanto, não foram adiante.

Estes planos voltavam-se principalmente para a necessidade de recuperação das instituições nacionais, para que pudessem exercer políticas nacionais para as suas áreas específicas. A área de bibliotecas se dividia, então, entre a Biblioteca Nacional e o Instituto Nacional do Livro. Porém, o interesse da administração federal era a Educação, situação que melhora com a criação do Departamento de Assuntos Culturais (DAC), em 1970, por meio do decreto 66.967. (CALABRE, 2007, p.4).

Ainda segundo a autora, foram detectados dois outros períodos propícios para a política cultural. Foram eles: a elaboração do Plano de Ação Cultural (PAC), no final do governo Médici (1969-1974), e a criação de órgãos estatais para diversas áreas de cultura, no governo Geisel (1974-1978). Surgiu, também, fora do MEC o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) idealizado por Aloísio Magalhães e oficializado em 1976, mediante convênio entre a Secretaria de Planejamento, o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério da Indústria e do Comércio, a Universidade de Brasília e a Fundação Cultural do Distrito Federal.

A década de 70 é considerada por Suaiden (1995) como o marco no fortalecimento das bibliotecas públicas, pois estas passam então a ser incluídas nas políticas governamentais da área de educação e cultura. Organizou-se, nessa época, o Cadastro de Bibliotecas Brasileiras,

em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Esse cadastro arrolou bibliotecas com acervos superiores a 150 volumes representando um importante panorama para a área.

A atuação do INL voltou-se para a doação de livros, assistência técnica e cursos de treinamento. Também se incentivaram serviços de extensão de bibliotecas para lugares mais distantes: os carros-bibliotecas, por exemplo. Em 1977, criou-se o Sistema Nacional de Bibliotecas, vinculado ao INL.

Outros autores, porém, percebem esta década como um período marcado pelo afastamento da comunidade, devido à escolarização das bibliotecas públicas, decorrente da Reforma do Ensino do 1º e 2º graus, estabelecida na Lei de Diretrizes e Bases, nº 5.692/71, que instituiu a obrigatoriedade da pesquisa escolar. Como não havia bibliotecas escolares na maioria das escolas brasileiras, as bibliotecas públicas ocuparam este espaço, conforme visto no tópico três dessa tese.

Segundo Milanesi (1983), o fenômeno da escolarização das bibliotecas públicas se estabeleceu em franco detrimento de sua função precípua de atender a todos os segmentos da sociedade. As bibliotecas públicas perderam seu foco, transformando-se, quase que exclusivamente, em mais uma extensão da educação formal. Um ciclo fechado: comprava-se acervo voltado ao atendimento escolar, pois era seu público prioritário, e afastavam-se outros grupos da leitura.

Em 1979, foi criada a Fundação Nacional Pró-Memória, por Aloísio Magalhães. Esta Fundação abarcou dois anos depois, em outubro de 1981, a Biblioteca Nacional, transformada em órgão da administração indireta. A política de biblioteca pública continuou sob o comando do INL.

Cabe ressaltar que os efeitos da institucionalização da política cultural na administração federal influenciaram estados e municípios, observado com o aumento do número de secretarias de Cultura e de conselhos de Cultura estaduais e municipais, segundo Calabre (2007).

Além disso, os anos de ditadura militar foram de intensa repressão. Na área da cultura, se impôs uma série de limites e censuras cerceando a livre expressão. Músicas, livros e outras manifestações artísticas foram controlados. Esta situação gerou o cerceamento da livre circulação de ideias, por meio da censura de inúmeras obras.

A área de biblioteca não foi, segundo a pesquisa de Chaffé (2009) sobre a censura nas bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, prejudicada diretamente, mas indiretamente. Por um lado, os próprios bibliotecários evitavam colocar em seus acervos

livros considerados impróprios, além de evitar utilizar termos que ferissem a conduta repressiva do período. Segundo a autora:

A rotina das bibliotecas, num sentido geral, não foi modificada, se permitido o livre acesso às estantes. Em relação à indexação de obras com forte sentido político ou moral, foi possível afirmar que houve restrições a certos termos como “golpe de 64” substituído por “revolução de 64”, digamos mais condizente com o que o que o novo governo se autodenominava. Em relação à atuação do bibliotecário durante o período, pode-se dizer que a maioria manteve-se calada, alienada em relação ao que acontecia no país. Mas também tivemos bibliotecários (poucos) que procuravam através da omissão de obras livrarem as mesmas de repressão policial. (CHAFFE, 2009, p.40)

A Nova República (1985-)

A fase iniciada em 1985, com o fim do período de ditadura militar, representou uma redefinição das forças políticas. Logo no primeiro ano de governo (Sarney) foi criado o Ministério da Cultura. Este Ministério teve seu início marcado por forte turbulência, devido às constantes mudanças na administração, sendo extinto no Governo Collor (1990) e recriado no Governo Itamar Franco (1992). Durante seus primeiros nove anos de existência, a área federal de Cultura foi dirigida por cinco ministros (Governo Sarney), dois Secretários (Governo Collor) e três ministros (Governo Itamar).

Em 1987, foi criada a Fundação Nacional Pró-Leitura, que incorporou o INL e a Biblioteca Nacional. Deste período, cabe ressaltar a presidência do embaixador Wladimir Murtinho, na Fundação Pró-Leitura. Amigo de Aloísio Magalhães e defensor do projeto de implantação do CNCR, ele teve um papel importante no fortalecimento da política de bibliotecas públicas.

A Fundação Nacional Pró-Leitura teve, porém, vida curta, pois em 1990 seria extinta e suas competências transferidas para a Biblioteca Nacional. As funções do INL foram assumidas pelo Departamento Nacional do Livro.

Em 1992, já com o Ministério da Cultura reestabelecido, foram criados o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) e o Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER), dentro da estrutura da Fundação Biblioteca Nacional. Ao Sistema coube a responsabilidade da “implantação de um processo sistêmico baseado em ações voltadas para a interação e integração dessas bibliotecas em âmbito nacional” (BIBLIOTECA NACIONAL, 2010, p.). O SNBP estruturou-se baseado nos sistemas estaduais de bibliotecas, que têm como função articular as ações dos municípios na área de biblioteca pública.

Quanto ao PROLER, seu objetivo foi incentivar a leitura em todo o território nacional, em uma iniciativa pioneira. O trabalho foi executado, também, por meio de convênios com os municípios. Em períodos áureos, chegaram a articular 30 mil voluntários para essa verdadeira cruzada em prol da leitura.

A Secretaria de Livro e Leitura, do Ministério da Cultura, repetindo a meta do INL, lança em 1993 o programa *Uma biblioteca em cada município*, visando à ampliação do número de bibliotecas públicas no país.

Outro fator importante foi à criação do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), estabelecido pela Lei Rouanet, com financiamento por meio do Fundo Nacional de Cultura (FNC), do Mecenato e do Fundo de Investimento Cultural ou Artístico (FICART). Essa Lei Federal de Incentivo à Cultura, de nº 9.313/91, foi especialmente relevante na área cultural, suprimindo parcialmente a escassez de recursos para o incentivo aos projetos culturais. Sua execução gerou inúmeras críticas, pois transferiu para a iniciativa privada a escolha dos projetos a serem financiados. Assim, projetos de cunho estritamente cultural, mas sem apelo da mídia, eram preteridos em função de projetos considerados mais *comerciais*.

Esta lei foi uma evolução da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, conhecida como Lei Sarney, voltada para o incentivo à cultura no Brasil através de renúncia fiscal. As bibliotecas, por executarem um trabalho sem muita visibilidade, padeceram neste período. A atualização desta lei está em discussão atualmente.

O Governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) foi marcado por grandes mudanças políticas, devido à implantação de um novo projeto econômico. A área de biblioteca foi coordenada tanto pela Fundação Biblioteca Nacional quanto pela Secretaria Nacional do Livro e da Leitura. A Fundação Biblioteca Nacional, criada em 1990, contava com o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas subordinado, naquele momento, ao Departamento Nacional do Livro.

Neste período, o Ministério da Cultura, através da Secretaria de Política Cultural, elaborou pesquisa para identificar a situação das bibliotecas públicas. A conclusão apontou para uma situação precária em que as instituições se encontravam. Esta pesquisa mostra que a grande maioria de usuários que frequentava a biblioteca era formada por estudantes. Identificou, ainda, a desatualização dos acervos que sobreviviam por meio de doações.

Uma pesquisa realizada este ano pela Secretaria de Política Cultural do Ministério da Cultura identificou 3.896 bibliotecas públicas em todo o país, em sua esmagadora maioria municipais. Mais de 80% de seu público é formado por estudantes, indicador indireto da falta de bibliotecas escolares. O acervo da grande maioria destas bibliotecas não é atualizado há vários anos. Essencialmente elas não compram livros e sobrevivem com doações, o

que significa que estes acervos crescem ao acaso e sem uma política racional de compras voltada para as necessidades de seus frequentadores específicos, os estudantes. (FIORE, 1999, p.128)

Para amenizar este problema, a Secretaria Nacional do Livro e da Leitura desenvolveu o programa *Uma biblioteca em cada município*. Para tal, firmou-se convênio entre o governo federal e os governos estaduais ou municipais. Em dois anos, foram implantadas 212 novas bibliotecas. Ainda segundo Fiore, o apoio dado aos municípios e aos estados constava de fornecer acervo, mobiliário e equipamento. Cabia a administração municipal ou estadual prover a biblioteca de recursos humanos, o que prejudicou o desenvolvimento do programa.

O Ministério da Cultura não constrói edifícios de bibliotecas, a não ser no caso das emendas de parlamentares ao programa. Tanto o prédio — que deve ser próximo à escola ou num lugar de fácil acesso — quanto à lei de criação da biblioteca, os funcionários e a linha telefônica constituem contrapartida obrigatória das prefeituras ou estados. O programa lhes repassa uma verba de até 40 mil reais, destinados à compra de cerca de dois mil volumes iniciais, todo o equipamento, estantes, arquivos, móveis, Xerox, vídeo, computador e o que mais for necessário em cada caso. (FIORE, 1999, p.130).

Os dois governos do presidente Lula (2003-2010) foram marcados pela participação popular, por meio da promoção de seminários visando a avaliar e propor reformulações para a Lei Rouanet. No primeiro ano do governo foi ainda instituído a Política Nacional do Livro pela Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003, de autoria de José Sarney. Encontra-se nas disposições gerais, a indicação de que “a União, Estados, Distrito Federal e Municípios consignarão, em seus orçamentos, verbas às bibliotecas para sua manutenção e aquisição do livro” (BRASIL [Lei n.10.753] 2003, p. 3).

Em 2004, o Ministério da Cultura deu um grande passo na direção de obter dados sobre a área cultural. Para tal, firmou convênio com o IBGE, publicando em 2006 o Suplemento de Culturas, da Pesquisa de Informações Básicas Municipais/ MUNIC. Em 2009, foi publicado em *Cultura em números*, parceria do IBGE com o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA).

Houve um fortalecimento da Fundação Biblioteca Nacional, que passou a ser a responsável pela coordenação das áreas de livro, leitura e biblioteca, por intermédio do Decreto nº 5.038, de 7 de abril de 2004. Essa integração durou até 2014, quando o Departamento Nacional do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca (DNLLLB), incluindo o SNBP e o PROLER retornou a ser subordinado diretamente ao MinC, mudando-se para Brasília.

Em 2005, o decreto 5.520, instituiu o Sistema Federal de Cultura (SFC) e redefiniu a composição e atribuições do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC). Neste mesmo ano, iniciou-se um movimento nacional em adesão ao Plano Ibero-americano de Leitura, sendo estabelecido o Ano do Livro e da Leitura, a marca Viva a Leitura, e o Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL). Ainda em 2005 foi lançado também o programa Fome de Livro que visava à ampliação do número das bibliotecas públicas no país.

Mais uma vez, a política de bibliotecas no âmbito do Ministério da Cultura dividiu-se entre a Fundação Biblioteca Nacional e a Coordenadoria-Geral do Livro e da Leitura (CGLL), esta vinculada ao gabinete do Ministro.

Em 2007, o Ministério da Cultura criou ainda o programa Mais Cultura, estabelecendo três linhas de ação. A ação “Cultura e Cidadania” tendo como objetivo “garantir o acesso dos brasileiros aos bens e serviços culturais” (BRASIL. Ministério da Cultura, 2007). Foram lançados inclusive editais voltados para a modernização de bibliotecas públicas municipais, visando à aquisição de acervo, mobiliário e equipamentos.

Cabe ainda ressaltar os programas Pontos de Cultura, objetivando a articulação da cultura local, e os Pontos de Leitura, destinados ao estímulo das bibliotecas comunitárias. Machado (2010) alertou sobre a necessidade de articulação dos Pontos de leitura com as bibliotecas públicas municipais para o melhor aproveitamento dos recursos e das ações.

[...] dessa forma estaríamos fortalecendo espaços públicos já constituídos, aproximando esferas que têm os mesmos ideais e que, de maneira sistêmica. Terão melhores condições de enriquecer seus serviços, assim como sedimentar e multiplicar ações. (MACHADO, 2010, p.103).

Em 2010, institui-se o Plano Nacional de Cultura (PNC), por meio da Lei n.12.343/2010 e a criação do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC).

O Plano representou significativo avanço nas políticas públicas, traçando metas que deverão ser cumpridas até 2020, sendo considerado “um documento orientador para o gestor público, no planejamento de suas políticas, e expressa o cenário para a cultura” (BRASIL, 2012, p.6). A biblioteca está presente em diversas metas, porém, não há clareza quanto a suas funções junto à comunidade.

Em 2012, o decreto 7.748, de 8 de junho, alterou o Estatuto da Fundação Biblioteca Nacional, subordinado o Sistema Nacional de Bibliotecas a Diretoria do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas (DLLLLB). Em 2014, o Decreto 8.297, é publicado no Diário Oficial; nele aprova-se o estatuto da FBN e subordina o DLLLLB à Secretaria Executiva do MinC. O DLLLLB foi transferido para Brasília, assim como o SNBP e o PROLER, a ele subordinado.

Cabe, ainda, ressaltar a criação da Frente Parlamentar em Defesa da Biblioteca Pública, movimento político gestado na Câmara dos Deputados e presidido por José Stédile (PSB/RS). Esta Frente, criada em outubro de 2011, conseguiu a adesão de mais de 200 deputados, tendo como objetivo “discutir o papel estratégico da biblioteca pública na formação intelectual do cidadão” (FRENTE, 2014). Para tal, empenha-se em criar legislação para implantar ou modernizar bibliotecas públicas, qualificar e capacitar bibliotecários, buscar ações de provisão orçamentária e defender o direito do cidadão ao acesso à leitura. (FRENTE, 2014)

Por fim, está tramitando no Congresso o projeto de Lei n. 3727/2012, que “dispõe sobre o princípio da universalização das bibliotecas públicas no país”, que altera a Lei n.9.394, de 1996 visando estabelecer critérios para a instalação de pelo menos uma biblioteca pública em cada município brasileiro. Este projeto é apoiado pelo Conselho Federal de Biblioteconomia, com a ressalva de ser ouvido o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas.

Apoio por entender que este projeto beneficia a sociedade brasileira de maneira geral e permitirá acesso ao cidadão, de importantes fontes de informação e serviços disponíveis e oferecidos pelas bibliotecas públicas e ainda incentivará o hábito de leitura característica fundamental para uma sociedade que quer ser justa e desenvolvida social, cultural, econômica, tecnológica e cientificamente. Ressalta ainda, a importância de ser ouvida a coordenação do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas do Ministério da Cultura, especialmente no que se refere ao conceito de biblioteca pública. (CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA)

Porém, o parecer do SNBP alerta para a necessidade de diferenciar a biblioteca pública da biblioteca escolar, sugerindo que se crie lei própria ou artigos específicos sobre universalização de bibliotecas, no Plano Nacional do Livro e Leitura.

O Plano Nacional de Livro e Leitura e a solução colombiana.

A partir de 2004, a elaboração de Planos Nacionais de Leitura passa a constar das agendas de muitos países latino-americanos. O Brasil elaborou o seu Plano Nacional do Livro e da Leitura, a modelo do que ocorreu em outros países. A Argentina e a Venezuela já possuíam seus Planos Nacionais de Leitura desde 1986. Cabe ressaltar aí a diferença de abordagens entre o planejamento do Brasil e da Colômbia, como será visto a seguir.

O PNLL foi instituído pela Portaria Interministerial n. 1442, de agosto de 2006, dos Ministérios da Educação e da Cultura. Na introdução do PNLL (2006) fica especificado como “uma política de Estado que deveria traduzir-se em amplos programas de governo”, tendo como foco a importância do fortalecimento da leitura e da escrita nas políticas públicas de

educação e cultura nos governos federal, estaduais ou municipais. Em 2011, o PNLL fica instituído por meio do decreto n.7.559.

Este plano divide-se em quatro eixos: democratização do acesso, fomento à leitura e formação de mediadores, valorização da leitura e comunicação e desenvolvimento da economia do livro. A biblioteca pública é objeto específico do primeiro item, relativo à *Democratização do acesso*: implantação de novas bibliotecas (1.1) e fortalecimento de rede atual de bibliotecas (1.3). (BRASIL, 2007).

Ao arrolar seus 16 objetivos, a biblioteca é citada explicitamente na implantação de bibliotecas em todos os municípios do país (em até dois anos) e a elevação significativa do empréstimo de livros em bibliotecas. Pode-se deduzir daí a visão parcial do real papel da biblioteca. Esta visão fica ainda mais evidente na omissão do termo biblioteca no nome do Plano, e em contrapartida se inclui o termo livro, podendo-se deduzir a importância que se dá às duas áreas. Esta escolha segundo Paiva:

Como já havia sido destacado, a partir de 2005, o chamado Ano Viva leitura, a palavra “bibliotecas” deixa de figurar no título da proposta de política pública para a área, embora estivesse em vários documentos preliminares, o que significa que prevaleceu como no INL, a política do livro, e as políticas desviaram-se da primazia e centralidade das bibliotecas como unidade de informação, já secularmente, mas, sobretudo em nossa era. (PAIVA, 2008, p.114).

Na Colômbia, por exemplo, a opção foi a criação do Plano Nacional de Leitura e Biblioteca - PNLB. Moraes (2013, p.12) esclarece que “Um fator decisivo para o campo legal da promoção da leitura na Colômbia é o fato de a leitura estar estreitamente relacionada à Biblioteca Pública”. Foi estipulado, também, orçamento para a consolidação da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas.

Entre os anos 2003 e 2010 foram alocados, pelo Ministério da Cultura e pelo Banco da República, pelos governos e por entidades públicas e privadas e por organismos internacionais, 160 milhões de pesos (\$ US 84 milhões).

Foi, ainda, promulgada Lei de bibliotecas Públicas (n. 1.379, de 2010) que institui a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas que cria o Comitê Técnico:

Comitê Técnico Nacional de Bibliotecas Públicas, define as competências nacionais, departamentais e municipais da área, prove instrumentos para o desenvolvimento para o desenvolvimento integral da RNBP, incluindo mecanismos para seu financiamento e apontando os mecanismos para o controle e a participação cidadã. (COLÔMBIA, s.d.)

A lei prevê as relações de trabalho nas diversas esferas do governo e também estabelece o trabalho conjunto com o Ministério de Tecnologías de la Información y las

Comunicaciones, visando possibilitar uma melhor conectividade das bibliotecas públicas para “impulsionar a massificação do uso da Internet, para dar um salto para a prosperidade democrática”. (COLÔMBIA)

Avanços e descontinuidades

A política de biblioteca esteve durante muitos anos atrelada à política de livros. Esta política, consolidada nos 52 anos de existência do INL, não incutiu na sociedade a noção sobre a função social das bibliotecas públicas. As bibliotecas modelaram-se, em sua maioria, como um repositório dos livros adquiridos pelo INL, salvo raras exceções. Além disso, a meta de colocar uma biblioteca pública em cada município, estabelecida nos primórdios do INL e que perpassou diversas administrações não se concretizou.

A partir de 70 se fortaleceu a visão distorcida do apoio direto aos estudantes em busca de cópias para ilustrar trabalhos escolares. Esta escolarização das bibliotecas distanciou outros grupos que poderiam utilizar o espaço para estudo e lazer. Distanciou também os profissionais de bibliotecas das grandes discussões teóricas existentes em muitos países.

A partir da subordinação da política de bibliotecas ao Sistema de Nacional de Bibliotecas Públicas, subordinado à Fundação Biblioteca Nacional, a função social começou a ser retrabalhada junto às bibliotecas estaduais e municipais. Porém, ainda persiste uma visão sectária e deturpada das bibliotecas públicas, entranhada tanto no público, nas equipes e nas autoridades. O reflexo deste não entendimento de seu papel, se expressa nas inserções desta área de forma tímida nos planos de governo, sejam estes federais, estaduais ou municipais.

As políticas das bibliotecas públicas estaduais e municipais por terem menor visibilidade são de difícil identificação. Machado (2010, p. 106) alerta que a política executada pelo MinC, baseada em doações, estimula uma relação equivocada dos municípios, que se comportam como clientes do governo federal. Além disso, as autoridades municipais e estaduais ainda não perceberam o potencial das bibliotecas públicas evidentes no espaço, pessoal, acervo e equipamentos inadequados.

A avaliação dos programas para a área concentra-se na criação de bibliotecas públicas, desde a criação do INL até hoje. Paiva (2008) ao analisar o período de 1990 a 2006 considera que:

Passa de curiosa a patética a constatação de que, todos os programas voltados para as bibliotecas públicas, desde o governo Collor, para não mencionar as fases anteriores da República, tenham como objetivo “incentivar a criação de bibliotecas em municípios desprovidos de

bibliotecas públicas” (Proler), “prover cada município brasileiro com uma biblioteca pública” (Uma biblioteca em cada município), “implantar bibliotecas em cada município brasileiro” (Livro Aberto), “a abertura de bibliotecas públicas de qualidade em mais de mil municípios brasileiros que não possuem uma” (Fome de Livro), “zerar o número de municípios brasileiros sem biblioteca pública” (Quero ler – Biblioteca para todos), a implantação de bibliotecas em todos os municípios do País (PNLL). (PAIVA, 2008, p.111)

A autora ainda alerta que as políticas e a legislação voltam-se mais para o livro do que para a biblioteca. Segundo Paiva (2008, p.112) “Ao invés das leis do livro complementarem a política de bibliotecas, as leis do livro tornaram-se a política de bibliotecas”.

Some-se ainda as mudanças das equipes do Ministério da Cultura que provocam uma constante descontinuidade administrativa. Na verdade, o que se nota é que o tema transcende a instituição biblioteca, já que as políticas públicas brasileiras para a área de cultura ressentem-se do ciclo de descontinuidade e de retomada de planos e projetos pelos diversos governos nestas últimas quatro décadas:

[...] esse processo de eterno recomeçar, de experiências que poucos rastros deixaram, de ausência de registros, de pouca sistematicidade nas ações, gerou alguns efeitos perversos, com grandes desperdícios de recursos financeiros e humanos (CALABRE, 2005, p. 18).

No entanto, não dá para negar a importância das ações governamentais no sentido de apoiar a criação ou modernização das bibliotecas públicas. Porém, ainda pouco se tem feito para a ampliação da visão da biblioteca pública como formadora de cidadania, a partir do fortalecimento dos laços com a comunidade.

As práticas da biblioteca pública brasileira

Estudos na área sobre boas práticas em bibliotecas são poucos, cabendo ressaltar a dissertação de Luiz Claudio Borges (2014) sobre três bibliotecas do Rio de Janeiro. Cabe, ainda lembrar do edital do SNBP, que premiou iniciativas de boas práticas em bibliotecas públicas no Brasil.

Para ilustrar o presente trabalho alguns exemplos de boas práticas foram selecionados com uma breve descrição. No Brasil existem poucos exemplos de aplicação da nova concepção de bibliotecas públicas, cujo modelo de atuação está diretamente ligado à comunidade. Foram selecionados três estados no país: Rio de Janeiro, São Paulo e Acre.

Cabe ressaltar, porém, que o tamanho e a espetaculosidade das bibliotecas não podem encobrir a necessidade de que as pequenas bibliotecas espalhadas pelo Brasil cumpram a

importante função de dar acesso ao livro e à leitura. Porém, para efeito desta tese relacionamos grandes bibliotecas que estão em sintonia com as experiências atuais de diversos países.

A Biblioteca São Paulo, inaugurada em 2010, seguiu o modelo de relação biblioteca pública e comunidade, implantado na Biblioteca de Santiago, no Chile. A concepção espacial mostra-se uma marca fundamental para transmitir ao usuário a proposta da instituição. Neste sentido, diversos segmentos da população que compõe a comunidade são alvos de sua atuação: crianças, jovens, idosos (+60), deficientes visuais e diversos outros segmentos.

A proposta da biblioteca caracteriza-se pelo atendimento dentro de uma visão acolhedora e dessacralizada da biblioteca pública. A inclusão digital é bem trabalhada dentro da proposta inovadora oferecendo para o público *ereaders*, rede *wireless*, rede de autoatendimento e microcomputadores. A BPS encontra-se, também, representada na Internet através de um site e de um blog construídos dentro da mesma visão de facilitar o acesso ao cidadão. Ver <http://bibliotecadesaopaulo.org.br/a-bsp/>.

É importante frisar que desde 2003 o Estado adotou o sistema de Organizações Sociais para gerenciar as instituições da Secretaria de Cultura. A partir de 2007 a biblioteca também passou a ser administradas por OS.

A Biblioteca Estadual do Acre, inaugurada em 2008, adotou o conceito de Biblioteca Viva, divulgado pelo Plano Nacional do Livro e da Leitura. Está instalada em prédio próprio, oferecendo espaços amplos, ocupado com mobiliário colorido e prático. Sua proposta é ampliar o atendimento para diversos segmentos da população que anteriormente não estavam acostumados a frequentar bibliotecas. Além, do desenvolvimento de serviços e atividades tradicionais investiu no projeto Comunidade Digital, que oferece para uso público 80 computadores e acesso *wi-fi*, inclusive, na praça em que a Biblioteca encontra-se situada. Estas experiências brasileiras têm em comum o bem-estar e a valorização da comunidade, bem como a formação do cidadão.

No Estado do Rio de Janeiro, a Secretaria de Cultura implantou uma nova rede de bibliotecas, restaurando ou construindo prédios de bibliotecas públicas seguindo o conceito moderno de serviço e de ocupação de espaços voltados à comunidade.

A Biblioteca Pública de Niterói passou por reformas adaptando-se a uma concepção mais moderna de biblioteca pública. Foram construídas Bibliotecas Parque Biblioteca no Estado do Rio de Janeiro, em três comunidades carentes: Rocinha, Alemão e Manguinhos. Os projetos tiveram a inspiração nas experiências de Bibliotecas Parques de Medellín e nas bibliotecas públicas de Bogotá, na Colômbia. A Biblioteca de Manguinhos foi objeto da

dissertação de Silva (2012) que constatou a importância de um equipamento cultural bem aparelhado voltado à comunidade em áreas menos favorecidas. O espaço colorido e bem mobiliado representa uma opção de lazer e também de apoio à inclusão digital daquela população.

Manguinhos também foi objeto de trabalho apresentado por Russo e Silva (2013) no Congresso de Biblioteconomia. Consideraram a experiência de Manguinhos como instituição social aceita pela comunidade.

No processo de construção e assimilação do conceito de biblioteca pública pelos cidadãos da comunidade de Manguinhos, é importante observar que está sendo internalizada a ideia de biblioteca como uma instituição social, prestadora de serviços que pode abrir caminhos para melhorar a qualidade de vida e promover a cidadania. Esta percepção dos usuários da Biblioteca Parque Manguinhos e os resultados desta interação com o novo espaço, que agora faz parte do cotidiano destas famílias e indivíduos, precisam ser evidenciados pela pesquisa científica. (RUSSO; SILVA, 2013, p.)

Quanto à Biblioteca Pública do Estado do Rio de Janeiro, hoje denominada, Biblioteca Parque, foi inspirada no modelo colombiano. Prédio, mobiliário, acervo e atividades seguem um preceito das bibliotecas modernas internacionais. As bibliotecas estaduais são administradas por Organizações Sociais.

Finalmente, cabe assinalar que a falta de continuidade administrativa das bibliotecas faz com que as atividades bem sucedidas em um determinado momento da instituição sejam esquecidas e as reformas passem sempre a ser um fator revolucionário.

Como exemplo pode-se citar a Biblioteca Pública do Estado do Rio de Janeiro que, criada em 1873, passou por várias épocas áureas. Em 1987, foi abrigada em novo prédio na Avenida Presidente Vargas, sendo considerada um marco na área de biblioteca pública no país. Ao longo dos anos foi abandonada pelas autoridades.

Figura5: Capa do Jornal do Brasil

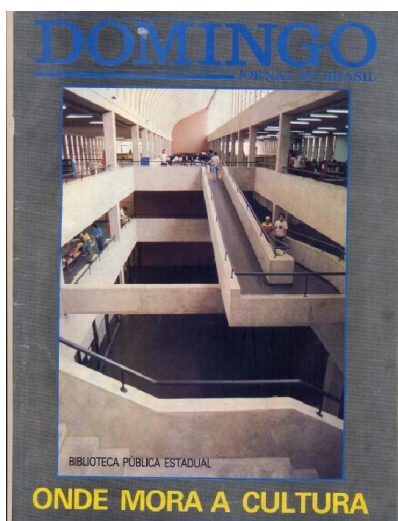


Figura 6: Artigo sobre a Biblioteca do Estado do Rio de Janeiro



A nova reforma, concluída em 2014, transformou-a em Biblioteca Parque, com uma roupagem mais contemporânea, alçando-a novamente às manchetes como uma instituição inovadora. Esta realidade cambiante mostra que a biblioteca pública, no Brasil, ainda não está incorporada à visão de uma sociedade com bases culturais estruturadas.

4 PENSANDO A BIBLIOTECA PÚBLICA: METODOLOGIA NA ELABORAÇÃO E ANÁLISE DE ENTREVISTAS COM ACADEMICOS E PROFISSIONAIS

A metodologia utilizada foi baseada em pesquisa qualitativa, aliando revisão e análise da literatura e entrevistas sobre as bibliotecas públicas, visando obter informações que fundamentem a visão sobre estas instituições e suas relações com as comunidades.

Revisão bibliográfica

A primeira parte da pesquisa se constitui na revisão da literatura sobre os diversos temas abordados pela pesquisa. Foram divididos em cinco tipos:

1. Textos teóricos sobre biblioteca pública publicados no Brasil e no exterior;
2. Textos sobre a prática da biblioteca pública publicados no Brasil e no exterior;
3. Manifestos e diretrizes, nacionais e estrangeiros produzidos por instituições, associações ou grupos profissionais;
4. Documentos oficiais sobre bibliotecas públicas brasileiras, incluindo dados estatísticos, legislação brasileira, manuais, relatórios, planos, entre outros.

Cabe esclarecer que se optou por trabalhar tanto com a literatura recente quanto com informações e análise de literatura e de documentos e depoimentos com perspectiva histórica, pois se considera relevante entender a questão, levando-se em consideração períodos mais abrangentes. Entender as origens e o desenvolvimento das bibliotecas públicas, no exterior e no Brasil, permite um olhar mais enriquecido sobre a situação que estas instituições atravessam atualmente.

Entrevistas

Optou-se em utilizar entrevistas semiestruturadas (Gaskell, 2004) para a obtenção de informações de um conjunto de personalidades que têm se dedicado ao tema da biblioteca pública, direta ou indiretamente. As entrevistas semiestruturadas possibilitaram seguir uma organização pré-estipulada de perguntas, evitando-se, porém, um rígido engessamento das respostas, seguindo-se, assim, princípios da teoria fundamentada, que enfatiza a necessidade de abertura a novos conceitos e ideias que ocorrem no contato do pesquisador com o campo de estudo (GIBBS, 2009).

Foram entrevistadas pessoas que forneceram subsídios para identificar a atuação e os entraves no desenvolvimento destas instituições. No elenco selecionado de entrevistados estão incluídas personalidades que de alguma forma têm uma visão crítica dos problemas sobre cultura e educação no país, bem como possuem referencial crítico para perceber o papel da biblioteca pública. Dois grupos de pessoas foram considerados: aqueles que pensam a cultura e a biblioteca de forma ampla e que exerceram cargos de definição de política para a área, e os que possuem conhecimento técnico que possibilite uma visão interna das questões. Ao primeiro grupo denominamos “atores políticos” e ao segundo grupo “pesquisadores”. Esta seleção foi realizada para facilitar as entrevistas, pois os papéis da maioria dos entrevistados são interpostos, na maioria dos casos.

Estas entrevistas tiveram como objetivo identificar opiniões dos entrevistados sobre conceitos básicos que norteiam a pesquisa: 1) o papel e a importância da biblioteca pública enquanto instituição na atualidade, especificamente sua relação com a comunidade; 2) a biblioteca pública no Brasil – suas características, perspectivas e sua relação com a comunidade. O roteiro de entrevista (ANEXO) foi formulado em blocos temáticos de perguntas visando atender aos grandes tópicos da pesquisa, a saber:

- *Bloco 1:* Opiniões gerais sobre a biblioteca pública como instituição na atualidade

Este bloco visou obter informações sobre a importância da biblioteca na sociedade, suas funções atuais, tendências e o impacto das Tecnologias de Informação e Comunicação.

- *Bloco 2:* Opiniões sobre as bibliotecas públicas no contexto nacional

Neste bloco foram encontradas perguntas mais objetivas visando traçar um painel sobre a biblioteca pública no Brasil, desde seu desempenho e funções até suas relações com a comunidade.

- *Bloco 3:* Relato de experiências e Plano Nacional do Livro e da Leitura.

Este bloco foi pensado para que o entrevistado pudesse relatar alguma experiência marcante em sua trajetória. Também incluiu-se um tópico sob a expectativa de uma política de bibliotecas a partir de planos governamentais.

Os entrevistados

Foram entrevistadas pessoas que forneceram subsídios para identificar atuação e os entraves no desenvolvimento das bibliotecas públicas, em especial no Brasil. No elenco de entrevistados selecionados estão incluídas personalidades que de alguma forma possuem uma

visão crítica dos problemas sobre cultura e educação no país, além de referencial crítico para perceber o papel da biblioteca pública, devido à experiência comprovada.

Dois grupos de pessoas foram considerados: aqueles que definem e implementam políticas públicas e aqueles que refletem e produzem trabalhos na área. Ao primeiro grupo denomina-se “atores políticos”, ao segundo grupo “pesquisadores”.

- *Atores políticos*

Como *atores políticos* entendemos, neste trabalho, pessoas que possuem comprometimento com a leitura e a biblioteca e que exerceram ou exercem funções públicas destacadas no Governo Federal, como formuladores ou executores de política para a área.

Cabe esclarecer, o difícil limite entre os dois grupos já que muitos são professores e pesquisadores, porém, optamos designar de atores políticos aos presidentes da Fundação Biblioteca Nacional, até 2014, pois o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas encontrava-se sob sua subordinação até aquele momento.

As entrevistas visaram, em especial, obter informações sobre uma visão ampla de biblioteca e cultura, o funcionamento da máquina política e administrativa nesta área e a expectativa da biblioteca pública na atualidade e no futuro. São eles:

1. *Affonso Romano de Sant’Anna*

Poeta, professor universitário e Presidente da Fundação Biblioteca Nacional (1990 – 1996). Possui diversos livros publicados, incluindo obra sobre a questão das bibliotecas.

2. *Eduardo Portela*

Ministro de Educação (1979 – 1980), Presidente da Fundação Biblioteca Nacional (1996 - 2002), membro da Academia Brasileira de Letras, Diretor Geral Adjunto da UNESCO (1988-1993), Vice-Presidente e presidente da Conferência Mundial da UNESCO (1997-1999) entre muitos outros cargos públicos ligados as áreas de Cultura e Educação.

3. *Muniz Sodré*

Professor universitário e Presidente da Fundação Biblioteca Nacional (2005 – 2011). Escreveu diversos livros sobre Cultura.

4. *Galeão Amorim*

Presidente da Fundação Biblioteca Nacional (2011 – 2013). Coordenador da pesquisa Retratos da leitura no Brasil.

5. *Renato Lessa*

Presidente da Fundação Biblioteca Nacional. Professor Titular de Teoria Política da Universidade Federal Fluminense e Coordenador Acadêmico do Laboratório de Estudos Hum(e)anos OPLOP - Observatório dos Países de Língua Oficial.

- *Pesquisadores:*

Neste grupo são encontrados pesquisadores da área de livro, leitura e biblioteca, que tenham demonstrado um pensamento crítico sobre bibliotecas públicas. Este interesse pode ser comprovado através de artigos, capítulos ou livros e na experiência na área.

Cabe esclarecer que alguns pesquisadores foram também importantes formuladores de políticas públicas na área de bibliotecas públicas, mas devido à atuação determinante para a pesquisa especializada, foram agrupados em *pesquisadores*. São os casos de Emir Suaiden e Luiz Milanesi, considerados dois grandes estudiosos na área de bibliotecas públicas no Brasil e que também ocuparam cargos de destaque na administração pública.

José Castilho é um dos formuladores e atual coordenador do PNLL, Elizabeth Serra foi coordenadora do PROLER e é a Secretária Executiva da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ), desenvolvendo diversos projetos voltados para o fortalecimento da Leitura e das bibliotecas. Elizabeth Carvalho é uma das ativistas mais comprometida na área de bibliotecas, em especial as públicas, tendo sido gerente do Comitê para América Latina e Caribe, da IFLA.

Foi incluída, ainda, Silvia Castrillon, pesquisadora colombiana na área. Sua inclusão deve-se além de sua larga experiência a uma visão crítica da política de bibliotecas adotada na Colômbia, que atualmente é o referencial para a área de bibliotecas no Brasil. Além disso, a bibliotecária tem trabalhado como consultora em diversas bibliotecas públicas brasileiras.

A seguir foram arroladas as personalidades entrevistadas acompanhadas de um breve resumo de sua atuação profissional. Foram considerados pesquisadores:

1. *Emir Suaiden*

Bibliotecário, vice-presidente do Instituto Nacional do Livro e diretor do IBICT, professor da UNB entre outras funções exercidas.

Autor de diversos trabalhos sobre a importância das bibliotecas públicas e sua relação com as comunidades. É um dos autores mais citados na bibliografia da área de Biblioteconomia.

2. *Luis Milanesi*

Bibliotecário, ocupou diversos cargos públicos como coordenador do Sistema Nacional de Bibliotecas e do Sistema Estadual de Bibliotecas de São Paulo.

Autor de livros e artigos sobre bibliotecas, em especial as públicas, sendo um dos profissionais mais requisitados da área.

3. *Silvia Castrillon*

Bibliotecária colombiana e conhecedora da experiência sobre bibliotecas parque da Colômbia. Silvia conhece a biblioteca pública brasileira, podendo oferecer uma visão comparativa destas instituições na Colômbia e no Brasil.

4. *Elizabeth Carvalho*

Bibliotecária, foi gerente da IFLA, na Divisão relativa aos países da América Latina e Caribe. Atualmente trabalha como consultora da IFLA, entre outras instituições.

5. *Elizabeth Serra*

Pedagoga e Secretária Geral da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil.

6. *José Castilho Marques Neto*

Professor Universitário, editor da editora da Unesp e Secretário Executivo do Plano Nacional do Livro e Leitura, 2006 – 2011, 2012 até os dias atuais.

Aplicação e Análise das entrevistas

As entrevistas foram realizadas no ano de 2014, com exceção da de Renato Lessa que foi realizada em 2015. As entrevistas foram gravadas e transcritas para facilitar o trabalho de análise. Os entrevistados residentes no Rio de Janeiro foram entrevistados pessoalmente, em local escolhido por eles. As entrevistas realizadas com pessoas de fora do Rio de Janeiro foram realizadas por meio de vídeo conferência, com duas exceções, a de Silvia Castrillon, que se encontrava no Rio de Janeiro e a de Luis Milanesi que foi por escrito, pois as tentativas de gravar pessoalmente, não frutificaram devido à greve dos rodoviários, às manifestações populares, à Copa do mundo e à greve da USP.

Quanto ao trabalho de campo, cumpre registrar que todos os entrevistados mostraram grande interesse e empenho em responder às perguntas. Suas respostas foram muito ricas, refletindo o seu grande conhecimento em temas sobre cultura, em geral, e bibliotecas, em particular. As respostas refletiram também a prática que todos os entrevistados têm ou tiveram com as bibliotecas em suas experiências profissionais. Frequentemente, as respostas foram ilustradas com histórias sobre a atuação específica do entrevistado.

Cabe ainda ressaltar sobre o trabalho de campo, que o interesse do entrevistado, associado à liberdade característica da entrevista semiestruturada, gerou uma mistura nas respostas, que, tipicamente, não obedeceram à ordem das perguntas. Os entrevistados se

antecipavam aos assuntos ou complementavam a resposta depois. Devido a isto, foi necessária atenção redobrada para não formular a pergunta que o entrevistado já tinha respondido em outro momento. Acrescente-se que a solicitação para que o entrevistado aprofundasse determinado tema foi utilizada com frequência.

O trabalho de organização dos dados para análise foi de garimpo, de encontrar as menções aos temas não em um bloco específico, mas em toda a entrevista. A análise das respostas baseou-se nos dados obtidos nas entrevistas em cotejamento com os conceitos previamente selecionados como foco central do estudo. Assim, buscou-se cotejar opiniões buscando concordâncias e divergências da análise da literatura e na política. A análise também envolveu a identificação de conceitos, não previamente estabelecidos, mas que se destacaram pela recorrência ou pela sua novidade. O software de análise de dados qualitativos NVIVO 10 foi utilizado, parcialmente, nas análises.

Os temas dos três próximos capítulos referem-se aos três grandes blocos que perguntas formulados nas entrevistas.

5 A BIBLIOTECA PÚBLICA NO MUNDO ATUAL: SUPERADA OU REINVENTADA?

O primeiro bloco de perguntas teve como finalidade captar a opinião dos entrevistados sobre a biblioteca pública no mundo atual e quais as suas funções no contexto da sociedade da informação e do conhecimento, caracterizada pela globalização e por intensas mudanças tecnológicas.

Neste bloco, a primeira pergunta pretende obter a visão do entrevistado sobre a biblioteca pública e/ou levá-lo a refletir sobre as funções e seu papel na atualidade. A primeira pergunta foi: Qual a sua opinião sobre a biblioteca no mundo atual? Quais as suas funções básicas?

As respostas obtidas sugeriram que alguns temas básicos se destacam, conforme os itens a seguir.

5.1 PERDA DE FUNÇÃO OU NOVO VIGOR DAS RELAÇÕES COM A COMUNIDADE?

Ameaça de perda de função e prestígio

Uma instituição tradicional como a biblioteca, em um mundo de muitas mídias, marcadas pela digitalização, pode ser considerada antiga e ter sua função questionada.

Assim, o tema que se destaca nas respostas à pergunta sobre as funções da biblioteca pública na atualidade é a preocupação com a perda da centralidade do livro. A esta preocupação associa-se uma visão crítica da reação que se verifica em muitas bibliotecas. Diante da multiplicidade dos recursos informacionais, muitas bibliotecas têm buscado novos caminhos, diversificando os seus serviços. Esta postura, entretanto poderia se refletir na diminuição do papel social da biblioteca e sua desvalorização como instituição.

Segundo Portella (2014), no momento atual estaríamos vivendo em “uma civilização da imagem, em que o livro está em uma posição secundária”. Esta situação reforçaria o papel da biblioteca como instituição promotora da leitura, pois, para o entrevistado, o livro tem papel civilizatório fundamental: “[...] pelo menos as sociedades ocidentais que conheço que não têm boas relações com o livro não têm boas relações consigo mesmas. O livro é um mediador social e cultural fundamental (PORTELA, 2014).

[...] você nota que sociedades, pelo menos as sociedades ocidentais que conheço e que não tem boas relações com o livro, não tem boas relações entre si mesmo. O livro é um mediador social e cultural fundamental”. (PORTELLA, 2014)

Outro entrevistado alerta que a importância social da biblioteca não é tão marcante devido à perda de centralidade do livro como fonte de informação.

O livro em si mesmo perdeu a sua centralidade simbólica, o livro não é mais a única fonte de informação. As pessoas leem de modo natural, diverso, heterogêneo e em vários lugares você está lendo. Então, a biblioteca hoje de certo modo questiona implicitamente a centralidade do livro, apesar de estar organizada em torno do livro, mas eu acho importante. Não acho mais importante socialmente como foi no passado quando o livro tinha um prestígio, centralizador, cultural (SODRÉ, 2014).

O entrevistado complementa sobre a “repaginação” das bibliotecas, vistas como midiatecas, a exemplo da França.

[...] essa repaginação das bibliotecas. Na França hoje, por exemplo, elas já são claramente midiatecas. Claro, fica o lugar central ali daquelas grandes bibliotecas que se moderniza. Lá dentro eu visitei, estive lá mais de uma vez, e as que surgem hoje são moderníssimas, mas midiatecas. (SODRÉ, 2014)

Esta diversificação de serviços, segundo outra entrevistada, provoca a perda de identidade, uma postura que está sendo revista em muitos países, pois a biblioteca pública tem perdido usuários.

Eu penso que atualmente a biblioteca está sofrendo uma perda de identidade muito grande. Creio que essa perda de identidade seja derivada da insegurança que a maioria das pessoas sente, incluindo as pessoas que se supõe promovem a leitura... Elas camuflam a proposta da leitura dentro de uma diversificação do que chamam agora de discursos da cultura. Discurso muito corporativo, muito de empresa [...] No portfólio de serviços, o livro e a biblioteca são os últimos serviços que se colocam. Isso a meu modo de ver é uma perda de identidade da biblioteca e uma perda de sentido da biblioteca. [...] A biblioteca tem perdido uma boa parte do seu público por causa dessa diversificação. (CASTRILLON, 2014)

Castrillon defende, assim, que a biblioteca deve se manter como uma instituição da sociedade, que garante o acesso à cultura escrita, a toda a população escolarizada ou não.

Mesmo considerando o risco de perder o público, eu acho que a biblioteca deve se manter como a instituição da sociedade, como a única instituição da sociedade que, juntamente com a escola que pode garantir o direito à cultura escrita, ao acesso, à apropriação da cultura escrita. Não somente o acesso senão uma apropriação intelectual da cultura escrita por parte de toda a população escolarizada e não escolarizada. (CASTRILLON, 2014)

A entrevistada assinala ainda para a necessidade de oferecer outras atividades que não dizem respeito à leitura por considerar pouco atrativa. No entanto, considera que a biblioteca

é o espaço da leitura e escrita, o que não é muitas vezes assumido pelos próprios programas que têm esta finalidade.

As pessoas não têm confiança suficiente em considerar o livro, a leitura e a biblioteca como espaço da leitura pública. Para mim a biblioteca é o espaço da leitura pública [mas] sempre que se oferece um programa de cultura escrita é sempre dando rodeios, fazendo rodeios, ou pela música, ou pelo baile, pela dança, pela pintura, por origami, antes ou depois. São poucas as vezes que a leitura se oferece somente como leitura, escrita, reflexão, pensamento, debate, diálogo. Eu não acho que é somente ler, também falar sobre o que se lê conversar, debater.

Perda de centralidade, perda de identidade, midiatecas, repaginação de bibliotecas e outros termos utilizados pelos entrevistados no conjunto de depoimentos que compõem este item mostram a preocupação dos entrevistados com o desprestígio que ameaça a biblioteca pública na atualidade e que pode tornar as ações que focalizam a leitura, uma função considerada básica da biblioteca pública, uma atividade menor ou “rodeada” por outras menos essenciais. Para finalizar de boa maneira este tópico, gostaríamos de citar uma frase do professor Eduardo Portella - “não há no horizonte da biblioteca nenhum sinal de morte súbita” - capaz de deixar mais otimistas aqueles que lidam com o tema abordado nesta tese.

Tendência a maior aproximação com o público e a comunidade

Vários entrevistados consideram que uma das características do momento atual da biblioteca pública são as mudanças, geralmente consideradas positivas, da sua relação com o usuário, que tende a se tornar mais próxima. Um dos entrevistados afirma que a abertura à mudança é por sinal uma característica que acompanha a biblioteca pública ao longo da sua história.

A biblioteca pública vem se reinventando com o tempo. Nos dias de hoje ela redescobriu alguns papéis que a aproximam mais das pessoas, dos seus usuários em potencial. Na sua longa trajetória, ela foi incorporando [...] essa capacidade de gerar um cidadão mais preparado para a vida a partir da leitura, mas não só da leitura, porém, tendo os livros, tendo a leitura como uma espécie de fio condutor que faça essa interligação com as várias estéticas. E tem cumprido muito bem as experiências onde isso tem ocorrido. (AMORIM, 2014).

Esta perspectiva é ainda mais enfatizada por Affonso Romano de Sant’Anna ao externar que a instituição “mudou completamente”. Para ele a nova biblioteca pública deve ser acolhedora e irradiadora de informação e renovação cultural.

Tem que mudar a mentalidade, a biblioteca tem que ser acolhedora. Aquela coisa que o Milanese tanto falava nos livros dele, tem que ser

um lugar que irradia informação e renovação cultural. (SANT'ANNA, 2014)

Corroborando com essa ideia, Elizabeth Carvalho ressalta que a missão principal da biblioteca pública é o desenvolvimento dos usuários. Usuário de forma ampla, como preconiza o Manifesto da UNESCO, não devendo haver qualquer restrição de classe social, nível de educação e cultura entre outras.

Houve uma mudança radical no comportamento dos bibliotecários, das bibliotecas em relação aos usuários, porque hoje em dia as bibliotecas consideram como missão principal [...] é o desenvolvimento dos usuários, independente do nível, da classe, do nível social, intelectual que esses usuários tenham. (CARVALHO, 2014)

Em complemento, a entrevistada ressalta o espírito de liberdade da instituição, marcado pelo dinamismo, visando ao envolvimento do usuário e da comunidade. (Este tema será profundado pelos entrevistados quando abordamos especificamente o tema da relação entre a biblioteca e sua comunidade).

Houve uma mudança radical na postura das bibliotecas [...] é a biblioteca mais livre, mais aberta, mais dinâmica, trazendo os usuários para dentro da biblioteca, levando os livros, trazendo, fazendo com que a comunidade toda se envolva, trabalhando com a comunidade. (CARVALHO, 2014)

Ao responder à questão da mudança, a entrevistada ressalta ainda que os países latino americanos vêm desenvolvendo atividades e projetos que buscam um melhor atendimento, em moldes mais semelhantes aos das bibliotecas públicas dos EUA e dos países nórdicos, que possuem forte tradição em bibliotecas públicas. Neste sentido, menciona iniciativas voltadas para o atendimento a segmentos sociais menos providos de recursos por meios de bibliotecas, que não precisam estar instaladas em prédios exuberantes. Os serviços podem ser oferecidos até em *contêiners*, como é o caso das ações desenvolvidas no Chile. Tais ações envolvem a questão da inclusão social e da inclusão digital destes grupos sociais.

Alguns países como, por exemplo, México, Colômbia, trabalhando com meninos de rua, fazendo projetos interessantíssimos, mostrando que a biblioteca não era somente para uma elite, que qualquer pessoa podia fazer parte da biblioteca... No Chile, bibliotecas que se faziam em container, inclusive pequenas bibliotecas sempre dentro de uma coordenação bem feita e bem direcionada. Às vezes você encontrava um container com computador, acesso a internet, que permitia que as pessoas daquela comunidade pobre tivessem acesso. (CARVALHO, 2014)

As falas destacadas neste item sugerem que há necessidade de mudança na biblioteca pública e que esta mudança envolve fundamentalmente um novo olhar para a relação da biblioteca com o seu usuário, assim como a sua comunidade como um todo, tornando-se mais

atenta às suas demandas e características. Esta mudança também envolve atenção a segmentos específicos da comunidade, como é o caso de grupos desfavorecidos.

Lugar de Convívio

Conforme abordado anteriormente, no capítulo quatro, alguns autores que se dedicam ao tema da biblioteca pública contemporânea consideram que uma tendência observada é de que esta instituição se torne um lugar de convívio para a comunidade, de desenvolvimento de capital social, tanto pela perspectiva do indivíduo, aumentando e diversificando a sua rede de relacionamento, quanto sob a perspectiva da comunidade em geral, contribuindo para a sua organização e desenvolvimento (PLACE).

Esta visão de biblioteca pública é compartilhada por alguns dos entrevistados, que a consideram um ponto de encontro, onde os leitores conversam sobre livros, tomam um café, conhecem pessoas novas. Neste sentido, a biblioteca pode ser considerada como facilitadora de capital social, a partir do contato entre pessoas de diversas origens e formação. Segundo um dos depoentes, esta é o entendimento de pensadores que têm uma visão atualizada da biblioteca pública, e entre as motivações para os encontros na biblioteca ele veria a troca de experiências sobre a leitura.

Eles esperam que esse seja o lugar onde as pessoas se encontram onde as pessoas vão e conversam; onde as pessoas dispõem de clube de leitura para falar do livro que leu; onde as pessoas vão tomar um café e encontrar pessoas e conhecer pessoas novas; onde vão paquerar, namorar; vão levar e [compartilhar] o resultado daquilo que é uma pratica intimista e solitária que é a leitura, mas em algum momento que elas precisam repartir, compartilhar... (AMORIM, 2014).

A valorização da biblioteca como lugar de encontro pode representar também uma alternativa à perda da função da biblioteca como uma instituição que se destaca pelo serviço de empréstimo de publicações.

Na verdade cada vez mais eu penso que as bibliotecas de acesso público têm um papel de grande ponto de encontro e de trocas. Se a gente pensar e olhar e ver para o futuro, no momento em que se tem a biblioteca digital de empréstimo de e-book, você pode olhar e temer que a biblioteca pública não tenha mais papel, não tenha mais espaço na nova sociedade. Se você entender a biblioteca como um serviço exclusivo de oferecer um produto e um serviço, um toma lá dá cá, essa preocupação pode realmente se concretizar. (AMORIM, 2014)

Amorim também expressa opinião semelhante, considerando a biblioteca pública como promotora de encontros numa sociedade em que o virtual tende a predominar. A biblioteca parque seria uma opção para a promoção do encontro.

Qual que é o espaço da sociedade em que [o encontro] acontece? É a biblioteca esse espaço, por isso que esse conceito de parque vem em um momento em que a biblioteca precisa repensar o seu papel, e esse é o papel do encontro, o parque agrega tudo isso, a essa função nova de uma biblioteca. (AMORIM, 2014)

A controvérsia das bibliotecas parque

Bibliotecas parque é um tema que aparece nas entrevistas como objeto de controvérsia. Segundo alguns, como Amorim, citado acima, este é o caminho natural a se tomar, relacionando-se a uma concepção moderna de biblioteca pública. Outros, entretanto, sugerem que este caminho pode significar um desvirtuamento das funções primordiais da instituição, pois o que se destaca na própria denominação são outras atividades, principalmente o lazer.

Uma das entrevistadas, natural do país onde surgiram as bibliotecas parque, contesta esta colocação. Esclarece que esta denominação só é adotada em Medellín, e mesmo assim está sendo contestada pelos profissionais, após a experiência de anos. A entrevistada considera que a denominação deveria ser apenas biblioteca pública.

As bibliotecas parque não são da Colômbia, somente em Medellín se denominam parque biblioteca. Só em Medellín. Em Bogotá não se chama parque biblioteca. Algumas estão no parque, estão em um parque da cidade. Curiosamente estão em diferentes tipos de parque [...]. As que estão nos parques maiores, nos parques que têm mais espaço, mais natureza, onde as pessoas caminham, se exercitam, e vão aos domingos para passarem o dia....essas são as menos visitadas. As mais visitadas são as bibliotecas que estão em um parque menor, um parque que se encontra no acesso das pessoas que vivem no local, que passam, caminham todos os dias. Mas as bibliotecas que se chamam parque biblioteca são as de Medellín. Eu não estou de acordo com essa denominação porque se parte desse temor que temos de oferecer a biblioteca como biblioteca. A biblioteca é biblioteca, não tem que chamar de outra maneira. (CASTRILLON, 2014)

Tanto a posição de Amorim quanto a reação de Castrillon à denominação de biblioteca parque sugere a mesma preocupação dos entrevistados, que se preocupam com a perda de identidade da biblioteca pública. E nos exemplos mencionados por Castrillon, há implícita uma indagação: será que a fusão das atribuições da biblioteca com outras atividades, como as relacionadas ao lazer, não contribuiria para a intensidade de uso?

Apoio ao desenvolvimento da competência em informação e auxílio à busca da informação

Atuar no desenvolvimento da competência em informação, incluindo especificamente estudantes do ensino fundamental, e também junto ao público em geral, foi considerada função básica da biblioteca pública atual. Além disso, assumir intensamente a função de promover o acesso à informação de qualquer tipo e em qualquer suporte é também função destacada.

Uma das entrevistadas esclarece que o cunho educacional da biblioteca pública não deve ser confundido com uma biblioteca escolar, mas como incentivadora da alfabetização informacional. No mundo atual, no qual diversas fontes de informação coexistem, a biblioteca deve ter a função de promover o acesso a todas as informações que forem possíveis, em qualquer tipo de suporte. Alerta, ainda, que a biblioteca pode possibilitar o acesso qualificado da informação disponível na Internet.

Não se deve considerar sua função [da biblioteca pública] como uma biblioteca escolar, mas sempre tentando um desenvolvimento pessoal, ligado a parte principalmente da alfabetização relativa à informação, informacional. (CARVALHO, 2014)

Os responsáveis pela biblioteca não têm mais a preocupação com as pessoas que vêm exclusivamente para apanhar os livros, mas eles têm a preocupação que as pessoas utilizem o máximo a informação, seja ela disponível na biblioteca, tomando emprestado livro, levando, vídeos, filmes, músicas, etc., qualquer tipo de documento independente da sua forma física, mas eles também querem que eles possam nas respectivas casas, nos seus respectivos acessos individuais, que elas tenham a oportunidade de poder acessar esse mundo que hoje em dia é tão dinâmico, cada vez mais nós temos um número incrível de informação e realmente temos que tomar cuidado, aprender como você manusear, como você usar, como você pesquisar, que só a internet, ela não lhe dá realmente essa oportunidade de você selecionar, de poder utilizar cada vez melhor. (CARVALHO, 2014)

A biblioteca e a democracia.

O aspecto democrático foi lembrado por um dos entrevistados que considerou a biblioteca como um importante serviço público, que trabalha com a regra de anonimato.

A biblioteca pública é mais democrática, sem dizer se é melhor ou pior do que os outros tipos. Ela é democrática, trata indistintamente o cidadão. Trabalha com a regra do anonimato, é preciso dar o atendimento igualitário para todos os clientes. ... Como uma biblioteca de entrada, de atendimento genérico, é capaz de atrair qualquer faixa etária, dos super jovens aos mais velhos. Ao mesmo tempo tem que ser porta de entrada para outras bibliotecas, como as especializadas, ou pode ser aquilo mesmo (LESSA, 2015)

5.2 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO: CULPADAS OU ALIADAS?

Este tópico visou conhecer o que os entrevistados achavam sobre as Tecnologias da Informação, e se consideravam se houve impacto no mundo atual. A segunda pergunta foi: Considera que as novas Tecnologias de Informação e Comunicação, especialmente o uso de computadores e da internet, tiveram impacto sobre a biblioteca pública?

Os entrevistados tenderam a considerar como indubitável o impacto das TIC nas bibliotecas públicas. Porém, houve uma variação na percepção deste impacto. Para alguns a disseminação das TIC resultaram em mudanças significativas para as bibliotecas públicas e para outros entrevistados foram tidas como fator de menor importância ou desvirtuam as suas funções básicas.

De evolução natural à grande mudança

Para um dos entrevistados as TIC são vistas como mais um avanço tecnológico ligado ao desenvolvimento humano. O seu impacto é equivalente ao de qualquer outra tecnologia, “tanto quanto o automóvel teve sobre a carruagem. Essa é a dinâmica normal do desenvolvimento humano, afetado por múltiplos fatores, principalmente pelo desenvolvimento tecnológico” (MILANESI, 2014).

Outro entrevistado destaca o fato de que o impacto das TIC, como fenômeno recente, não pode ser devidamente avaliado.

Eu acho que nós estamos apenas no limiar, digamos assim, no princípio de uma intervenção das novas tecnologias, que já não são tão novas, das tecnologias de informação, de circulação do conhecimento que vão transformar definitivamente a biblioteca. (MARQUES NETO, 2014).

Além disso, a introdução das TIC nas bibliotecas públicas teria aspectos positivos e negativos, sendo que o uso de uma maneira positiva exige competência:

Eu acho que esse impacto, que é aparentemente adverso, exige, da parte dos administradores públicos, a competência de transformar alguma coisa aparentemente negativa em outra coisa realmente positiva, (introduzindo) instrumentos técnicos a serviço do livro, da preservação, da utilização, da consulta ampla, geral e irrestrita. ... Eu não vejo o avanço tecnológico como inimigo. É inimigo se você ignorá-lo ou não souber desvia-lo, conduzi-lo para tarefas realmente produtivas, mas se souber conduzir é um instrumento louvável e necessário (PORTELLA, 2014).

Responsável pela perda da centralidade da biblioteca

Outro argumento destacado em relação ao impacto das TIC na biblioteca pública refere-se à perda de sua centralidade como instituição responsável pelo acesso à informação, que atualmente pode ser encontrada através de diferentes tipos de recursos. Destaca-se, assim, na fala de um dos entrevistados, a necessidade de incorporar as TIC nas bibliotecas, adaptando-as a uma nova realidade, a novas demandas e a novas expectativas dos usuários, exigindo rapidez e eficiência por parte da biblioteca. Esta opinião vai ao encontro da literatura especializada recente, como no artigo de Waller (2008) mencionado no capítulo um.

A verdade é que, com a revolução tecnológica, os usuários das bibliotecas se tornaram usuários mais críticos. Eles sabem que não é só na biblioteca pública que ele pode acessar informação. ... você passa a ter uma concorrência muito grande de outras instituições e por isso há que aprimorar o papel da biblioteca pública cada vez mais, porque o leitor tem consciência, ele quer a informação agora, sempre em tempo real. Se a biblioteca pública não tiver uma estrutura tecnológica ela realmente está em crise. (SUAIDEN, 2014).

Uma das mudanças consideradas mais visíveis nas pesquisas em bibliotecas diz respeito que era procurada para consultas pontuais, tanto a obras de referência quanto a livros. Durante muito tempo as bibliotecas públicas funcionaram como apoio à pesquisa, tendo nas obras de referência sua principal fonte de informação (MILANESI). Agora, a internet possibilita o acesso de forma mais rápida e atualizada a este material. Esta realidade foi destacada pelos entrevistados:

Eu quando tenho que pesquisar uma coisa, dificilmente saio para ver a Enciclopédia Britânica ou a Barsa, ou qualquer livro de consulta, eu vou olhar primeiro na internet. Ou seja, livro de papel esta ficando cada vez mais com pouco uso, um pouco mais distante. E a internet vai cada vez mais se tornar uma coisa especializada, uma coisa mais correta, mais crível (SANT'ANNA, 2014).

A internet, na verdade, o Google, [acelerou] essas consultas. É uma enciclopédia acelerada, é rápido, é mais rápido do que ir ali, mas estava ali antes. Estava ali, só que é um tipo de enciclopédia que vai sendo acrescentada, não tem rigor que tem uma enciclopédia bem redigida, mas esta ali (SODRÉ, 2014).

Impõem novas funções: desenvolvimento da competência em informação e o apoio à pesquisa com novos recursos

Assim, a Internet, principalmente o Google, e os diversos recursos disponíveis de acessos como os telefones celulares e os *Ipads* facilitam sobremaneira as pesquisas, evitando deslocamentos até as bibliotecas. Porém, diversos entrevistados apontaram o papel das bibliotecas como um importante apoio para que as pessoas possam saber como utilizar esses novos recursos disponíveis:

Ensinar as pessoas a usar a biblioteca que eles têm na mão, o *ipad*, o telefone celular. Qualquer pessoa pode baixar os clássicos franceses, clássicos russos, ingleses e em português. A própria Biblioteca Nacional tem essa coisa toda disponível. Então as pessoas têm uma biblioteca em suas mãos, não precisam sair de casa, não precisam pegar condução, a internet fornece tudo. Então é necessária uma campanha, olha que coisa terrível, uma campanha de alfabetização, de explicação como a internet pode resolver problemas não resolvidos em 500 anos. (SANT'ANNA, 2014).

É um impacto muito grande nos países mais desenvolvidos. Na Europa, nos EUA, hoje o modelo de biblioteca pública que se busca é no mínimo o de uma biblioteca híbrida. Porque esse processo que vai do impresso ao digital, isso tem que ser comandado pelas bibliotecas públicas. Porque você sabe que no processo do impresso ao digital, as pessoas de uma idade mais avançada têm dificuldade com digital, então a biblioteca tem que capacitar outros novos usuários. Os usuários adolescentes, eles já adentram a biblioteca com uma capacidade tecnológica muito grande. A biblioteca tem que se preparar, possibilitar todos os acessos. (SUAIDEN, 2014).

O usuário, aprende cada vez mais a como utilizar as ferramentas disponíveis nesse mundo atual de internet, para que ele possa utilizar melhor os recursos que existem no mundo. Que não adianta você disponibilizar tudo o que existe de software, as revistas digitais e em meios eletrônicos, você apresentar uma biblioteca super, hiper digitalizada se as pessoas não souberem como manejar essas ferramentas. Então isso que eu acho que houve uma mudança radical nesse aspecto. (CARVALHO, 2014).

Supervalorização das TIC em detrimento das funções básicas

Diversos entrevistados alertaram, porém, a valorização demasiada das TIC em detrimento a outras funções das bibliotecas:

Primeiro colocam o computador porque vai atrair as crianças, sem nenhum trabalho de preparação e crítico em relação a como usar. Eu me lembro de que eu fui à biblioteca da Rocinha, àquele prédio, que é muito importante (porque disponibiliza) equipamento cultural dentro da biblioteca, dentro da comunidade da Rocinha. As pessoas têm direito a isso. (SERRA, 2014).

Primeiro que você não entra direto para os livros, você entra primeiro pelos vídeos, enfim e tal. Quando chega na parte da biblioteca das crianças, que é no último andar, a ante-sala é de computador e na sala das crianças menores, elas estavam no computador. Eu não vi nenhum movimento no sentido de trazê-las para leitura (...). Eu acho desnecessário que você precise convidar a criança para leitura pelo computador (SERRA, 2014).

Você vai a uma biblioteca pública para saber, procurar algum assunto. Você vai ao Google ou vai conversar com o bibliotecário? Ele vai te oferecer só aquelas estantes ou vai oferecer todas as estantes virtuais do planeta? São essas as questões. É óbvio, até por uma questão humana, que eu prefiro conversar com uma pessoa, que pode refletir comigo e fazer uma busca mais apurada tecnicamente se estiver preparada para isso, e aberta para isso, do que digitar meia dúzia de palavras, que podem não ser as palavras corretas para aquela busca. (MARQUES NETO, 2014).

As bibliotecas muitas vezes, em Medellín, em Bogotá, são cheias de pessoas consultando internet, consultando o e-mail, visitando algumas paginas de internet. Nós vimos que as bibliotecas, por exemplo, têm algum controle para que aquelas pessoas não visitem paginas pornográficas etc. Uma pessoa de nossa equipe instrui nas bibliotecas sobre consulta. As pessoas conseguem [acessar] apesar dos controles, visitando somente esse tipo de pagina. Não me importa, não se trata de uma questão moral, se trata de um problema que é demasiado custoso para o estado. Poderia colocar à disposição das pessoas um café internet, com semelhantes condições arquitetônicas, móveis, mobiliários, espaços muito cuidados, com muitas condições materiais, muito boas para que se transforme em um café internet. (CASTRILLON, 2014)

Contribuição para integração dos sistemas de bibliotecas

Outro ponto que se destacou diz respeito à utilização das TIC como um instrumento para a integração das bibliotecas públicas de maneira sistêmica. Este tipo de contribuição não é ainda plenamente absorvido, embora seja especialmente importante em países como o Brasil, um país continental com 5.570 municípios, os quais apresentam grandes diversidades de situações e enfrentam problemas de comunicação, seja pela distância, seja pelo custo da divulgação destas políticas. Um entrevistado considera que as TIC podem representar uma solução para operacionalizar os sistemas de bibliotecas.

Já (no início da) era pré-internet pedia-se que as bibliotecas atuassem como um sistema, formando um corpo com inter-relações entre as partes. Por mais que isso fosse exposto, pouco dessa prática foi concretizada. Veja o caso do Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo que se tornou emblemático. Nas ações desenvolvidas na época já estava presente o esboço das atividades sistêmicas. Com a internet, o que era um impreciso desejo tornou-se um imperativo fora do qual não há possibilidade de permanência. As bibliotecas municipais que sobrevivem o fazem de forma isolada – em si e para si (MILANESI, 2014).

Um entrevistado considera que a digitalização pode oferecer um grande impulso nas bibliotecas. Vê o mundo digital como complementar, que embora importante, não substitui a leitura.

E de repente eu vi que o meio digital pode ser uma alavanca importante, sobretudo para as próprias bibliotecas darem essa grande virada... sem dúvida nenhuma a chegada do digital, pode ser uma alavanca importante para complementar, jamais substituir [a leitura], claro! (AMORIM, 2014)

Boa aceitação por parte dos profissionais

Cabe, ainda, ressaltar a expectativa dos profissionais frente às TIC nas bibliotecas. Um dos entrevistados aponta para a boa aceitação destes profissionais frente à ampliação do acervo tradicional com a aquisição de e-books. Ressalta, porém, que houve dificuldade devido à falta de recursos.

A boa notícia é que no caso do digital, as bibliotecas estão muito animadas e interessadas em partir para projetos pilotos, para experiências que façam com que elas coloquem o pé nesse futuro. Em algum momento eu comentei que pessoas da própria área, da própria biblioteconomia às vezes olhavam para isso com certo receio de que não houvesse uma adesão maciça, até porque as pessoas poderiam achar que dá mais trabalho, sem muito retorno, isso também não vai dar certo. Ao contrário, as pessoas estão otimistas, esperançosas e, sobretudo dispostas a se engajar mais uma vez nesse momento. Isso é positivo (AMORIM, 2014).

Para concluir este bloco cito uma entrevista que propõe uma metáfora entre a biblioteca tradicional e a biblioteca possível a partir da utilização das TIC, baseando-se na experiência da implantação do telégrafo no Brasil, no começo do Século XX. A conclusão é de que não é mais possível se pensar em resolver o problema da criação ou modernização das bibliotecas públicas investindo em um modelo antigo.

Eu tenho insistido em uma coisa que é óbvia, que é o seguinte: nós não resolvemos o problema das bibliotecas em 500 anos, agora temos uma coisa nova, que é livro digital, realidade virtual que é cada vez mais real, mais concreta, e eu tenho dito o seguinte: aquela parábola do marechal Rondon é mais do que nunca verdadeira. O Rondon nos anos de 1910, 1920, foi escalado para colocar telégrafo com fio no Brasil. Saiu colocando telégrafos com fio e de vez em quando encontrava uma tribo de índio, dialogava, tentava pacificar, tentava não ser morto e nem matar, e fez isso no Brasil inteiro. Quando ele chegou na fronteira do Paraguai e colocou o último poste de telégrafo com fio, recebeu a notícia de que o Marconi tinha descoberto o telegrafo sem fio. Essa é a metáfora do Brasil hoje, ou seja, não construímos as bibliotecas que tínhamos que construir. Então, não adianta começar a construir desesperadamente agora biblioteca de cal e pedra. Temos que ensinar, isso é óbvio, e ninguém pensou nisso sistematicamente, em ensinar as pessoas a usar a biblioteca que eles têm na mão: o *ipad*, o telefone celular. (Sant'Anna, 2014).

Comentários parciais

Em suma, os argumentos apresentados neste capítulo sugerem que a biblioteca passa, segundo os entrevistados, por um momento de transformação. As funções atuais são marcadas pela tendência à proximidade com a comunidade, de forma ampla, conforme afirmado por OLINTO; MEDEIROS (2012) a biblioteca não é *para* a comunidade, mas *da* comunidade

Vale ressaltar os exemplos dados de outros países pelos entrevistados como o atendimento irrestrito a qualquer pessoa, a preocupação com a inclusão e a possibilidade de consulta em horários mais amplos.

Outro ponto destacado nas respostas é a importância do livro considerado como um fator fundamental para a biblioteca, em oposição a uma visão que embora o considere importante, amplia para outros meios de comunicação. A biblioteca também para alguns perdeu sua centralidade como a instituição que fornecia a informação, como antes do advento das TIC.

As mudanças derivaram-se, na opinião de em boa parte dos entrevistados, pelo uso das Tecnologias de Comunicação e Informação. A instituição parece estar realmente perdendo sua centralidade devido ao fato de que as bibliotecas podem ser dispensadas em pesquisas bibliográficas, que antes eram feitas em suas instalações físicas. Com a Internet e o Google, esta situação muda. Estas opiniões vão ao encontro das ideias de Waller e McShane (2008), anteriormente mencionadas: ou a biblioteca perde o seu usuário ou surge um novo usuário mais exigente. Assim, as bibliotecas estariam passando por um momento de mudança, por uma realidade nova.

Uma tendência apontada é a visão de biblioteca como um local de convívio, conforme também identificado pela literatura especializada, que destaca a ideia da biblioteca pública como promotora de capital social para os usuários e para a comunidade.

6 A BIBLIOTECA PÚBLICA BRASILEIRA, ESTA INSTITUIÇÃO DESPREZADA E DESCONHECIDA

O segundo bloco de perguntas focaliza a situação atual da biblioteca pública brasileira. As perguntas foram formuladas com o objetivo de traçar um breve diagnóstico do que os entrevistados acham sobre o desempenho e as funções das bibliotecas públicas estaduais e municipais. Pretende-se também, neste bloco, obter opiniões sobre a relação biblioteca-comunidade, bem como sua relação com a leitura e a educação. Na última pergunta deste bloco se quer saber dos entrevistados se eles consideram a biblioteca pública como um centro de informação comunitária.

6.1 SITUAÇÃO DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS

A primeira pergunta deste bloco focalizou opiniões sobre o desempenho das bibliotecas, visando avaliar a situação atual das bibliotecas públicas brasileiras. Foi assim formulada: *Considerando o conjunto de bibliotecas públicas estaduais e municipais brasileiras (sem incluir a Biblioteca Nacional), em sua opinião como elas têm desempenhado suas funções básicas?*

As opiniões dos entrevistados neste bloco se concentram em alguns argumentos que destacamos a seguir.

A situação geral é muito ruim, apesar das exceções

A ausência de boas bibliotecas públicas municipais, em boa parte dos municípios, as quais teriam a função de atender mais proximamente suas comunidades faz com que as estaduais assumam às vezes este papel. Segundo Amorim “a biblioteca no caso dos estados tem funcionado muito mais como alguma forma de suprir o papel da biblioteca pública municipal”.

Existem várias categorias de bibliotecas públicas municipais. Aquelas em cidades, em algumas das cem principais cidades brasileiras, são bibliotecas que funcionam razoavelmente bem ou minimamente, principalmente nas capitais, mas não em todas porque até recentemente alguns estados brasileiros ainda não tinham a sua biblioteca municipal e elas acabam funcionando de alguma forma minimamente para poder atender o seu público. (AMORIM, 2014)

Esta situação é agravada nas regiões Norte e Nordeste, as que mais necessitam da atuação das bibliotecas públicas. É no Sul e no Sudeste que se observa a atuação das bibliotecas estaduais.

Eu diria que algumas das bibliotecas estaduais têm papel sumamente relevante principalmente em estados do Sul e do Sudeste. Quando você chega no Norte ou no Nordeste, a biblioteca pública ainda está na sociedade industrial, não chegou na sociedade da informação. (SUAIDEN, 2014).

Por exemplo, uma biblioteca como a Mario de Andrade tem orçamento e recursos humanos, é municipal, mas tem recursos humanos expressivos. Quando você chega no Norte e Nordeste a biblioteca pública ainda está com o pires nas mãos. Realmente no Norte e Nordeste o governo investe pouco e mal nas bibliotecas públicas e por isso que a produção científica se concentra no Sul e no Sudeste. (SUAIDEN, 2014).

Porém, em qualquer região brasileira, a situação da maioria das bibliotecas públicas, segundo os entrevistados, enfrenta dificuldade e precariedade.

Há que dizer que elas têm desempenhado suas funções duramente, muito duramente. Do ponto de vista, não apenas de ausência de recursos, mas da capacidade operacional, que se reflete em equipamentos muitas vezes obsoletos, muitas vezes inexistentes, enfrentando ainda algumas questões básicas, muito básicas e primárias. (MARQUES NETO, 2014)

Diante da precariedade das bibliotecas públicas, tem ocorrido um crescente número de bibliotecas escolares e comunitárias que assumem o seu papel, segundo Serra. Para discussão mais detalhada sobre o tema, a leitura da tese de Machado (2008) é fundamental. Serra menciona uma iniciativa que ilustra as tentativas de trazer as iniciativas comunitárias para o domínio público.

Nós estamos com o Instituto de Arquitetura fazendo as bibliotecas comunitárias escolares, porque ela começou como biblioteca comunitária. Em um determinado momento nós resolvemos junto com a arquitetura, que iam ser bibliotecas escolares abertas à comunidade, para tentar suprir essa falta. (SERRA, 2014)

Um dos pontos ressaltados diz respeito a uma instituição que, na maioria das vezes, vive sem orçamento. Assim uma das áreas que mais sofre é a de acervo, defasado ou inadequado, vivendo de doações do governo ou de particulares. “Muitas delas sem receber livros novos de programa de governo, às vezes a dez, quinze, vinte anos” (AMORIM, 2014). Este, para ilustrar esta situação conta a história de uma biblioteca no interior de São Paulo, que, como tantas outras, foi formada por doações. Neste caso um exemplo esdrúxulo: um padre estrangeiro formou esta biblioteca doando seus livros impressos em sua língua, o

alemão. É um exemplo de como o acervo pode distanciar a biblioteca de sua comunidade. A doação, infelizmente, “está no DNA da formação de várias bibliotecas públicas”.

As bibliotecas dependem de apoio de recursos federais para um processo de modernização, segundo um dos entrevistados, o que leva a algumas iniciativas positivas destacadas, mas de alcance limitado.

Ao mesmo tempo, algumas poucas exceções, as bibliotecas que foram beneficiadas muito recentemente com o programa Mais Cultura e puderam acontecer, se renovar, como Manguinhos, no Rio de Janeiro e Mario de Andrade, em São Paulo [...] Enfim muitas outras bibliotecas [...], foram beneficiadas por esse programa e tiveram, digamos assim, o seu primeiro patamar de modernização, de acolhimento desses novos desafios. (MARQUES NETO, 2014).

Outros fatores, como o horário de funcionamento restrito, prejudicam a frequência das bibliotecas, da mesma forma que a sua localização e ambientação.

São feias e pouco atraentes

Uma característica das nossas bibliotecas, apontada por diversos dos nossos depoentes, e que complementa a ideia de precariedade, é o fato de que tipicamente não são consideradas um espaço atraente às comunidades.

Elas normalmente são em locais que do ponto de vista da arquitetura, do espaço físico, também não são lugares tão confortáveis, ao contrário disso. Foram envelhecendo e não tiveram certos cuidados e que normalmente de uma maneira geral, eu pude ter essa experiência como gestor público municipal. (AMORIM, 2014)

Até onde eu me lembre, o que eu vi de biblioteca, sempre espaços sem aquela preocupação com a cultura escrita, ou muito antigas, ou abandonados, ou com pessoas readaptadas e sempre um ambiente muito, muito triste. (SERRA, 2014).

Há interferência negativa da política local

As bibliotecas municipais muitas vezes não têm seu papel percebido ou reconhecido pelo prefeito. Em alguns casos, alguns não as fecham por terem medo de reação dos usuários, já outros as fecham, “sem pudor”.

Facilmente ela é convertida em um lugar para guardar alimentos, um almoxarife, em uma sala de aula, com todo o respeito ao papel da sala de aula, evidentemente. Em alguns lugares vira posto de polícia, em outras vira centro comunitário, em outras vira nada, mas deixa de ter aquele custo

representado por funcionário; muitas vezes [o prefeito] está despreparado para aquilo, e assim elas fecham. (AMORIM, 2014)

A administração das bibliotecas públicas feita por pessoal sem qualificação é outro ponto ressaltado por entrevistados, sugerindo interferências partidárias nas nomeações dos gestores.

Depende de quem está na direção. Mais uma vez, isso é uma coisa brasileira, assim como os partidos. Depende de quem está dirigindo o partido e não da ideologia do partido, depende de quem está liderando elas [as bibliotecas]. Se você tiver um diretor que tenha a cabeça aberta, que estabelece uma ligação com a comunidade. E nós vimos isso, você experimentou isso também, quando a gente fazia os encontros do sistema estadual e o sistema nacional (SANT'ANNA, 2014).

Há carência de recursos humanos qualificados e de direção proativa.

Um aspecto que está relacionado ao uso político indevido das bibliotecas é o argumento da falta de recursos humanos qualificados e familiarizados com a instituição, um dos pontos destacados em algumas entrevistas.

Falta de qualificação técnica, falta de acervo adequado, falta de disposição de servir publicamente e não se enclausurar nas paredes da biblioteca [...] O problema é que ultimamente os dirigentes de biblioteca não estão habituados a frequentar bibliotecas. (PORTELLA, 2014)

Outra entrevistada relata experiências similares. As nomeações são políticas, em geral.

Eu me lembro como diretora da Biblioteca [Pública do Estado do Rio de Janeiro] no ano de 2003, eu procurei nos 90 municípios, cheguei a fazer um encontro no final do ano, mas a noção de biblioteca daquelas pessoas que representavam a biblioteca, era em geral nomeações políticas, de parentes... (SERRA, 2014)

A importância de bibliotecárias à frente das bibliotecas públicas é ressaltada por um entrevistado. Segundo ele, a prática mostrou como o conhecimento técnico, além das qualidades pessoais, leva a soluções inovadoras que aproximam a biblioteca pública de sua comunidade.

As bibliotecárias trocavam entre si algumas experiências e as experiências que eram cada vez mais voltadas para comunidade, como atender o doente que está em casa, que não pode sair, como levar o livro até ele. Como inventar soluções. Eram as bibliotecárias que tinham mais êxito na administração, tinham uma noção de que alguma coisa nova tinha que ser feita além de colocar o livro na estante. (SANT'ANNA, 2014)

A solução para os problemas não se encontra apenas nos cargos de direção, mas nos recursos humanos disponíveis nas bibliotecas públicas.

Ainda trabalhamos com muita precariedade e talvez a precariedade que eu mais me ressinto, discutindo principalmente com os bibliotecários, é a precariedade da formação de recursos humanos. (MARQUES NETO, 2014).

Porém, este profissional, incluindo a direção, precisa, além das atividades técnicas, saber comunicar-se com as autoridades e com a comunidade.

O problema dos recursos humanos na biblioteca não é apenas uma questão do atendimento ao leitor, é uma questão também de saber reivindicar do poder público, da sua prefeitura e poder criar um laço com a sociedade no sentido de que o profissional bibliotecário, funcionário da biblioteca, aquela pequena comunidade saiba se ouvir. E saiba se fazer ouvir. (MARQUES NETO, 2014).

É interessante mencionar também que outros atores, além dos bibliotecários, deveriam ser ouvidos, segundo um dos entrevistados.

Talvez nós tenhamos os dois principais veículos de democratização do acesso que são os menos ouvidos porque não se fazem ouvir, que são os bibliotecários e os livreiros. Você vê que tem espaço para os editores, você vê que tem espaço para os escritores, os livreiros e os bibliotecários. No meu ponto de vista, no meu posto de observação, eu vejo que eles não têm voz. Em qualquer lugar da história, qualquer período da história, qualquer lugar do mundo, nós temos que nos fazer ouvir. As pessoas são escutadas quando elas se fazem ouvir. (MARQUES NETO, 2014).

Não se articula com a escola e a educação em geral

Outra característica de alguns depoimentos é destacar a importância da ligação entre cultura e educação, o que poderia ser proporcionado pela biblioteca pública. No caso das bibliotecas escolares, já existe uma lei que, embora restrita, foi considerada como um passo positivo.

Essa articulação, educação, formação, não existia e muito menos hoje eu vejo isso. Muitos discursos, muitas propostas, você vê atitudes isoladas... Não há uma interação do projeto junto com o projeto da educação, do estado e junto com a cultura [...]. Isso implica na baixa de qualidade da educação brasileira, o que para nós está ligado, fundamentalmente, com a falta de convívio com a cultura escrita, com a oportunidade de leitura, com desenvolver um pensamento reflexivo que possibilite a crítica e a criação. Embora não possa negar que tenha havido avanços, hoje em dia se discute mais isso: tem a lei 12.244 do governo Lula, que obriga a que todas as escolas, todos os estabelecimentos de ensino do país, tenham uma biblioteca. A gente vem batalhando em relação a isso, no sentido de que a lei não diz muita coisa, mas ela é uma lei que pode se transformar em uma bandeira de defesa por esse direito, mas está distante, infelizmente (SERRA, 2014).

Outro entrevistado menciona a falta deste trabalho conjunto entre educação e bibliotecas públicas, o que tem reflexos, segundo ele, em todos os níveis de ensino. Lembra ainda o depoente que ler e não saber interpretar é uma característica do estudante brasileiro, vítima de um sistema de ensino que produz indivíduos desqualificados. A biblioteca pública teria a sua contribuição a dar na superação desta situação.

Tem que investir em bibliotecas públicas para que quando o usuário chegar à universidade, ele saiba utilizar o arsenal de uma biblioteca universitária. Isso não acontece no Brasil. Você tem bibliotecas públicas, a maioria não atende 1% da população. Quando você entra em uma escola secundária, o garoto sabe ler e não sabe interpretar o texto [...]. Se não se produz gente qualificada como [o indivíduo] vai ter acesso a uma universidade, ao conhecimento, para que ele se torne um pesquisador no futuro. É por isso que em todos os rankings a educação brasileira é considerada uma educação falida. Por quê? Faltam bibliotecas públicas e faltam bibliotecas escolares. (SUAIDEN, 2014).

Não atuam como um sistema integrado

Outro ponto destacado pelos entrevistados é a ausência de um trabalho sistêmico que, segundo os entrevistados, muito auxiliaria no desenvolvimento dos trabalhos dos bibliotecários quanto ao atendimento das necessidades da própria biblioteca e dos usuários.

Já na era pré-Internet pedia-se que as bibliotecas atuassem como um sistema, formando um corpo com inter-relações entre as partes. Por mais que isso fosse exposto pouco dessa prática foi concretizada. Veja o caso do Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo que se tornou emblemático. Nas ações desenvolvidas na época já estava presente o esboço das atividades sistêmicas. Com a internet o que era um impreciso desejo tornou-se um imperativo fora do qual não há possibilidade de permanência. As bibliotecas municipais que sobrevivem o fazem de forma isolada – em si e para si (MILANESI, 2014).

Esta opinião de Milanesi é compartilhada por Serra:

Então, o sistema mesmo, eu acho, que não funciona, nunca consegui ver isso funcionar, do ponto de vista de uma coisa articulada, não existe. Existem pessoas que estão interessadas e fazem movimentos (SERRA, 2014).

Outro entrevistado lembrou a importância da biblioteca pública como porta de entrada para a comunidade ao mundo da leitura e da biblioteca especializada.

A biblioteca pública é mais democrática, sem dizer se é melhor ou pior do que os outros tipos. Ela é democrática, trata indistintamente o cidadão. Trabalha com a regra do anonimato, é preciso dar o atendimento igualitário para todos os clientes. ... Como uma biblioteca de entrada, de atendimento genérico, é capaz de atrair qualquer faixa etária, dos super jovens aos mais

velhos. Ao mesmo tempo tem que ser porta de entrada para outras bibliotecas, como as especializadas, ou pode ser aquilo mesmo. (LESSA, 2015).

É uma instituição invisível e não lhe é dado o devido valor

Opiniões mais gerais sobre o desconhecimento da importância de uma biblioteca pelas autoridades em geral é um dos argumentos mais utilizados pelos entrevistados, tornando-se uma questão essencial para o entendimento da situação atual das bibliotecas públicas brasileiras.

A biblioteca, no mundo político, não é vista como um item que deve entrar em pauta. Um dos entrevistados, na época presidente da FBN, relata o espanto que os deputados, governadores e prefeitos tinham ao saber que era necessário prever orçamento para a biblioteca pública.

Eu recebia na Biblioteca Nacional deputados, governadores, prefeitos. Na cabeça deles o livro era um objeto que vinha andando e subia na prateleira de graça. Saía da editora e subia na prateleira e ficava ali. Só gente estranha que ia consultar. Quando eu dizia, olha é necessário fazer um orçamento, é necessário comprar, etc, eles levavam o maior susto. É como se fosse uma descoberta, que existe um circuito do livro e a biblioteca é um dos estacionamentos do livro (SANT'ANNA, 2014).

Além de mencionar outras autoridades que desconhecem o papel da biblioteca pública, o entrevistado comenta que é preciso que as autoridades brasileiras descubram e valorizem a cultura e a biblioteca. A simples menção ao valor da biblioteca pública poderia ter efeitos, inclusive financeiros, e políticos para os nossos representantes.

Eu me lembro que o Gregório Filho que trabalha com leitura, contava uma coisa muito curiosa e didática. Ele disse que quando assumiu a Secretaria de Cultura no Acre, ele não tinha dinheiro nenhum. Aí ele falou com o governador, vamos combinar o seguinte: eu não vou pedir dinheiro ao senhor, só vou pedir que toda a vez que o senhor fizer um discurso fale a palavra cultura. Quando os secretários começam a ver que o governador está falando de cultura começam a achar que aquilo é importante. Vira dinheiro. E isso modifica tudo. Inserir dentro da vida do ministro, dentro da vida da política, a presença da cultura (SANT'ANNA, 2014)

Ainda como aspecto da invisibilidade, pode-se destacar o comentário de um dos entrevistados, que parece sugerir que a biblioteca pública desempenha sobretudo um papel de “resistência” ou de preservação de memória de uma instituição que não tem mais grande significado na sociedade atual.

As bibliotecas públicas estaduais e municipais cumprem um papel, dentre todos os papéis que são desempenhados por ela, que hoje em dia talvez seja

o mais importante, um papel na verdade da resistência para não deixar a sociedade se esquecer desse tipo de equipamento presente na história da humanidade e na sua própria vida. (AMORIM, 2014).

A visibilidade, quando existe é das grandes bibliotecas públicas estaduais. São muito poucas que têm visibilidade, [estas] geralmente estão nos estados mais adiantados [mas] a maioria não tem visibilidade. Primeiro porque vivem de doações, não têm orçamento, não têm bibliotecário formado e não têm uma proposta de integração biblioteca-comunidade. Isso para mim é o elemento fundamental hoje em dia para o sucesso da biblioteca pública. (SUAIDEN, 2104).

Outro entrevistado menciona a falta de visibilidade na mídia, que se verifica pela dificuldade encontrada em divulgar o trabalho das bibliotecas. Os trabalhos da área não têm repercussão, dificultando a que o público tome conhecimento. Faz, inclusive, um paralelo com outras manifestações culturais.

Estou falando sempre de repercussão dessas coisas. O único jornal que deu uma nota, que deu uma matéria [sobre a biblioteca] foi o Estado de São Paulo. Aqui no Rio, nos jornais, você pode lançar o mais vagabundo dos cd's e tem uma página. Eu tive uma nota na coluna do Joaquim Ferreira dos Santos porque ele foi meu aluno e é meu amigo. (SODRÉ, 2014).

A falta de visibilidade, segundo Amorim, não atinge apenas as autoridades e jornalistas, também atinge aos profissionais que não percebem as funções atuais da biblioteca pública, e se adaptam a um mundo em mudança. As bibliotecárias não têm uma referência moderna. Mesmo cumprindo um certo papel, elas (as bibliotecárias) têm dificuldades para reconhecer esse novo momento das bibliotecas. (AMORIM, 2014),

É desprezada pelas elites e intelectuais

Além da crítica às autoridades públicas, considera-se que as elites brasileiras também desconhecem a utilidade da instituição. Uma triste história revela a desconsideração da biblioteca pública no planejamento de Brasília.

O Edson Nery [da Fonseca] olhou a planta de Brasília [...] e viu que não tinha biblioteca pública. Então ele foi perguntar ao Lúcio Costa: “Dr. Lúcio, não estou vendo biblioteca pública aqui na planta que o senhor fez”. Aí o Lúcio falou uma frase que é terrível: “Ah, esse negócio de biblioteca pública nunca deu certo no Brasil”. Tanto é que a biblioteca de Brasília só foi inaugurada agora, 40 anos depois. Ou seja, as elites brasileiras não têm a noção da utilidade das bibliotecas. É preciso mudar essa mentalidade. (SANT’ANNA, 2014)

Para o entrevistado, os intelectuais brasileiros não conhecem o funcionamento de uma biblioteca. Ressalta que é mais fácil lidar com pessoas de outras áreas, “que te ouvem como

especialista, do que com intelectuais que acreditam saber de tudo”. E lamenta esta realidade, pois intelectuais deveriam estar na mesma trincheira que os defensores das bibliotecas.

É uma ilusão você achar que os intelectuais estão aparelhados para discutir assuntos relacionados ao livro. Os intelectuais em geral não têm a menor ideia do que é uma biblioteca, para o que serve uma biblioteca. Têm uma biblioteca em casa, mas não têm uma visão de como essa coisa funciona. Mesma coisa a questão da leitura. Onde eu encontrei maior resistência na questão do programa de leitura foi dentro da Câmara Brasileira do Livro, e com alguns escritores, que gratuitamente faziam campanha contra a leitura. Se você pensar, isso é um absurdo total. É como o médico ser contra a operação. Então os nossos principais adversários, as pessoas que têm que ser convertidas, (são as que estão) na mesma trincheira. Às vezes é mais fácil conversar com uma pessoa de outra área, que tem consciência, que não sabe das coisas, então ele acredita em você, você é especialista, ele acredita, mais do que as vezes um intelectual que acha que sabe das coisas. A pior coisa que pode existir é alguém achar que sabe das coisas (SANT’ANNA, 2014).

Esta visão limitada dos intelectuais é também ressaltada por outra entrevistada. Cita um artigo sobre um livro, publicado em jornal de grande circulação, escrito por um intelectual renomado. O artigo se limitou à questão do preço, sem citar a possibilidade de acesso à população por meio da biblioteca pública.

Na verdade tem uma coisa de uma educação dos grandes intelectuais, também de esquerda. Reivindicam uma igualdade. Na ditadura quando a gente estava naquela luta toda [...] eu li o artigo no jornal, de uma pessoa que eu não vou citar o nome, falando sobre o preço do livro. Eu liguei para ele, isso deve ter uns 30 anos, e eu disse: “fulano, você discutiu preço de livro e não foi capaz de colocar que o local para quem não tem dinheiro para comprar livro chama-se biblioteca pública?” Eu disse isso para ele [...]. Não foi capaz de colocar nessa matéria, na época, nem uma linha sobre biblioteca. Então é um posicionamento elitista. A gente falou no início (da entrevista sobre) a questão na democracia, a biblioteca pública é um espaço democrático para dar continuidade à escolaridade. O local é a biblioteca pública (SERRA, 2014).

Segundo Serra, é necessário o reconhecimento do valor das bibliotecas pelo poder público materializado no fornecimento das condições de funcionamento das bibliotecas. Seria necessário um processo longo baseado na educação para que esta situação fosse mudada. Ressalta, entretanto, o papel de indivíduos que conseguem fazer um bom trabalho apesar das dificuldades.

Bibliotecas novas surgem, mas sempre sem o reconhecimento do poder público a quem competia dar condições materiais para aquilo acontecer [...]. Se não for uma pessoa com espírito de doação para manter aquilo, é muito difícil. E reitero que isso passa pelo processo educacional. Eu não vejo que isso vá ter uma transformação, em curto prazo é impossível! Mas você tem pessoas que às vezes se mobilizam. (SERRA, 2014).

Sant'Anna considera que é preciso que os pensadores do mundo do livro pensem também a importância das bibliotecas públicas.

Não é uma coisa simples, mas falta no fundo, no fundo, vontade política dos grandes pensadores, dos grandes que vivem o mundo do livro, o mundo da cultura escrita, não pensam na biblioteca pública e não fazem declarações em favor da biblioteca pública. (SERRA, 2014)

Ao falar do reconhecimento das bibliotecas públicas, um dos entrevistados traça paralelo com a educação brasileira que somente na atualidade tem percebida a sua importância, o que ainda não aconteceu com as bibliotecas públicas.

Na verdade, ao contrário do que ocorreu com a educação brasileira nas últimas décadas, e se sabe que isso é um trabalho de muitas décadas, há que se ter o reconhecimento por parte das pessoas, da sociedade e do papel verdadeiro que uma biblioteca pode ter nas suas vidas [...]. O estado não toma essa linha de frente para implementar as grandes mudanças. Talvez esperando que a sociedade se manifeste, o que é um erro evidentemente, das duas partes, mas principalmente do estado que tem esse papel de indutor, mesmo quando não há o reconhecimento público em torno de uma questão ou de outra. (AMORIM, 2014).

Mas está começando a considerar comunidade?

Não se destacam nas opiniões dos entrevistados menções a ações das nossas bibliotecas municipais e estaduais voltadas para o desenvolvimento da sua relação com a comunidade. Há, entretanto, menção a este tema, e à necessidade de considerá-lo na atuação da biblioteca, conforme já consta em algumas das citações apresentada. Os profissionais de bibliotecas precisam comunicar-se com a comunidade, segundo um dos entrevistados.

Há um discurso na parte de recursos humanos das bibliotecas que precisa ser modificado, que é conquistar a comunidade em que ela está. Aonde isso aconteceu dá certo. (MARQUES NETO, 2014).

E apesar do grande conjunto de críticas feitas aqui, observa-se também algum otimismo nos depoimentos. Considera um dos depoentes que as bibliotecas públicas já se encontram prontas para serem reconhecidas, valorizadas e a se tornarem mais inseridas na sociedade, na comunidade. “De uma maneira geral, eu diria que elas (as bibliotecas públicas) estão prontinhas para desempenhar um papel mais ativo e efetivo na sociedade”. (AMORIM, 2014).

E aos poucos, nos últimos dez, quinze anos, eu sinto, por exemplo, que autoridades de uma maneira geral, e quando digo isso é em todo espectro político da direita, esquerda passando pelo centro, por todas essas áreas, empresas, instituições, estão passando a ter uma nova compreensão do papel da leitura na sociedade. (AMORIM, 2014).

A visão antiga de que só a elite era detentora da cultura está mudando, e com isso o livro e a biblioteca ganham, ou podem ganhar novas dimensões.

Enquanto historicamente sempre se via a cultura letrada como algo restrito a poucas pessoas, a uma dita elite cultural, à dita alta cultura, cada vez mais as pessoas conseguem traduzir isso no dia a dia e nas funções importantes que os livros e a leitura têm na formação de pessoas mais preparadas para o dia a dia, para a vida, para o mercado de trabalho, para a vida em família, para a relação umas com as outras, enfim, para o desenvolvimento pessoal e humano. Com isso os livros passam a ter nesse momento recente uma maior importância e junto com eles eu imagino que o próximo passo será o reconhecimento da biblioteca como esse grande espaço de acesso à leitura pública e gratuita. Eu imagino esse momento está prestes a acontecer e ele deve gerar uma coisa que é criar a percepção por parte das pessoas, por parte da sociedade, de que o Estado tem finalmente que criar uma política pública que financie de uma maneira permanente esse serviço público essencial que é a biblioteca. (AMORIM, 2014)

6.2 COMO TEM SE DESENVOLVIDO A RELAÇÃO BIBLIOTECA-COMUNIDADE

Como um dos pontos fundamentais deste trabalho é levantar questões sobre a situação atual e as perspectivas da relação entre a biblioteca pública e seu público, uma pergunta específica nas entrevistas teve por objetivo obter opiniões dos entrevistados sobre este tema. A pergunta foi: *Como tem se desenvolvido a relação entre a biblioteca e sua comunidade?* As respostas obtidas sugerem, em primeiro lugar, mais sugestões do que uma análise da situação concreta desta relação. As respostas sugerem também que alguns tópicos sintetizam os argumentos apresentados. Estes argumentos foram: que a relação biblioteca-comunidade é fundamental para a sobrevivência da biblioteca pública; que alguns países apresentam evidências de que esta relação deve ser enfatizada; que esta relação ainda é difícil no Brasil e também apresentam uma série de sugestões sobre o que deve ser feito para incrementar esta relação.

Uma questão fundamental para sua sobrevivência

Um dos entrevistados acredita que a sobrevivência da biblioteca pública depende do investimento desta instituição na relação com sua comunidade, que a vida da biblioteca relaciona-se com seu uso pela comunidade e depende da interação estabelecida com ela. Considera que esta interação é, hoje, uma necessidade a ser reconhecida, destacada e implementada.

O que a gente vê realmente hoje em dia é uma interação total, biblioteca e comunidade. As bibliotecas não sobreviveriam mais realmente se não se integrassem a comunidade. Basta você verificar a parte, por exemplo, dos acervos, dos clubes de leitura, das horas de conto, tudo isso você precisa da comunidade, você precisa de gente. Sem usuário não existe biblioteca. A comunidade é realmente a usuária em potencial da biblioteca porque é ela que vai dar vida àquela biblioteca e sem eles eu acho que é quase impossível de sobreviver (SANT'ANNA, 2014).

Evidências de sua valorização em alguns países

Boa parte dos entrevistados já observou como esta relação entre comunidade e biblioteca pública tem sido destacada em outros países. Algumas experiências estrangeiras foram por eles mencionadas. Da França foi destacada a experiência da Bibliothèque Publique d'Information, no Centro George Pompidou (Beaubourg), que oferece, entre outras ações voltadas para a comunidade, o acesso aos programas de televisão de muitos países do mundo, contribuindo para o bem estar e a integração de grupos específicos, como os imigrantes, que na biblioteca têm acesso ao idioma natal podem inteirar-se dos acontecimentos. Trata-se de um caso típico da contribuição da biblioteca pública para o desenvolvimento do capital social da comunidade e da contribuição desta especificamente para a integração social dos imigrantes, como destacam diversos textos, anteriormente mencionados (AABO, ; AUDUNSON, ; ESSMAT,). Carvalho menciona especificamente as facilidades de acesso à mídia estrangeira no Centro George Pompidou:

[...] no George Pompidou você tem lá aquela parte de estrangeiros em que você tem todas as televisões ligadas, de todos os países, falando as línguas dos respectivos países. Muitas pessoas sentadas na frente ouvindo a sua televisão, a televisão do seu país, com a sua própria língua. (CARVALHO, 2014).

Outro aspecto interessante destacado nas entrevistas diz respeito ao interesse em proporcionar o acesso à biblioteca por meio de em horário estendido, em que o usuário pode ser atendido a qualquer hora do dia e da noite, uma medida que promove a frequência da comunidade. Este tipo de iniciativa foi observado nas bibliotecas americanas, por um dos entrevistados.

A biblioteca fica aberta o dia inteiro além de ter programa de noite também. Dia e noite. Você pode devolver o livro na hora que quiser, quer dizer, é parte integrante da comunidade. (SANT'ANNA, 2014).

Alguns países da América Latina, segundo Carvalho (2014, p. 2) desenvolvem interessantes projetos visando à ampliação de acesso da biblioteca a grupos menos favorecidos da periferia, e propiciando a que a biblioteca seja vista por estes como uma instituição para todos.

[...] como, por exemplo, México e Colômbia, trabalhando com meninos de rua mostrando que a biblioteca não era somente para a elite, que qualquer pessoa podia fazer parte da biblioteca. Também com a criação dos carros bibliotecas, eles tornaram a biblioteca mais visível, passou a ter assim uma possibilidade (da biblioteca) poder circular pela periferia... (CARVALHO, 2014, p.2)

É interessante notar as soluções identificadas, e que podem ser aplicadas sem grandes gastos, mas que têm grande impacto nas comunidades assistidas. Concomitantemente à facilitação de acesso a livros, ocorrem experiências de inclusão digital para as comunidades.

No Chile, bibliotecas que se faziam em container... Às vezes você encontrava um *container*... com computador, acesso a internet, que permitia que as pessoas daquela comunidade pobre tivessem acesso. (CARVALHO, 2014, p.2)

Uma das entrevistadas mencionou mecanismos, também de baixo custo, utilizados em um país desenvolvido – a Alemanha - para envolver a comunidade na biblioteca do seu bairro. Lembrou a experiência de uma amiga que morou na Alemanha e relatou a importância que a biblioteca tinha para a comunidade. “As bibliotecas [desenvolviam mecanismos para] envolver a população nas bibliotecas. Não estou falando de biblioteca escolar, estou falando de biblioteca do bairro” (SERRA, 2014). Este envolvimento incluía até o apoio ao tratamento de acervo, fazendo com que a população colaborasse e também vivenciasse o dia a dia da biblioteca e, assim, desenvolvesse interesse e maior entendimento dos seus objetivos e do seu funcionamento”:

[...] aquilo se transformava numa coisa de estar vivendo a essência da biblioteca, as pessoas então se envolviam. Eu acho que [...] quando ela [a comunidade] entende para que serve a biblioteca, esta consegue criar raízes” (SERRA, 2014).

Outro depoente ressalta que, em muitos países, o trabalho de manter contato frequente com a comunidade é muito valorizado. Para que este contato se desenvolva e se mantenha, é preciso uma ação proativa de aproximação com os líderes comunitários, que ajudam a divulgar a biblioteca e possibilitam melhor conhecimento da instituição.

“[o que] funciona muito bem em alguns países é que, quando se abre uma biblioteca, [busca-se] ter um vínculo muito grande com os líderes

comunitários. Os líderes comunitários é que têm a grande capacidade de divulgar [...] a biblioteca.” (SUAIDEN, 2014).

Uma relação ainda difícil no Brasil

O caso brasileiro foi recorrentemente mencionado, justamente pela dificuldade que se observa no que se refere à aproximação da biblioteca pública com a comunidade. As bibliotecas comunitárias foram consideradas como muito mais próximas dos usuários do que as bibliotecas públicas.

De maneira geral, sem trabalhar com casos específicos muito bem sucedidos de relação daquela biblioteca pública com aquela comunidade, mas de maneira geral eu tenho percebido, percorrendo o Brasil de norte a sul, é que a relação da comunidade [...] é muito mais fluente com a biblioteca comunitária do que com a biblioteca pública, que deveria fazer esse papel. Então eu digo que a minha percepção é que há uma grande dificuldade hoje da biblioteca pública chegar à comunidade. Ela está muito mais caracterizada hoje, como o local de um serviço público claudicante no Brasil do que aquele que ela veio, aquilo que ela deve de fato servir. (MARQUES NETO, 2014).

O mesmo entrevistado questiona resultados de pesquisas feitas no Brasil, indicando que os usuários das bibliotecas públicas estariam satisfeitos com os serviços por elas oferecidos. Demonstrou dúvidas sobre a metodologia empregada no Censo de bibliotecas públicas, em 2010, já que nesta iniciativa só foram consultados os usuários das bibliotecas. Assim, o alto nível de satisfação identificado revela apenas a opinião da pequena parte da comunidade que as frequenta, não espelhando a totalidade deste grupo.

Eu realmente tenho um olhar bastante crítico e ao mesmo tempo muito temeroso de que a comunidade não reconhece de fato aquela biblioteca como sendo sua. Embora o senso de bibliotecas públicas que foi feito em 2010 pela Diretoria do Livro e Leitura, mostra que todos os usuários, todos aqueles que entraram na biblioteca pública se sentiram atendidos. A porcentagem é alta, não me recordo agora, mas era alguma coisa acima de 80%. A pesquisa foi feita sobre os usuários, que são poucos, então o meu raciocínio é: nós não podemos nos iludir com esse número, ou seja, a biblioteca pública quando consegue que aquela comunidade a frequente, ela faz o seu trabalho, mas a gente sabe que a absoluta maioria daquelas comunidades, das cidades não frequenta. Então nós não estamos fazendo o papel correto. (MARQUES NETO, 2014).

O que deve ser feito para melhorar essa relação

Sobre a relação entre biblioteca e comunidade, um conjunto de depoimentos agregam opiniões sobre o que deve ser feito para ampliá-la.

Um fator apontado como importante para o desenvolvimento da relação com a comunidade diz respeito ao esforço de trazer, para a biblioteca, pessoas e grupos que possam colaborar e defender a instituição, ou seja, promover parcerias. Os municípios deveriam organizar “sociedades de amigos”, que têm como finalidade ajudar o desenvolvimento das bibliotecas. Embora existam algumas iniciativas neste sentido no Brasil, esta não é, segundo um entrevistado, a realidade nas bibliotecas em muitos municípios brasileiros, que ainda não conseguiram organizar suas sociedades de amigos.

Há casos em que as bibliotecas se impõem no município, conquistam camadas da sociedade civil, as sociedades de amigos das bibliotecas são fortes e influentes, há um diálogo e as condições são melhores. Na maioria dos lugares não é assim, é recolhido e extremamente corporativo em relação a algumas exigências legais. (MARQUES NETO, 2014).

Um dos argumentos apresentados destaca a atuação dos profissionais que deveriam contribuir para a dinamização da relação com a comunidade; ressalta a importância de um trabalho ativo por parte destes profissionais, para que tragam a comunidade para a biblioteca:

“[...] para ela [biblioteca] se inserir realmente, se integrar, tem que ter um trabalho muito agressivo e ativo dos profissionais que trabalham naquela biblioteca, para que abram as suas portas, para que tragam, para que sintam o que a comunidade gostaria realmente de ter dentro daquela biblioteca. (CARVALHO, 2014)

Outro argumento destacado é o incentivo ao desenvolvimento da comunidade, que seria uma das responsabilidades da biblioteca pública. Você tem que fazer com que a comunidade cresça e esse papel é relevante atualmente para as bibliotecas públicas:

Em Guadalajara, na Espanha, os editores chegaram à conclusão que é o local da Espanha que mais tem leitores, que tem o público leitor. [Houve lá] um processo impressionante de integração biblioteca x comunidade. (SUAIDEN, 2014).

Diversos entrevistados sugeriram outras ações para um melhor entrosamento da biblioteca com sua comunidade, mostrando conhecimento de muitas atividades que a biblioteca pública pode desenvolver. Estas ações poderiam ser concretizadas por meio de uma variedade de serviços oferecidos pela biblioteca pública, incluindo o aumento de sua presença na comunidade e a criação de bibliotecas ramais, que chegam mais perto dos vários espaços

comunitários, oferecendo uma variedade de serviços: cursos de diversos tipos e , utilização dos espaços públicos como parques como será visto adiante. As bibliotecas ramais são criadas nas comunidades, facilitando o uso da instituição.

Tem alguns exemplos de bibliotecas na América Latina e particularmente no Brasil que conseguem ter uma compreensão melhor com toda a falta de recursos, com toda dificuldade, com tudo isso que acontece que no geral nós utilizamos inclusive para justificar aquelas coisas que muitas vezes não fazemos porque talvez não nos demos conta ou não percebemos ainda a necessidade, mas já temos feito um trabalho importante de (relacionamento com a) comunidade, de estar presente na comunidade, de criar uma dessas saídas, as chamadas bibliotecas ramais colocadas para apoiar a leitura em diversas áreas da cidade, mas descobrindo, eu diria esquadrinhando a comunidade e vendo como ela pode estar presente na comunidade. (AMORIM, 2014).

Uma entrevistada defende a biblioteca como um polo de aprimoramento cultural e educacional das pessoas, a partir do oferecimento de cursos e atividades. Sugere, ainda, que a biblioteca pode se transformar em um centro de referência comunitária.

Eu acredito que através de cursos de línguas, cursos de costura. Têm bibliotecas que levam até os bebês para as bibliotecas. As bibliotecas infantis com todas as suas características, com toda parte, não se esquecendo das pessoas com problemas e tal, os acessos. Os cursos de informática dando oportunidade não só para os jovens, mas também para as pessoas que nunca tiveram oportunidade. Até as bibliotecas servirem às vezes de base, como a gente vê algumas bibliotecas, eles servem até como centro de referência para retirar carteira de identidade, passaporte, carteira de motorista, bando de empregos. Tudo isso é a comunidade que comanda praticamente. (CARVALHO, 2014)

O oferecimento de transporte para o deslocamento até uma biblioteca pública pode representar uma solução que facilite, nas grandes cidades, a utilização da instituição para a comunidade.

Um dos grandes dramas das pessoas irem às bibliotecas nas grandes cidades, às vezes a gente não se dá conta, mas é pagar a tarifa do ônibus por mais baratinha que seja e tenha integração, às vezes ele faz a conta para ir a uma determinada biblioteca, ele gasta um valor que ele poderia comprar alguns litros de leite. Então a biblioteca quando ela tem essa percepção ela faz esse trabalho de estender, de reconhecer, de fazer aquela comunidade também se reconhecer dentro dela biblioteca e vai à luta. (AMORIM, 2014)

Outro entrevistado defende que esforços sejam feitos no sentido de a biblioteca exercer um protagonismo, uma liderança natural, junto à comunidade, buscando integrar-se a ela. Para tal, deveria mobilizar voluntários e formar parcerias, procurando conhecer a comunidade e suas distintas áreas específicas de forma organizada. As ações propostas revelam uma visão de biblioteca pública bem próxima à dos autores contemporâneos considerados (AABO; AUDUNSON, 2010), que propõem a ideia de capital social para

caracterizar as ações da biblioteca pública junto à sua comunidade, considerando notadamente as ações voltadas para o desenvolvimento do hábito de leitura.

E esse poderia ser muito bem o papel da biblioteca, que olha para uma determinada área geográfica da comunidade e vê as maneiras de fazer seu desempenho ali. Por exemplo, indo para o parque público daquela comunidade, indo e apoiando as igrejas das varias religiões, indo para as empresas que se abrem e gostariam de ter isso, fazendo projetos de leitura nos canteiros de obras, em estabelecimentos comerciais no horário de almoço, enfim, se fazendo presente naquelas varias regiões. (AMORIM, 2014)

A apropriação do espaço pela comunidade é um ponto ressaltado em uma das respostas. Esta apropriação pode se dar com a utilização do espaço pela comunidade, fazendo com que ela se reconheça e se perceba como “dona” da biblioteca pública. Este tópico também é enfatizado na literatura internacional e em alguns trabalhos nacionais anteriormente mencionados sobre a aplicação da ideia de capital social e biblioteca pública.

Agora, a outra coisa, por outro lado, e com isso abrir espaço naquela comunidade para que ela se aproprie verdadeiramente da biblioteca. De que maneira? Uma biblioteca faz exposições (e deve) incluir as pessoas nisso, na construção, na mostra do seu próprio trabalho, mostrando e fazendo as pessoas compreenderem que a atitude da leitura gera esse sujeito ativo que também constrói, que também pensa, que também cria, que produz e expõem.levando e convidando as pessoas que esses leitores, cidadãos criativos conhecem, se relacionam, enfim, criando maneiras daquela comunidade se perceber como uma das sócias daquela biblioteca, uma das donas daquela biblioteca. Qualquer projeto, qualquer equipamento dá certo quando todo mundo se acha dono, pai e mãe daquilo, porque protege, porque defende, porque tem orgulho. As pessoas precisam vivenciar isso, viver na pele. (AMORIM, 2014)

Um outro ponto mencionado como importante diz respeito ao sentimento de confiança que se desenvolve em uma comunidade, o mesmo que deve se desenvolver na biblioteca pública. O sentimento de confiança é mais um aspecto que permite um cotejo com os trabalhos que buscam a aplicação do conceito de capital social no contexto da biblioteca pública. A confiança é uma das características básicas na formação do capital social, segundo Putnam (1995) e é básica na ideia de comunidade para Muniz Sodré.

Você aprende naquilo que a comunidade lhe diz e você confia nela, senão você não aprende: ” [...] Eu acho que a maior pedagogia do mundo nesse sentido é a pedagogia do jogo da capoeira, tal como eu conheci na Bahia.[...] é o mestre que assiste você aprender. Cria as condições para você aprender e assim você aprende. A comunidade é esse mestre, esse grande mestre.(SODRÉ, 2015)

A biblioteca deve estar preparada para atender às demandas da comunidade, mas não deve se limitar apenas a esse atendimento. Precisa qualificar esta demanda, estar preparada para oferecer produtos similares, usar estratégias de mercado.

Acho que a biblioteca deve estar em condições de atender às demandas comunitárias e até a provocar, a qualificar as demandas, talvez até uma estratégia mercadológica. Às vezes você chega a um lugar para comprar um objeto qualquer, um produto qualquer, e o sujeito diz: mas tem outro aqui que é parecido com esse, é até mais barato, é até mais completo. Isso a *Amazon* faz com venda de livro. Se você pede um livro pela internet a ela, ela vê o seu nível de interesse e ela manda uma série de informação de livros que recém saíram, falando daquele tema ou de temas próximos e você termina adquirindo mais do que você pensava em adquirir inicialmente. Então essa estratégia *Amazon* deve ser aplicada pelas bibliotecas. (PORTELLA, 2014).

A importância da interação constante com a comunidade é reforçada por outros comentários de uma entrevistada; que lança mão da imagem de um termômetro que segundo ele deveria ser utilizada para constantemente avaliar esta interação. A biblioteca não pode se contentar com o público que já a utiliza. É preciso sair da biblioteca, conquistar a comunidade.

Deve ser uma relação que não é vertical, uma relação horizontal, uma relação que vai e vem dos dois. Tem que ter de maneira muito permanente o termômetro de como as comunidades veem o que estou oferecendo. Uma coisa muito importante é a biblioteca não se contentar somente com o público que participa dela, porque normalmente, é uma porcentagem mínima da população, que dela participa. [A biblioteca pública precisa] para sair desse espaço da biblioteca, conquistar o público, atrair pessoas... (CASTRILLON, 2014).

Esta entrevistada alerta, porém, para o que considera eventualmente um excesso nesta aproximação com a comunidade, no sentido de que esta não deve sempre definir o curso das ações da biblioteca. Na sua opinião, deve-se evitar o que chama de postura assistencialista, postura prejudicial, segundo ela, pois assim pode não se dar conta da importância de determinados serviços que devem ser oferecidos, independentemente da sua popularidade ou aceitação por parte da comunidade. É o que poderia acontecer com atividades de promoção da leitura e da escrita: “[...] Eu acredito que a biblioteca não deve, não pode ser paternalista, digamos, assistencialista na maneira de oferecer os serviços [...] porque a comunidade não acredita necessitar da leitura e da escrita” (CASTRILLON, 2014).

A frágil relação com a comunidade foi também mencionada por um entrevistado, que mencionou a perda de identidade, comparando com o fechamento de uma escola de samba.

Fazer com que as comunidades percebam a biblioteca como recurso sem o qual ela perde a identidade. Você vai a uma comunidade qualquer e manda fechar a escola de samba, você mata a identidade. Fecha a Mangueira e é uma convulsão. Seria genial se tivessem a mesma relação de apego e orgulho, das localidades, dos bairros, das comunidades com suas bibliotecas e dizer: Esta é a minha biblioteca... (LESSA, 2015).

A relação biblioteca-comunidade pode ainda ser considerada um vínculo vitalizador, como diz um dos entrevistados, atribuindo, portanto, a esta relação a ideia de vida, é o que dá vida à biblioteca pública:

Eu acho que isso é um vínculo vitalizador, tanto para a comunidade quanto para a biblioteca. É importante que a biblioteca procure atender as demandas comunitárias, mas é importante também que a comunidade identifique na biblioteca um espaço cúmplice, um espaço de parceria. (PORTELLA, 2014)

6.3 BIBLIOTECA PÚBLICA, EDUCAÇÃO E HÁBITO DE LEITURA

Para aprofundar e especificar mais a questão da relação biblioteca-comunidade, indagou-se dos depoentes suas opiniões sobre o que deve ser feito para o desenvolvimento do hábito de leitura e de atividades educacionais de modo geral. A pergunta formulada foi: *Em sua opinião, como deve se desenvolver a relação biblioteca-comunidade no desenvolvimento do hábito de leitura e no apoio à educação?*

A ênfase na atuação das bibliotecas públicas no desenvolvimento do hábito de leitura e na educação é recorrente na literatura, sendo que as respostas dos entrevistados podem ser agregadas em dois grandes temas: biblioteca pública e escola e biblioteca pública e hábito de leitura.

Biblioteca pública e escola

Focalizando a educação em geral, uma das entrevistadas a considera importante, porém, até o momento, ineficaz: “essa articulação, educação, formação, não existia e muito menos hoje eu vejo isso. Muitos discursos, muitas propostas, você vê atitudes isoladas” (SERRA, 2014).

Outros entrevistados destacam que o reconhecimento, pela sociedade brasileira, da importância da Educação, tem se fortalecido, porém, não vê o mesmo em relação a bibliotecas. Sem este reconhecimento das atividades da biblioteca por parte da população, a

instituição fica fragilizada. Considera ele que o Estado mais reage a ideias que são reconhecidas como importantes pela população do que as propõe espontaneamente.

[...] ao contrário do que ocorreu com a educação brasileira nas últimas décadas, e se sabe que isso é um trabalho de muitas décadas, há que se ter o reconhecimento por parte das pessoas, da sociedade e do papel verdadeiro que uma biblioteca pode ter nas suas vidas. Ela serve exatamente para quê? Para as pessoas poderem defendê-la, protegê-la depois de reconhecê-la. As escolas levaram um tempo importante no Brasil. Nos últimos 100 anos, em termos de reconhecimento da população, da população como um todo, é que ela passou há representar um pouco mais e melhor nesse imaginário coletivo. Que é algo que em termos de quantidade de pessoas na nossa sociedade não acontece ainda, né? O estado não toma essa linha de frente para implementar as grandes mudanças. (AMORIM, 2014)

Outro aspecto destacado por um dos depoentes é que os projetos de biblioteca e de educação não interagem. Segundo Serra, “não há uma interação do projeto [de biblioteca] junto com o projeto da educação do Estado e junto com a cultura” (SERRA, 2014). Ainda outro argumento destacado quando se menciona a relação da biblioteca pública com a educação, é a importância de não se confundir a biblioteca escolar com a pública, pois considera que a biblioteca escolar “tem especificidades que as bibliotecas municipais não alcançam” (SERRA, 2014). No Brasil, as bibliotecas públicas ocupam o papel de biblioteca escolar, pois não há bibliotecas escolares suficientes.

Existe realmente, nos países desenvolvidos, bem caracterizado o que é uma biblioteca pública e o que é uma biblioteca escolar, mas no Brasil, eu acho que toda biblioteca pública tem características de biblioteca escolar. Impossível você separar isso porque não existem bibliotecas escolares suficientes para atender realmente os alunos e os alunos fazem parte da comunidade, então isso é um desafio para os bibliotecários brasileiros. (CARVALHO, 2014).

Um dos entrevistados menciona tanto o objeto livro quanto leitura como desconhecidas, o que prejudica entender o papel da biblioteca pública.

Não há nada correspondente em tema de familiaridade com um objeto livro. Ele é o mais simples e de manipulação menos problemática. Porém, ele não está na casa das pessoas, não é apresentado nas escolas como recurso inestimável para as pessoas além de estar associado à obrigatoriedade escolar. O livro para as crianças é visto como uma carga, um fardo, que ela carrega nas costas. Tem que ler fazer uma prova ou um dever. O livro se afasta de outras coisas de lazer/prazer, e como o prazer é uma busca absoluta dos seres humanos é preenchido por outras coisas (LESSA, 2015).

Milanesi (2014) sugere ainda que esta contribuição de “pronto-socorro” da educação, por parte da biblioteca pública, pode estar mudando com o advento e generalização do acesso à Internet:

As bibliotecas municipais foram, e creio que ainda são, o pronto-socorro de alunos com necessidades imediatas de “pesquisar”. Isso ocorre porque não existem as bibliotecas apropriadas para essa atividade educacional no interior das escolas. No presente, os alunos preferem tirar da Internet o que precisam para atender às exigências escolares.

A ênfase na diferença entre bibliotecas públicas e escolares e, ao mesmo tempo, a ênfase no trabalho conjunto e complementar também foi encontrada em outras entrevistas, destacando especialmente o papel que as bibliotecas públicas podem ter junto às professoras de escola.

O apoio à escola normalmente se faz através de visitas que as escolas fazem. Os grupos, as turmas, visitam as bibliotecas, olham, rapidamente o que têm. Ou as visitas que os promotores da leitura fazem nas escolas para os professores. Eu acho que as bibliotecas escolares deveriam ter uma relação muito mais estreita com as bibliotecas públicas [Entretanto, as bibliotecas públicas] nunca deveriam suplantam a necessidade de uma biblioteca escolar. Nunca. Sempre deve haver biblioteca escolar e estabelecer relações entre biblioteca pública e biblioteca escolar. Há muitas coisas que as bibliotecas públicas podem fazer com as escolas. Por exemplo, as bibliotecas públicas conhecem mais as ofertas bibliográficas, conhecem mais dos livros que circulam no mercado, conhecem mais os autores, conhecem melhor tudo isso. E [através da] informação que as bibliotecas públicas podem ter com os professores, [elas podem] fazer oficinas, seminários, apresentação de livros, conversas com os autores, especialmente com os professores. Seria muito mais produtivo do que ter um grupo de crianças correndo por toda a biblioteca. (CASTRILLON, 2014)

Esta interação poderia justamente deixar mais clara, segundo Castrillon, a distinção biblioteca escolar e biblioteca pública. A criação de bibliotecas escolares e sua interação com as públicas é tema da Lei n. 12.244, de 2010. Outro entrevistado ressalta a importância deste reconhecimento das bibliotecas públicas municipais e estaduais no processo educacional.

Talvez uma das saídas para as bibliotecas de caráter público e não só as escolares, mas as públicas municipais e estaduais, e a virada que elas precisam e que elas vão dar certamente, passe pela educação inclusive no que diz respeito ao financiamento público. Há que se ter um trabalho, uma articulação institucional e uma política que leve ao reconhecimento da função da biblioteca pública municipal e estadual nos processos de educação dos municípios e dos estados. (AMORIM, 2014)

Além do reconhecimento da importância para o processo educacional, um dos entrevistados sugere que os recursos existentes para a área de educação podem e devem ser utilizados no financiamento das bibliotecas públicas.

É o reconhecimento dessa interconexão que existe entre biblioteca e a educação brasileira. O reconhecimento disso, o próximo passo é tomar a

decisão de botar a mão no bolso e pegar um pouco de dinheiro para investir em bibliotecas que funcionem minimamente. Isso não vai acontecer, esse recurso para financiar as bibliotecas públicas, sem o reconhecimento desse papel para a educação. (AMORIM, 2014)

Além da educação formal, a biblioteca possui um papel importante para a educação continuada, isto é, que prossegue além dos bancos escolares, acompanhando o indivíduo pelo resto da vida. Este é um aspecto da competência em informação na contemporaneidade destacado tanto pela área da educação quanto pelo campo da ciência da informação (BORGES, 2014; CORREIA, 2005).

A biblioteca enfim, pode e deve ser aquele lugar onde a tal da educação continuada que se defende cada vez mais, e que tem que prosseguir. É correto que se pense assim até o fim das nossas vidas; a biblioteca é esse lugar, onde as pessoas vão ter acesso a esse conhecimento, as informações até o fim dos seus dias, de uma maneira pública e gratuita. (AMORIM, 2014)

Sobre este papel educacional das bibliotecas públicas, uma das entrevistadas acrescenta que a biblioteca é uma instituição que forma o indivíduo, porém com a visão centrada na literatura como provedora de conhecimento essencial para a vida.

Não gostam que a associem [a biblioteca pública] com uma entidade educativa. [Entretanto], essa é uma entidade formadora, uma entidade formadora e no sentido muito amplo, e formadora não somente, digamos, nos conteúdos específicos [da escola mas] formadora para a vida. [...] E esse espaço de formação é a biblioteca. [...] Me parece, que a biblioteca tem um papel muito importante relacionado com a literatura [que] é uma forma de conhecimento muitíssimo mais ampla e potente de conhecimento; não do conhecimento formal, científico, técnico, mas de um conhecimento de coisas essenciais para o ser humano. (CASTRILLON, 2014)

Outro entrevistado acrescenta considera que a relação escola-biblioteca não altera o aspecto específico que caracteriza a biblioteca pública como um agente qualificador: “Você pode fazer convênio com certa escola, fazer convênio com isso, com aquilo, mas a preocupação é qualificar, a biblioteca é um agente qualificador. (PORTELLA, 2014)

O desconhecimento da biblioteca por parte dos professores é um fator ressaltado por um dos entrevistados. “No sistema escolar como o Brasil, por exemplo, parte expressiva dos professores, eles ainda desprezam a biblioteca pública” (SUAIDEN, 2014).

Biblioteca pública e leitura

A importância das ações de promoção da leitura foi ressaltada por muitos entrevistados.

Do ponto de vista do desenvolvimento da leitura, o meu entendimento é que a biblioteca, deveria primordialmente fazer o papel central, na sociedade como um todo, papel que no período escolar, o cidadão tem na escola. (MARQUES NETO, 2014)

Embora a leitura seja um dos pontos mais ressaltados por uma parte dos entrevistados, eles a consideram quase um contraponto a uma visão mais ligada à informação. Entendem que a “vocação principal das bibliotecas é o desenvolvimento da cultura escrita”. Ao comparar as bibliotecas colombianas com as brasileiras, Serra comenta:

A vocação principal das bibliotecas lá, embora isso não vá refletir necessariamente em conseguir percorrer esse caminho aqui, é a importância da cultura escrita [...]. O acesso, o desenvolvimento da cultura escrita, coisa que aqui a gente não vê nas nossas bibliotecas. (SERRA, 2014).

A ampliação da diversidade das atividades da biblioteca pública, que parte da literatura considera fundamental à sua sobrevivência, é considerada como uma medida perigosa, pois desvirtua a valorização do livro, segundo uma das entrevistadas.

[...] eu fui a um encontro da conferência de Biblioteconomia, de bibliotecárias. Foi em Roma. O foco era a questão dos imigrantes nas bibliotecas da Europa, dos Estados Unidos principalmente, para atender essas crianças. Com o que? Com o livro, com a presença do livro físico. Não sou contra que tenha a versão digital, uma delícia ficar mexendo, mas enfim, a presença física do livro, a voz do adulto lendo para essa criança, a proximidade que esse gesto de leitura proporciona, uma demonstração de afeto, de valorização da língua, do livro, isso eu acho que vai demorar muito. Então, as bibliotecas perderam isso. Elas não estão valorizando isso. Você encontra de tudo, você encontra teatro, você encontra atividades de costura, atividades para os idosos... (SERRA, 2014)

A formação do leitor deve ser valorizada na biblioteca pública por ser considerada essencial na formação do cidadão.

Não é a função principal dela. Ela faz essas funções conectadas com outras, mas termina estando entre as suas funções principais. Porque quando ela forma leitores, o leitor é naturalmente um cidadão, não há distância entre o leitor e cidadão. Há distância entre o não leitor e o cidadão. (PORTELLA, 2014).

O ambiente de leitura é também ressaltado por Renato Lessa.

A cultura livresca é de reflexão. A leitura é lenta, As mídias são rápidas: facebook, twitter e aceleração da informação, vão numa direção diferente. A biblioteca pública é a entrada do sistema de leitura, de uma forma de vida, de resistência. Aqui se lê. A vida para. É outro ritmo. Lugar para ler, mesmo que incorpore os computadores, os tablets, mas o cerne é aqui se lê, a vida para e aqui se lê... (LESSA, 2015).

Já outro entrevistado questiona o papel da biblioteca como formadora do gosto pela leitura.

Não acredito que a biblioteca possa criar o gosto pela leitura – como regra. Esse gosto aparece em determinados cenários familiares e, também, com força menor, no processo de alfabetização. As bibliotecas podem ser o alimento para quem já tem fome ou, pelo menos, alguma fome [de leitura]. (MILANESI, 2014)

Para detectar a visão dos entrevistados sobre a idéia de que a biblioteca pública seja um centro de informação para a comunidade, contribuindo para a solução das necessidades de informação da vida diária da comunidade, como tem sido destacado na literatura e nas experiências anglo-saxãs, a seguinte pergunta foi formulada: *Na sua opinião acha que a biblioteca pública brasileira deve ser um centro de informação para a comunidade?*

A importância deste papel foi ressaltada por vários entrevistados. No entanto alguns, embora identifiquem o papel como relevante, consideram que a missão mais importante é a leitura e a formação de leitores. Podem-se destacar dois tipos básicos de postura em relação a este tema: a postura que a considera a missão de prover informação como a “missão mais nobre”, em contraponto aos que a consideram importante, mas não sua principal função.

No primeiro grupo, que considera o acesso à informação como prioritário, situa-se um dos entrevistados que responde que não importa a apresentação da informação (impressa, digital etc), o importante é o acesso a ela. A biblioteca precisa elaborar um diagnóstico para reconhecer as necessidades de informação da comunidade.

Eu acho que essa seria talvez a missão mais nobre. Ser um centro de informação cada vez mais relevante. Não importa se a informação seja impressa, digital, documental ou virtual. Isso é que ele tem que ter a capacidade. Por isso que nessa interação com a comunidade, ele tem que ter o diagnóstico das necessidades informacionais da comunidade, para [o cidadão] poder voltar à própria casa com as informações necessárias. (SUAIDEN, 2014).

Outro entrevistado lembra a visão de biblioteca pública como o lugar da informação. Considera que a biblioteca pública, como instituição, poderia viabilizar o atendimento à Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011), tal como defendido por Luiz Milanesi.

Isso eu acho imprescindível. A biblioteca é primordialmente um lugar de informação. O professor Luis Milanesi ano passado conversou comigo, e não sei se isso seguiu em frente ou se não seguiu, mas a ideia dele é que a biblioteca fosse um centro que viabilizasse a lei de acesso à informação, em princípio, para o cidadão ((MARQUES NETO, 2014).

Já outro grupo de entrevistados subordina a biblioteca pública como centro de informação à biblioteca pública que tem como principal papel a formação de leitores.

A biblioteca sem descaracterizar o seu papel central que é o de formar leitores, gerar leitores e gerar leitura, passa a prestar esse tipo de serviço público. É isso ou é o caos, porque é absurdamente impossível às pessoas conseguirem construir qualquer tipo de histórico sobre a própria vida ou a vida da comunidade, perceber a evolução da sua própria comunidade, ter dados, ter elementos para olhar para o passado, para enxergar o futuro a partir desse exercício. Então eu penso que a biblioteca tem que prestar esse tipo de serviço sim, ela só tem que ter cuidado de não achar isso tão mais importante que formar leitores e leitura e a partir daí abandonar esse seu papel fundamental. (AMORIM, 2014).

[...] porém, não se pode perder de vista a primeira função [que é a formação de leitores]. Você mantém o foco na tarefa de, principalmente, proporcionar as condições de contato com a leitura (SERRA, 2014).

Alguns dos depoentes destacam o papel da biblioteca como centro de informação, mencionando exemplos neste sentido, e de longo prazo, em muitos países, citando também exemplos bem sucedidos no Brasil.

[...] um movimento muito forte, exatamente um movimento para tentar chamar a população para biblioteca. Isso já estava acontecendo [há muitos anos em países como a Inglaterra. [Quando estive, há muitos anos visitando] uma irmã que morava na Inglaterra, eu cheguei lá, e vi o pessoal da biblioteca fazendo carteira de identidade, e fazendo outros serviços [relacionados a necessidades da vida diária]. Lá em Bogotá tem. A gente foi a uma pequena que fazia. Depois de tantos anos passados eu acho que isso vai depender de cada realidade. Hoje a gente tem outros mecanismos para oferecer esse tipo de serviço [...]. Não acho que haja uma posição fechada quanto a isso (SERRA, 2014).

Tem que haver a mudança de mentalidade e isso diz tudo. A biblioteca, como esta acontecendo agora lá em Curitiba, vira centro de informação. (SANT'ANNA, 2014).

Por exemplo, hoje quando se fala tanto em concursos, concurseiros, as bibliotecas públicas podem gerar empregos fornecendo informações adequadas, inclusive cursos que as pessoas podem fazer mesmo sem ter renda para isso, cursos gratuitos. Como pode ter o crescimento do capital intelectual na comunidade baseado nos serviços informacionais da biblioteca pública. (SUÁIDEN, 2014).

Eu acho isso uma ideia excelente, até porque a biblioteca é um centro de informação, por excelência do ponto de vista democrático (MARQUES NETO, 2014).

Eu acho que a biblioteca é também e alguns a consideram inclusive, primordialmente um centro de informação. Isso se reflete no ponto de vista também das necessidades e da busca que o cidadão faz em uma biblioteca. (MARQUES NETO, 2014).

No Brasil [...] para você hoje inteirar a biblioteca com os anseios informacionais da comunidade, você tem que utilizar metodologias e capacitação adequada, então é muito difícil. Por exemplo, você está em uma cidade onde a economia tem as suas prioridades, a biblioteca tem que se

encaixar nisso, para cada vez formar pessoas mais adequadas para elevar o grau da economia [local] (SUAIDEN, 2014).

Por exemplo, nos EUA, a biblioteca pública de Nova York, recebe os imigrantes, capacita os imigrantes, a pessoa que ia entrar fortalecer a insegurança, passa a fortalecer a segurança, porque ele recebe treinamento adequado a própria biblioteca vai encontrar caminhos adequados para geração de emprego e renda. Essa é a diferença da interação. (SUAIDEN, 2014).

Uma das ações fundamentais da biblioteca como centro de informação é preparar o indivíduo para se integrar na sociedade de informação. A biblioteca volta-se para alfabetizar o indivíduo na busca e tratamento da informação, sendo esta uma das principais tendências no mundo. Este movimento é chamado competência em informação, ou competência informacional.

Hoje na Europa, por exemplo, você trabalha muito a biblioteca pública na questão da competência informacional. Hoje a competência informacional em muitos países é quase mais forte que a competência educacional porque você sabe onde buscar a informação que é uma biblioteca pública e principalmente avaliar informação. Porque se você não conseguir avaliar a informação você entra naquele ciclo da desinformação e na manipulação da informação que são excessivamente, prejudiciais a formação, principalmente dos adolescentes. (SUAIDEN, 2014).

Por fim, como lembra um dos entrevistados, a biblioteca pública não tem ocupado espaço como centro de informação para a comunidade, no Brasil, por falta de qualificação profissional com este perfil.

Por definição, a biblioteca municipal é um centro de informação da e para a coletividade. Isso porque se não fosse da biblioteca pública esse centro de informação de quem seria? Esse é um espaço vazio que as bibliotecas não têm interesse em ocupar e se tivessem teriam imensa dificuldade para fazê-lo (MILANESI, 2014).

Comentários parciais

Neste bloco, as respostas obtidas foram de ordem bastante práticas, pois os entrevistados tiveram vivência em bibliotecas públicas, como formuladores de políticas ou como trabalhadores da área. Assim, a firmeza das respostas quanto à má situação das bibliotecas públicas não pode ser considerada um mero ato de repetição de textos lidos, mas fruto da experiência incontestável.

Essa situação é preocupante, pois confirma a literatura sobre o tema (SUAIDEN, MILANESI). Parte dos entrevistados considera que há exceções, em especial nas

regiões sul e sudeste. Além disso, as bibliotecas estaduais atendem à população como se fossem bibliotecas municipais. O mesmo ocorre com as bibliotecas comunitárias e, em alguns casos, as bibliotecas escolares.

A precariedade das bibliotecas públicas se reflete nos recursos humanos não qualificados, nos equipamentos obsoletos ou inexistentes, nos acervos defasados, nos espaços antigos e desconfortáveis e na falta de orçamento. As bibliotecas públicas, em especial as municipais, para sobreviverem precisam do apoio de recursos federais, seja por meio de doação de livros, de projetos de reforma e/ou capacitação dos quadros de recursos humanos, e se acostumaram a esse esquema.

Assim, inexiste em boa parte das bibliotecas públicas uma política de desenvolvimento de acervo, de acordo com as necessidades das comunidades em que estão inseridas. Somado a isso, existem ambientes abandonados que inspiram um clima de tristeza a seus usuários, não estimulando sua presença.

Por outro lado, como já dissemos, o prefeito ou outra autoridade municipal não percebem a função que a biblioteca pode exercer na formação do cidadão, e muitos deles fecham bibliotecas ou as transformam em armazém, almoxarifado ou em outro espaço burocrático qualquer. Como exemplo do descaso, podemos citar a notícia publicada há poucos dias sobre a Biblioteca do Senado, que não é uma biblioteca pública, mas pode exemplificar esta triste prática. A Biblioteca do Senado é uma das mais importantes e atuantes da área, mas encontra-se ameaçada de fechamento para dar lugar à criação de mais gabinetes para senadores. (GOIS, 2015)

Este descaso também se reflete, em especial, na ocupação dos cargos de direção. Com muita frequência, estes cargos são assumidos por indicações políticas, por pessoas sem qualquer conhecimento da área. Os funcionários, igualmente, são muitas vezes desqualificados para exercer funções que poderiam tornar as bibliotecas mais modernas e adequadas à comunidade. O bibliotecário foi considerado como o profissional certo para a função de direção. Cabe ainda a ressalva de que, por mais precária que seja uma biblioteca, um profissional comprometido poderá criar leitores.

Outro ponto a destacar é o trabalho conjunto entre educação e cultura. Um trabalho colaborativo poderia, como citou Emir Suaiden na entrevista, melhorar o ranking da educação brasileira. Em janeiro de 2015 foi noticiado exaustivamente que na prova de redação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) 8,5% dos estudantes receberam zero. Muito se discutiu sobre a ausência de leitura e interpretação, porém não se mencionou o papel das bibliotecas públicas como a instituição de acesso público à leitura.

O trabalho sistêmico é, enfim, outro ponto destacado. As bibliotecas, trabalhando em conjunto, poderiam se ajudar e ampliar as possibilidades de pesquisa dos usuários. A Internet pode possibilitar o aprimoramento na criação ou o fortalecimento destas relações.

O quadro de precariedade relatado faz com que as bibliotecas se transformem em uma instituição invisível, não sendo reconhecida sua importância cultural pelas autoridades e pelos intelectuais, segundo entrevistados. Os intelectuais não dimensionam a importância da biblioteca pública. Eles possuem suas bibliotecas e não conseguem avaliar a importância de uma instituição voltada para pessoas, em especial as mais carentes.

A comunidade também não conhece completamente as funções das bibliotecas. A biblioteca precisa cooptar a comunidade. Alguns argumentos, e os exemplos bem sucedidos no exterior, aparecem como garantia da sobrevivência da biblioteca como instituição. Algumas sugestões também são apresentadas como ações visando ao estreitamento dos vínculos entre biblioteca e comunidade. Parte dos entrevistados considera importante o oferecimento de atividades como cursos, cessão de espaços para reuniões da comunidade, criação da sociedade de amigos.

Porém, o mais importante é a apropriação da biblioteca pública pelas comunidades, sendo preciso que estas se sintam “donas” da biblioteca. Esta relação estimula a biblioteca como importante centro de convivência e troca de informações, gerando uma situação que vem sendo analisada na literatura estrangeira. A biblioteca é um lugar de criação de capital social, pois possibilita a convivência e troca de experiências entre diversos grupos.

A ação da biblioteca pode ser vista como fundamental na criação de leitor. Este trabalho será feito durante o período escolar junto às escolas. Esta ligação, porém, não deve ser confundida com a escolarização das bibliotecas, que tanto prejudicaram o desenvolvimento das bibliotecas públicas.

Formar leitor é formar cidadão, segundo entrevistados. Este ponto é no entanto polêmico, pois há os que defendem a cultura escrita e os que defendem a inclusão de serviço de informação comunitária nas bibliotecas públicas.

Como centro de informação, *lato senso*, a biblioteca poderia oferecer ações que ajudassem na formação e no desenvolvimento intelectual da população, tais como apoiar os candidatos a concursos, oferecer cursos gratuitos e muitas outras funções.

Outro ponto é a necessidade de formar o usuário para aproveitar ao máximo as possibilidades de utilizar as TIC. A este tipo de alfabetização digital a Biblioteconomia e a Ciência da Informação denominam Competência em Informação.

7 REFLEXÕES, VIVÊNCIAS E PLANOS PARA A BIBLIOTECA PÚBLICA NO BRASIL.

O bloco 3 apresenta duas metas distintas. A primeira volta-se para o passado, isto é para reflexões e experiências vividas que mais impressionaram os entrevistados. A segunda representa uma prospecção com vista a conhecer sugestões a serem consolidadas em um plano para a área de bibliotecas públicas.

Cabe ressaltar que, na pergunta sobre as experiências, os relatos foram maiores, já que correspondiam a uma fala criativa e pessoal que poderia ficar truncada sem a fluidez da prosa.

Perguntas: *Poderia destacar algum tema de suas reflexões e sua experiência com bibliotecas públicas? Poderia destacar algumas experiências que o impressionaram positivamente?*

7.1 REFLEXÕES E EXPERIÊNCIAS

Contando um pouco sobre experiências estrangeiras e brasileiras.

O relato de experiências de bibliotecas estrangeiras e brasileiras foi um ponto forte da resposta de uma das entrevistadas. Em seus relatos sobressai um vasto panorama sobre as bibliotecas públicas no mundo. Na sua visão, questões como a descontinuidade das ações faz com que experiências bem sucedidas sejam frequentemente abandonadas e esquecidas. Assim, devido ao grande número de experiências relatadas, optou-se em destacar o lugar e a seguir a experiência.

Venezuela: Em 1987 mais ou menos, fui recebida pela Virginia Bittencourt, diretora da Biblioteca Nacional da Venezuela, na qual se subordinava o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. Pela primeira vez, senti realmente uma mudança radical na concepção de bibliotecas em relação, por exemplo, as pessoas que lá trabalhavam. Havia, por exemplo, na parte relacionada às Artes, não apenas um bibliotecário que atendia [ao público]. Tinha também especialistas em diversos aspectos ligados à arte, que também davam o seu assessoramento com uma coordenação do bibliotecário. Então acho que realmente ela modernizou e criou, difundiu toda essa modernização das bibliotecas, baseado inclusive nos manifestos elaborados pela IFLA e pela UNESCO de bibliotecas públicas, fazendo seminários internacionais, seminários latino-americanos, porque estou mais enfocando no aspecto da América Latina para que a gente chegue realmente na situação do Brasil. (CARVALHO, 2014)

Estados Unidos, países nórdicos e em alguns países da Europa: a biblioteca é bem mais desenvolvida, mas com o advento dos microcomputadores abriu as

portas para que as tecnologias se inserissem no contexto das bibliotecas e pudessem dar aos bibliotecários mais recursos de atendimento e também mais possibilidades de pesquisa para os usuários. E aí houve, por exemplo, uma expansão no que diz respeito à especialização dentro das bibliotecas, porque surgiram mais possibilidades dos próprios profissionais pesquisarem, atenderem e, inclusive, expandirem as suas atividades não só mais mantendo o foco naquele acervo especial, como também criando oportunidades de empregos, cursos de língua, outros tipos de cursos para as mães, para as pessoas da terceira idade, chamando aquelas pessoas para virem para biblioteca. (CARVALHO, 2014)

França: As bibliotecas na França são maravilhosas. (CARVALHO, 2014)

México, Argentina e Peru: trabalham com meninos de rua, fazendo projetos interessantíssimos, mostrando que a biblioteca não era somente para uma elite, que qualquer pessoa podia fazer parte da biblioteca. Também com a criação dos carros bibliotecas, eles tornaram a biblioteca mais visível, passou a ter assim uma possibilidade de poder circular pela periferia... Às vezes você encontrava um *container* e de repente com computador com internet, que permitia que as pessoas daquela comunidade pobre tivessem acesso [A informação]. O recurso da tecnologia, inicialmente não foi uma coisa fácil no âmbito da Biblioteconomia porque primeiro eles tiveram que treinar o pessoal, os próprios bibliotecários para que eles pudessem saber utilizar as ferramentas disponíveis. E depois também saber que determinadas áreas de alguns países, você não consegue tratar somente com uma tecnologia avançada. Você às vezes tem que tratar com a tecnologia avançada e também tratar com a parte tradicional. Ter livros, mandar maletas circulantes, etc. Tinham pessoas, por exemplo, que levavam as maletas em burros em lugares como os Andes, no Peru e em outros lugares. E depois com a criação de bibliotecas populares na Argentina também foi interessante. Nós tivemos aí nos países, o México também se antecipou com algumas coisas, uma rede grande de bibliotecas. (CARVALHO, 2014)

Colômbia: A Colômbia passou a fazer bibliotecas em favelas, e criar nas periferias bibliotecas majestosas, maravilhosas, impecáveis, com todos os recursos de tecnologia e também com um grupo de profissionais bem grande e atuante. Pois não adianta você ter às vezes uma biblioteca maravilhosa se você não tem gente, não tem infraestrutura que permita realmente trabalhar e atender os usuários. Senão vai ter um numero grande de usuários e não vai saber como atendê-los a contento. (CARVALHO, 2014)

Bahia: Na década de 90, trabalhei com a Conceição Gama diretora do Sistema Estadual de Bibliotecas da Bahia. Tive oportunidade de passar para ela os conhecimentos que eu tinha adquirido em diversos países, bem como fazendo contato com pessoas que se prontificaram a mandar informações e então desenvolvemos o projeto de uma biblioteca nos Barris. Foi uma biblioteca considerada modelo. Foi inclusive citada e copiada por outros países da América Latina. Nós fizemos por ocasião da sua inauguração um seminário sobre o Manifesto da UNESCO sobre bibliotecas públicas, trouxemos pessoas da UNESCO, trouxemos também pessoas da IFLA, e diversos representantes da América Latina e do Caribe. Tivemos oportunidade de sentir realmente que aquilo que foi implantado representava o mais moderno no mundo. Tanto no que se refere à Biblioteca Infantil como à área de literatura, a obras raras, serviço para deficientes visuais, e também música. Enfim, ficou um primor, porque já reunia no mesmo edifício, além

de biblioteca, teatro, cinema e uma grande área para exposições. Começou um envolvimento muito grande com a comunidade. A Bahia é um lugar extremamente alegre, com a oportunidade de contar com grandes e excelentes profissionais, cantores, compositores. Foi assim um deslumbre. aquela biblioteca. (CARVALHO, 2014)

Rio de Janeiro: A Biblioteca do Estado do Rio de Janeiro, nós tivemos oportunidade de discutirmos, de verificarmos, de planejarmos uma série de atividades que eu acredito que foram, mesmo depois da sua saída, elas continuaram sendo colocadas dentro do programa da nova gestão da agora Biblioteca Parque. A biblioteca ficava em frente à Central do Brasil e se faziam filas para utilizar o serviço. Ninguém tinha celulares ligados à internet, nem tão pouco tinham microcomputadores nas suas casas, as pessoas tinham a maior vontade de conhecer esse mundo digital. Este serviço inovador e útil fez com que apresentássemos dois projetos para financiamento da IFLA. A BPERJ foi escolhida pelo seu pioneirismo no acesso à internet [para o público]. O primeiro projeto foi o Caseiro do Livro. Este projeto foi criado no Chile estendendo-se para mais cinco ou seis países da América Latina e no Brasil foi escolhida a BPERJ. O Caseiro do Livro era um projeto que levava a biblioteca às feiras livres. No Brasil montamos na COBAL do Humaitá. Nessa biblioteca, emprestavamos livros não só para as pessoas que iam a COBAL comprar as suas verduras, legumes, mais também para os feirantes. Esse trabalho foi muito interessante. Foi tão interessante que quando houve uma primeira tentativa de terminar com aquela biblioteca, houve um manifesto de todos os feirantes, de todos os usuários dali porque não queriam que aquilo terminasse. Saíram notas na grande imprensa e a COBAL teve um abraço de populares em defesa da permanência da biblioteca. Foi realmente um projeto novo, inovador. E expandimos esse projeto para o Shopping Center do Barra Square, na Barra da Tijuca. Ali também se conseguiu espaço, sem custo, para instalarmos uma biblioteca. Havia uma grande procura. Emprestávamos livros, fazíamos atividades, organizávamos campanhas de doações, a perda de livros era quase zero. Houve assim um entusiasmo muito grande, realmente foi marcado por um bom serviço de marketing, porque a IFLA também patrocinou esse projeto, então ela permitiu que se fizessem cartazes, que fizesse propaganda em rádio, em televisão. O Governo do Estado apoiou e foi um sucesso. Outro trabalho também que fizemos juntas foi nos presídios. Foi um trabalho, também patrocinado pela IFLA. Gostaria de fazer um parêntese para lembrar que a IFLA, com sede em Haia, na Holanda, criada em 1927, é a mais importante agremiação mundial na área de bibliotecas. Agrega todos os profissionais da área de informação no mundo. Então é a maior, é a entidade de maior força e de maior voz dos profissionais da área de bibliotecas, centros de documentação e informação do mundo. E aí nós criamos também esse projeto com o apoio da IFLA. A BPERJ se candidatou, ganhou e trabalhou em alguns presídios. Eu não me lembro bem os nomes dos presídios. Foram três presídios daqui do Rio de Janeiro em que treinamos agentes penitenciários para que eles pudessem fazer os empréstimos de livros, etc. Trabalhávamos com os coordenadores das delegacias especiais e foi também um sucesso na época. Nós tivemos também muitas doações que passavam por uma triagem antes de a gente mandar para essas unidades. (CARVALHO, 2014)

Ceará: As bibliotecas do Ceará também têm uma rede muito interessante. Um grupo de bibliotecários brasileiros foi convidado para visitar às bibliotecas francesas. Uma das convidadas, a diretora da Biblioteca Pública

do Ceará foi quem manteve relações com o setor de Relações Internacionais do Centro George Pompidou. Na volta, convidou-os para uma consultoria que estabeleceu a política de acervo, o desenvolvimento de coleções entre outros serviços.. Considero um dos pontos muito importantes no desenvolvimento das bibliotecas brasileiras. (CARVALHO, 2014)

São Paulo: A Biblioteca de São Paulo é uma biblioteca de primeira linha. (CARVALHO, 2014)

Outras bibliotecas em todo o Brasil foram sendo criadas e desenvolvidas, mas eu ainda acho que, para que nós possamos chegar a desenvolver, nós temos que criar muitos pontos de leitura. Tivemos também coisas muito interessantes, como pontos de internet, mas eu acho que em matéria de bibliotecas, nós ainda precisaríamos realmente crescer muito e ter um grande desenvolvimento, com o apoio total dos governos federais, estaduais e municipais. Não apenas a biblioteca pública, como também as demais bibliotecas brasileiras. (CARVALHO, 2014)

A experiência da Universidade Federal do ABC.

Uma experiência que foi feita na Universidade Federal do ABC, pelo reitor Luiz Bevilaqua (matemático, diretor do LNCC entre outros cargos) sobre uma forma inovadora de ensino. Carga didática mínima e a carga de leitura máxima. A biblioteca constitui-se no centro da universidade, o lugar de convergência. A universidade acontecia dentro da biblioteca. Bem que as escolas poderiam ter algo semelhante para a utilização do espaço neste sentido. (LESSA, 2015)

O modelo colombiano

A Colômbia esteve presente em diversas respostas, em todos os blocos, confirmando a opção por este modelo de biblioteca pública.

Um projeto do Instituto C&A [junto a FNLIJ] que tem valorizado muito a biblioteca, é a Escola de Leitores, cujo foco é biblioteca. O Instituto C&A levou, também, dois grupos de professores a Colômbia para conhecer o Sistema Nacional de Leitura. Lembro ainda outro projeto de biblioteca para os municípios

Juntando sistemas

Um dos entrevistados ressalta a importância de se mudar a mentalidade de governantes e usuários. Conta do trabalho conjunto com as bibliotecas universitárias anexadas ao Sistema, o que acrescentou 900 bibliotecas para o acesso dos pesquisadores. Esta integração, lamentavelmente, não existe mais.

Tem que haver a mudança de mentalidade e isso diz tudo. A biblioteca, como está acontecendo agora lá em Curitiba, vira o centro de informação. Parece uma coisa pretenciosa, pseudocientífico, mas é isso mesmo. O

bibliotecário do século XXI tem que ser o servidor de informação nova. Aí você precisa de informação tem que saber que na biblioteca pública você vai encontrar isso. Você encontra na verdade na biblioteca universitária. Quando eu estava na Biblioteca Nacional fiz questão de anexar o sistema de biblioteca universitária ao sistema nacional de bibliotecas públicas. Fiz várias reuniões com os reitores e anexamos novecentas e tantas bibliotecas a esse sistema com a ideia de abrir a biblioteca universitária, que geralmente é mais aparelhada do que as bibliotecas públicas, abrir à comunidade. Então você ganhava de repente novecentas bibliotecas(SANT'ANNA, 2014).

A bala perdida e o Comando Vermelho.

Ressalta também a diferença dos acontecimentos registrados nas bibliotecas públicas brasileiras e estrangeiras, citando, no caso das brasileiras, um caso de balas perdidas que atingiram uma biblioteca pública. Pode-se considerar o fato como uma evidência da violência na população, principalmente a mais jovem, por falta de oportunidade, conforme exposto no item sobre capital social.

Uma bala perdida caiu perto de mim lá na sala da direção. Eu dizia que dificilmente um diretor de biblioteca da França e de Washington iam passar por essa experiência. Ouvia um tiroteio, a bala caía perto de você. Ou então o fato de eu ter tido lá, mais ou menos trinta meninos, que eram meninos de comunidades carentes, que moravam em morros. Um dia alguém me comunicou que os meninos é que tinham que pegar livros e colocavam naqueles elevadores, começaram a colocar uns papeis escrito CV, Comando Vermelho. O menino estava dando recado da força que o Comando Vermelho tinha na comunidade dele, comunicando ao pessoal da cidade. Isso eu acho que não acontece na biblioteca de Washington, na biblioteca de Paris. (SANT'ANNA, 2014).

O eterno recomeço

Uma das entrevistadas lembra experiências bem sucedidas e que não tiveram continuidade. Este eterno recomeço é um dos motivos que impedem a consolidação de políticas para a área, segundo as ideias de Calabre, e que se concretizam no depoimento de Serra, transcrito a seguir.

Os governos não estão preocupados em ver o que tem de bom e dar continuidade e melhorar. Ignoram completamente [o que está feito] a gente constata o total abandono. Representa um trabalho que se gasta dinheiro e no fundo isso fica perdido. São experiências importantes que poderiam estar fundamentando as novas experiências. Isso é muito grave. Você tem um investimento grande do atual governo estadual, tem bibliotecas com acervos de qualidades que a Fundação selecionou, a parte toda do [setor] infantil, mas você não vê o resgate de uma história. E isso, aliás, é um defeito para tudo. Você não vai lá atrás e vê o que já foi feito para não cometer os mesmos enganos. Esse é um grave problema que atinge a todas as insâncias, a descontinuidade dos governos. Começa tudo outra vez e a gente não avança (SERRA, 2014).

Juntos, o Claudio Mendonça, então Secretário de Educação, a Biblioteca Pública do Estado do Rio de Janeiro e a FNLIJ fizemos um projeto para chegar aos municípios que foi muito bem recebido, mas infelizmente parou. Assim como o Otaviano [de Fiore] fez coisas que deixou e iniciou. Tem o problema da descontinuidade de todas as políticas (SERRA, 2014).

O síndico do prédio

Um depoimento curioso e de grande relevância é sobre o banheiro da Biblioteca Mário de Andrade, considerada pelos especialistas como a segunda do país em importância. Percebe-se que administrar uma biblioteca vai muito além das funções técnicas de Biblioteconomia. O diretor torna-se também um “síndico do prédio”, aceitar estas funções faz parte da preparação dos recursos humanos que atuam nas bibliotecas.

Eu já tive oportunidade, minha única experiência direta com direção de biblioteca pública, foram os quase três anos a frente da Mario de Andrade, em uma situação que eu sempre costumo dizer, eu entrei na biblioteca como diretor geral com intuito de trabalhar acervo, criar público, transformar a biblioteca em um centro de cultura, informação e leitura e o que eu consegui, o que eu verifiquei e fui obrigado a fazer, é praticamente um trabalho de um pedreiro, encanador, administrador de obras, gerenciador dos recursos econômicos da biblioteca. Pelo menos tudo isso no primeiro ano, dadas as condições. Me parece que as bibliotecas públicas, apesar dos investimentos que foram feitos desde 2006, se não me engano, foram duas mil bibliotecas construídas com os programas de modernização que aconteceram, nós temos ainda na biblioteca pública um enfrentamento muito grande dessa parte de infraestrutura, então, os nossos dirigentes de bibliotecas, eles nunca podem esquecer que eles também são espécies de um síndico de um edifício ou de uma residência que precisa ser cuidada. Isso não é apenas uma questão administrativa, eu vejo isso, e via isso na Mario de Andrade muito fortemente, como uma questão também de preservar a dignidade do usuário, preservar o acesso à biblioteca, à comunidade da biblioteca, fazer com que ela se torne um lugar agradável. Um exemplo objetivo. Quando eu cheguei na Mario de Andrade não tinha um único banheiro que funcionava, a não ser alguns banheiros de funcionários que não eram abertos ao público. Os quatro banheiros que estavam no térreo do edifício, que eram banheiros coletivos, grandes, eram verdadeiras pocilgas. Nem a pior rodoviária, a pior cidade do Brasil, tinha um banheiro como aquele da Mario de Andrade. Não é à toa que se fazia de tudo nesse banheiro. Ao resgatar o banheiro eu fiz questão de colocar isso para os funcionários, para a prefeitura e conseguimos, foi colocar o banheiro até além das necessidades da Mario de Andrade. Um banheiro com mármore, com material de primeira qualidade, etc. e tal. Totalmente reformado com encanamento que de fato funcionassem, ou seja, você tem que resgatar aquilo que dá dignidade ao nosso usuário. Nesse sentido, aquele usuário que precisa sair para usar um banheiro, ele precisa sair da biblioteca, ele não tem na biblioteca um lugar como o seu. É um lugar público, que deveria ser dele e que acaba como não sendo. Eu dou sempre esse exemplo porque é uma coisa muito crua, muito direta e que faz parte da vida humana. Esse tipo de

visão, eu vejo que muitas vezes faltam às direções das bibliotecas públicas, entender a biblioteca pública como um todo (CASTILHO, 2014)

Sem medo de ousar.

A inovação dos serviços prestados é outro ponto a ser destacado. A partir do conhecimento das necessidades dos usuários, segundo um depoimento, é possível organizar serviços para melhor atendê-los e ao mesmo tempo trazê-los para a biblioteca. Esta postura mais ativa é também destacada por outro profissional, como veremos a seguir:

Eu tive uma experiência boa quando estava no Instituto Nacional do Livro com a Biblioteca Demonstrativa, do Instituto Nacional do Livro. Chegamos à conclusão, quando eu convidei a Conceição para assumir aquele cargo, que a gente precisava fazer uma revolução. A biblioteca funcionava como as outras, com doações, só estudantes e só com livros didáticos. Criamos então grupos de mulheres, uma série de muitos musicais e a comunidade foi atingida pela biblioteca. Inclusive a Conceição se tornou uma cidadã brasiliense pelo excelente trabalho de integração. Eu me lembro de um trabalho muito importante que nós começamos com muito medo, mas que deu certo, naquela época já tinha muitos estudantes drogados, então começamos a trazer psicólogos para dentro da biblioteca. Outra coisa que a gente reparava é que o aluno que vinha para a Universidade de Brasília e era leitor da Biblioteca Demonstrativa apresentava muitas dificuldades. Então nós começamos, por exemplo, com quem tinha dificuldade em português, aí nós pegamos voluntários, que eram pessoas que conheciam português para tirar dúvidas. Se ele não soubesse onde usar a crase, outra pessoa na hora resolvia o problema. Isso foi importante para a integração. A gente sabia também que muitos idosos queriam usufruir da biblioteca e não podiam. Aí nós providenciamos atendimento para esses usuários, conseguimos uma kombi, eles ligavam e pediam livro e a gente levava. Esses trabalhos deram um **status** muito forte. Até os candidatos a governador e a deputados federais passaram a frequentar a biblioteca, percebiam que ali era a formação da opinião pública. Realmente, essas experiências são cada vez mais impressionantes e serve para tornar a biblioteca cada vez mais visível. Uma biblioteca visível tem orçamento, tem recursos humanos e tem produtos e serviços realmente adequados para a sua comunidade. (SUAIDEN, 2014)

A falha de comunicação, a transformação da sociedade e a função social da biblioteca.

Um entrevistado argumenta sobre a excessiva teorização que gera o distanciamento das pessoas com a biblioteca e a leitura. As pessoas ainda não se deram conta da importância da função social da biblioteca.

O grande desafio das bibliotecas é se fazer presentes no dia a dia, no cotidiano do cidadão e não esperar que as pessoas possam ir até elas. Na verdade, elas precisam fazer um movimento em contrário, mas olhando para todos os segmentos e nichos da população. É muito comum na área cultural de uma maneira geral, que as pessoas apostem na criação, às vezes até na

oferta de determinados produtos, e esperem que as pessoas apreciem, gostem e consumam esses produtos. Quando na verdade o que deve ser feito é o movimento totalmente contrário de incluir, de chamar, de atrair e de mostrar para as pessoas que elas ainda não sabem que tem algo muito importante nas suas vidas que elas não usufruem muitas vezes porque simplesmente desconhecem. Esse é o grande desafio, uma postura mais ativa. Mas também não perder as oportunidades de conseguir ajudar as pessoas a compreenderem isso. Eu acho que de uma maneira geral as pessoas especialistas ou não, que trabalham com a questão da leitura e dos livros, há uma falha muito grande da nossa parte, é a gente não conseguir dizer de uma maneira muita clara e objetiva para outras pessoas, para a sociedade em geral, isso que nós defendemos tanto, que seria o acesso aos livros e à leitura, significa algo importante para aquelas pessoas que a gente gostaria de atingir e acha que é importante que elas tenham o acesso a isso tudo. Muitas vezes a gente se perde muito em grandes teorizações e de maneiras muito abstratas, muito distantes da realidade do dia a dia, que faz com que os nossos interlocutores não entendam nada do que nós estamos tentando dizer. E continuem achando que isso é coisa de um ou outro iluminado, um ou outro cidadão que parece ser mais culto, quando na verdade é justamente o contrário. É algo que a gente precisa, que é o conhecimento e a capacidade de criar, de imaginar e de autonomia, tanto quanto o ar que a gente respira. E as bibliotecas tem um papel importante nisso, porque se há na sociedade e no planeta um lugar destinado especificamente à questão da leitura, são as bibliotecas. Ela tem esse papel fundamental para transformação da sociedade (AMORIM, 2014).

A comunidade como parceira

Um depoimento comprova que quando a biblioteca é conhecida pela comunidade, ela passa a ser uma instituição importante pela qual se luta. Porém, novamente, a falta de continuidade das políticas culturais não mantém as experiências, mesmo as bem sucedidas.

Quando eu fui Secretário Municipal de Cultura de Ribeirão Preto, nos anos de 2001 a 2004, eu criei um programa chamado Ribeirão da Letras e no período de três anos foram abertas trinta pequenas bibliotecas na cidade. Elas funcionavam em todo tipo de lugar. Onde havia um cantinho, abria-se uma biblioteca. Tinha um número de bibliotecários para supervisionar, mas na verdade elas tinham um caráter de [biblioteca] comunitária. Eram no museu, na associação de bairro, no local de cultura negra, no circo. Alguns lugares bem espalhados pela cidade. Procurando levar em conta, embora em um pequeno espaço, o papel de centro formador de leitores, de leitura, mas também da expressão das próprias pessoas do lugar. Na ocasião foi feita uma fábrica de bibliotecas com pré-moldado e algo que me chamou muito atenção foi o fato de, em três anos, o índice de leitura da cidade aumentar de dois livros por ano para 9.7 livros, o que mostra respostas muito rápidas, imediatas. Não é aquela coisa que investe para daqui a vinte, trinta anos, produzir alguma coisa, mas que também tem que ser feito, embora vá demorar. No caso da leitura, a resposta é muito rápida, mas o que chamou mais atenção nisso é que ao contrário do que o senso comum procura nos vender, as pessoas querem livros, querem acesso à leitura. Nesse lugar, Ribeirão Preto, cidade de 600 mil habitantes, foram [implantadas] 80

bibliotecas. No começo as pessoas diziam, o próprio prefeito na época, onde ele vai arrumar espaço para colocar 80 bibliotecas? Mas aí vieram escolas, associações de bairro, sindicatos, museus, todo tipo de lugar. Depois de um tempo, no orçamento participativo que existia na cidade, o item biblioteca passou a ser algo que era uma das três reivindicações mais importantes da cidade. Aonde você ia nos bairros, para se reunir com as lideranças, as pessoas faziam discursos inflamados defendendo a importância da biblioteca. E iam depois à biblioteca. A biblioteca funcionava na associação de moradores e tudo mais. Além disso, do orçamento comunitário, a coisa mais importante que ocorreu, para mim, foi um dia que eu desci no meio de uma manifestação de um grupo de moradores de um bairro de periferia que dizia estar indignado porque vários bairros já tinham recebido a sua biblioteca. Ali onde eles estavam, por exemplo, a menos de um quilometro de distância já tinha duas bibliotecas e eles ainda não tinham sido beneficiados com uma biblioteca. Eles foram para o rádio falar, fizeram um abaixo assinado que foram me entregar. Naturalmente, que depois de um tempo embora a região estivesse já bem assistida por biblioteca, como que você não vai entregar, não inaugurar [uma biblioteca]? Foi importante porque nesse lugar, os jovens universitários daquele bairro de um conjunto popular chamado COAB, passaram a trabalhar no lugar, universitários que faziam cursos de Ciências Humanas e tal. Eu visitei em algumas ocasiões depois disso, depois de inaugurada essa biblioteca e a comunidade abraçou e levou adiante. No futuro, depois de alguns anos, quando outras administrações resolverem infelizmente fechar algumas dessas, a biblioteca dessa comunidade foi mantida porque a comunidade abraçou. Então ser alvo de um abaixo assinado para biblioteca é o maior troféu da minha vida. (AMORIM, 2014).

Informar, discutir e criar.

Outro entrevistado menciona sua experiência no Sistema Estadual de Bibliotecas de São Paulo, e lembra, ainda, que é necessário o estabelecimento de uma política para cultura.

O Sistema Estadual de Bibliotecas do Estado de São Paulo foi uma experiência importante.

Pequenas e isoladas ações no interior do Brasil que mostram que é possível realizar desde que existam políticas de cultura que deem valor aos três verbos das bibliotecas públicas: informar, discutir e criar (MILANESI, 2004).

7.2 POLÍTICAS, PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS

A segunda pergunta relativa ao futuro da instituição foi: *Se fosse consultado neste momento, o que mais gostaria de enfatizar na elaboração de um plano específico para as bibliotecas públicas brasileiras?*

O objetivo desta pergunta era captar as expectativas e sugestões dos entrevistados sobre uma ação governamental que possibilitasse à biblioteca se desenvolver como uma instituição fundamental à democracia.

Afinal, o que é um plano?

Muito se discute o Plano Nacional do Livro e da Leitura, hoje em vigor, sobre sua abrangência e o papel secundário das bibliotecas. Um dos entrevistados, atual coordenador do PNLL, compara o Plano com um guarda-chuva, não possibilitando seu detalhamento, que deverá ser feito por programas e projetos.

O Plano Nacional do Livro e Leitura, como eu falei desde 2006, quando foi instaurado, enfrentamos uma enorme dificuldade em compreendê-lo como plano. A compreensão mais comum quando debatemos é que as pessoas o veem como um programa, um projeto de ações que vai ter determinados programas, determinadas ações, determinado orçamento, além de ter responsável, conclusão e ponto. Plano é plano. Um plano traça e aponta aquilo que o país precisa para crescer do ponto de vista da sua integridade, no nosso caso é a leitura, é a criação de um país de leitores. Sob o Plano Nacional do Livro e Leitura, como um guarda chuva, que é esse grande plano nacional de leitura, temos que ter programas e projetos específicos para cada um dos elos dessa sustentação. (CASTILHO, 2014)

Plano é plano, programa é programa

O entrevistado complementa seu raciocínio afirmando que, para o desenvolvimento futuro da biblioteca pública, seria necessária a criação de um programa de ações e projetos.

O plano estaria acima, não do ponto de vista hierárquico, mas do ponto de vista político, porque plano é plano e o programa das bibliotecas é um programa de concretização de ações e projetos. (CASTILHO, 2014)

O PNLL e a criação do Instituto do Livro

Segundo um dos entrevistados o PNLL, como está organizado, é um instrumento da recriação de um Instituto do Livro, tendo, assim, um viés político.

Bom, nesse plano de biblioteca pública havia o programa Livro Aberto, que era o programa que fazia os municípios construir bibliotecas. O Plano do Livro e da Leitura não é um mau plano, o problema é que estava tudo direcionado para o Instituto do Livro. (SODRÉ, 2014)

A biblioteca no PNLL

Um dos entrevistados, e antigo coordenador do PNLL, informa que a biblioteca está presente em dois dos quatro eixos. No PNLL, a biblioteca não é citada no nome, o que permite avaliar a importância que se dá a esta instituição na formulação das políticas. Esta crítica pode ser encontrada em PAIVA (2008).

Coordenei e liderei a criação do Plano Nacional do Livro e Leitura em 2006. Ele foi resultado de uma ampla mobilização da sociedade brasileira a partir de 2004, e sobretudo em 2005, na comemoração do ano Ibero-americano da leitura, com o nome entre nós, de Viva a Leitura. Dois dos quatro eixos previam muito a biblioteca. O primeiro, por exemplo, totalmente voltado para biblioteca, democratização do acesso à leitura: instalação, revitalização, modernização, novos espaços. E o segundo também porque era um fator de valorização, onde estão as ações de formação dos profissionais de leitura. Porém, carece na verdade de um conjunto de medidas que tenha a compreensão e aval do governo federal, mas também dos estados, das cidades. (AMORIM, 2014)

Biblioteca, uma questão específica.

A criação de programa específico para bibliotecas é defendido por entrevistados que foram coordenadores do PNLL.

A biblioteca é uma questão específica, a livraria é uma questão específica, a editora é uma questão específica, os autores são específicos e cada um desses itens ou mais que nós vamos trabalhar, de forma grande, a cadeia do livro e da leitura, da literatura e das bibliotecas que formam em última instância o arco da leitura, que vai do autor até o leitor, cada um deles tem as suas especificidades e cada uma dessas especificidades tem que ser trabalhada como um programa de metas, de superação dos seus problemas. (CASTILHO, 2014)

No capítulo específico de bibliotecas, defende-se na verdade com a criação de um grande, robusto programa. Um programa que já comece prevendo aí

um período de dez, vinte anos, além de investimentos importantes em biblioteca. No que? Em algumas coisas, por exemplo, na disseminação das bibliotecas parques não só por todos os estados, mas em todas as regiões, em todos os polos do país, para que elas possam servir e atuar como referências, inclusive liderando ações nessas regiões. Investimento na reforma, no restauro das bibliotecas que funcionam muitas vezes em prédios históricos belíssimos espalhados no país e que requerem investimentos de grande peso. (AMORIM, 2014).

A biblioteca e o orçamento

O orçamento representa um dos pontos delicados para o desenvolvimento de uma política para a área. Assim, um dos entrevistados sugere a criação de um Fundo específico que garantisse os recursos tanto para o Governo Federal, quanto para os estaduais e municipais.

Eu diria ainda que ações para repassar, na forma de um fundo, com obrigações para os estados e para os municípios como o Fundo Nacional de Cultura, de maneira permanente, para aqueles estados e municípios que se dispõem também fazer a sua parte disso (AMORIM, 2014).

Programa para formar e premiar.

Um dos entrevistados complementa sobre a necessidade de programas para formar quadros das bibliotecas e premiar as bibliotecas que desenvolveram bons projetos. Neste sentido, o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas lançou edital (2014), visando a premiar as Boas Práticas em Bibliotecas Públicas, cujas informações constam do site institucional. Assim, também, a dissertação de Borges (2014) reflete sobre o tema.

Programas nacionais de formação das pessoas que trabalham, usando digital, usando educação a distância e aí sim premiando bibliotecas que façam no ano seguinte determinados projetos, por conta desses projetos, elas serem estimuladas a continuarem fazendo coisas cada vez melhores, tendo reconhecimento público, tendo campanhas que deem suporte a essas ações da biblioteca (AMORIM, 2014)

A biblioteca como protagonista

Um dos entrevistados ressalta a importância da biblioteca quando se discute a política do livro e da leitura, considerando que a biblioteca deveria ser a protagonista das ações. Este

protagonismo seria uma solução para a questão do acesso ao livro e à leitura pelos menos providos de recursos para a aquisição de livros,

Um Plano Nacional de Leitura tendo a biblioteca como protagonista, como principal protagonista, porque o público que iria na biblioteca, não dispõe de poder aquisitivo. (PORTELLA, 2014).

Os modelos dos Planos do Chile e da Colômbia

Devido a inúmeras citações durante as respostas e à influência dos modelos colombiano e chileno na formulação de políticas públicas brasileiras para a área, os planos destes países mereceram destaque. A Colômbia e o Chile são países que possuem bons planos para o setor, como lembra uma das entrevistadas. Graças à formulação destes planos, os dois países vizinhos conseguiram consolidar suas bibliotecas públicas. Cabe lembrar que o modelo de biblioteca pública colombiano é citado com frequência na formulação de políticas públicas brasileiras para a área. Porém, a concretização de um plano, ou programa, exclusivo para a área, ainda não existe no Brasil. Já a especialista colombiana lembra que o Plano da Colômbia ainda precisa de ajustes.

Para um plano para bibliotecas, poderíamos verificar o modelo do Chile. É um modelo muito interessante que deu certo, continua dando certo e que o governo comprou o modelo, realmente. Funciona muito bem. Temos o modelo da Colômbia, que também é interessantíssimo, têm bibliotecas maravilhosas, eles funcionam de uma maneira um pouco diferente. No Chile, por exemplo, é um programa de governo. Na Colômbia também é um programa de governo, mas é um programa em que se trabalha com uma instituição paga por empresas que possuem mais que 18 empregados e que pagam um percentual dedicado exclusivamente para biblioteca. Independente do que aconteça com nos governos, como mudanças de gestão, a biblioteca se mantém. Eles podem até, de repente, mudar a empresa que presta o serviço terceirizado, mas o serviço propriamente dito é mantido, porém ele não é mantido pelo governo. Ele é mantido por empresas privadas. É uma lei federal. Isso garante o desenvolvimento das bibliotecas (CARVALHO, 2014).

No nosso caso o plano de leitura que nós temos não é um plano integral. O Plano de Leitura e Biblioteca é um plano de circulação de livros, de aquisição e de entrega de livros nas bibliotecas. Isso em Bogotá, na Colômbia, em todo o país... Porque repartir livros, somente, não é suficiente. (CASTRILLON, 2014).

Um plano só para as bibliotecas

No capítulo três, pode-se acompanhar as trajetórias de planos e programas, que desde a criação do INL, em 1937, consideraram como fundamental a criação de uma biblioteca em cada município. Esta ação lembra a citação de um dos entrevistados “Faz parte, para usar uma frase do Cazuza, faz parte do show do município ter uma biblioteca” (PORTELLA, 2014). Porém, centrar em praticamente uma ação é diminuir a importância das funções da biblioteca. Um plano precisa abarcar muitos outros aspectos, segundo uma das entrevistadas.

Poderia ser desenvolvido um bom plano sim, porque não adianta você ter uma lei que garanta que em cada município tenha que ter uma biblioteca. Tem que ter realmente um plano de ação, plano estratégico, um plano operacional que permita que você possa deslanchar e fazer cumprir a lei. (CARVALHO, 2014).

Assim como foi feito o Plano Nacional da Leitura que a gente se reunia acho que teria que ser feito algo similar... [ouvindo] especialistas, bons profissionais e bons bibliotecários, digo, excelentes, que nós temos no Brasil. Eu acho que é uma questão realmente de reunir, de trabalhar, independente de local físico onde as pessoas se encontram, hoje em dia com a tecnologia, você pode fazer tudo isso através dos meios digitais e eletrônicos. (CARVALHO, 2014).

A entrevistada considera ainda que o momento é propício, pois as bibliotecas estão na agenda do país, não devendo perder esta oportunidade.

Eu acho que o mais importante é que a biblioteca continuasse, que não perdesse essa oportunidade, que eu acho que as bibliotecas nunca tiveram tanto na agenda como estão agora no Brasil. Eu acho que esta tanto na agenda de governo federal como estadual e municipal. O problema agora é fazer com que elas continuem na agenda, mas também que se implantem, que funcionem, que atendam aos seus usuários e que atendam ao desejo da maioria dos bibliotecários. (CARVALHO, 2014).

O Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas foi mencionado mais de uma vez pela importância na elaboração e execução de um Plano para bibliotecas.

O primeiro ponto é reforçar a ideia de um Sistema Nacional de Biblioteca que inclua o estado e o município. Reuniões sistemáticas com os diretores de bibliotecas, um planejamento de metas, um ano, cinco anos, ou seja, biblioteca não é uma coisa parada no tempo e espaço. (SANT’ANNA, 2014)

O Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, eu acho que já tem acumulado uma experiência vasta, podendo ser pinçadas bastantes informações. (CARVALHO, 2014).

A relação íntima entre biblioteca e educação

A função social da biblioteca deve ser calcada na relação entre biblioteca e educação. Com esta ênfase, a entrevistada defende um sistema com profunda e íntima relação entre biblioteca e educação. O Manifesto da IFLA/Unesco (1994) já defendia esta bandeira, vendo a biblioteca como aliada na educação formal e promovendo a educação informal e continuada.

A partir da compreensão da função social da biblioteca pública e o do que ela representa para a democracia, para o fortalecimento da nossa sociedade, da cultura do país. Não pode ser uma coisa solta, “vamos fazer uma biblioteca”. Ela tem que estar articulada e pensando ao mesmo tempo em educação. Para você ter ideia, durante a maioria da nossa história, dos projetos de educação do país, do Plano Nacional de Educação, não existia menção sobre a obrigatoriedade de biblioteca para o 1º e 2º grau. Somente a partir do 3º grau. O que denota um privilégio, ou seja, quem está no 3º grau tem biblioteca. Na formação escolar não tem. Isso eu me lembro, de algumas pessoas com quem eu falava, o pessoal da educação infantil, e eu batalhávamos muito. Finalmente, com várias pessoas falando sobre o tema, foi publicada a Lei n. 12.244, que passou a obrigar [a escola a ter uma biblioteca]. Mas se você pegar a maior parte da nossa história no processo educacional, a biblioteca não estava presente. Agora tem essa bandeira, mas ainda não se mexe no currículo, ainda a formação de professores do nosso país tem uma lacuna gigantesca na medida em que se democratizou as vagas e não democratizou o conhecimento. Ao não democratizar o conhecimento, se negligenciou toda a parte de informação desde o professor no ensino básico e no ensino médio. Então, tem que mexer na estrutura de educação. Os professores, as escolas, desde o maternal, têm que estar conscientes da importância da cultura escrita, da importância da biblioteca, para que esse seja um caminho que vai então encontrar a sua importância na biblioteca pública. Isso tem que estar articulado junto. Eu faria uma coisa conjunta, eu e muita gente, uma coisa articulada e de valorização, com campanhas. Eu acredito em campanhas, em campanhas bem feitas e nós temos uma população de noventa e tantos por cento que assiste televisão, então ao invés de um monte de bobagem que se diz em ação do supérfluo, porque não uma campanha muito bem feita sobre a importância da cultura escrita. [De caráter permanente e] não esporádica, seria uma coisa permanente e de valorização da biblioteca como instituição permanente da educação, como o embaixador Vladimir Murtinho usava muito essa expressão. Ele tinha inclusive um projeto em relação a isso na Fundação da Leitura, ainda com o Celso Furtado. Acho que tem que ser uma coisa articulada, não dá para ser sozinha. No caso particular da educação, mexer na formação do professorado, que tem que ler, porque aí vai entender a função social da biblioteca. Não é uma coisa simples, mas falta no fundo, no fundo, vontade política dos grandes pensadores, dos grandes que vivem o mundo do livro, o mundo da cultura escrita e que não pensam na biblioteca pública e não fazem declarações em favor da biblioteca pública (SERRA, 2014).

As ideias atemporais de Mário de Andrade

Outro entrevistado resume o que se pode esperar de um plano voltado para as bibliotecas públicas. O autor recorre às ideias de Mário de Andrade, objeto do item 2.1, da presente tese, para embasar seus argumentos.

Enfatizo que a biblioteca pública, além de informar, deverá criar espaços de discussão e propiciar que o seu público exercite a criatividade. Nesse sentido, a biblioteca deixa de ser, apenas, livro e a ações superem a leitura passiva (ou de lazer). Recomendo a leitura de texto de Mário de Andrade no qual expõe a sua concepção de biblioteca pública. É um intelectual morto, mas tem ideias mais vivas do que intelectuais vivos – e com ideias mortas. (MILANESI, 2014)

O PAC das bibliotecas

Um dos entrevistados coloca a biblioteca no centro de um programa prioritário de governo, semelhante ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), existente para infraestrutura e habitação. Sugere, então, pela importância da questão, a criação de um PAC para a leitura e para as bibliotecas.

Na verdade, o país demanda agora, depois de vários PAC na área da infraestrutura, na área da habitação, demandaria um grande PAC das bibliotecas, que pudesse prever cada uma dessas coisas, que pudesse destinar orçamento para isso, em um fundo permanente. Alguns países resolveram como? Criando um tributo sobre, por exemplo, a tinta da impressora para fazer Xerox. Em alguns lugares talvez tenham optado por uma loteria, uma ou duas anuais, enfim ter uma resposta para isso, algo que seja um esforço nesse sentido, de um grande PAC da leitura e das bibliotecas. Essas maneiras de revitalizar, construir, apoiar aquelas bibliotecas locais, garantir que prefeituras, estados e a União façam uma ação permanente, faça a formação, e claro, se contrate profissionais habilitados, com condições de fazer com que tudo isso ocorra, a soma dessas ações pode muito bem virar um novo PAC. (AMORIM, 2014)

Comentários parciais

Capturar o passado através da memória dos entrevistados foi um desafio. Belos relatos, cheios de emoção e com muita informação, ajudam a traçar um quadro das bibliotecas públicas. São relatos totalmente originais, pois representam experiências pessoais.

As experiências estrangeiras e algumas brasileiras servem para que se possa refletir, sob vários aspectos, sobre o passado e o presente das bibliotecas. O primeiro ponto, contido

num dos mais contundentes relatos, nos faz acompanhar experiências bem sucedidas e que não tiveram prosseguimento, devido a questões políticas.

Outro ponto é a coexistência de dois cenários, um moderno, baseado em tecnologia e em bibliotecas espetaculares, e outro das malas que sobem os Andes no dorso de burricos para levar conhecimento a comunidades locais. São duas faces de uma medalha, mas ambas necessárias para a difusão dos trabalhos das bibliotecas. A Colômbia, com suas espetaculares bibliotecas, tem influenciado as políticas públicas para a área no Brasil.

Outro ponto é a opção de ampliar o raio de possibilidades de pesquisa através da junção de sistema de bibliotecas públicas e universitárias.

A miséria no Brasil faz com que a violência alcance espaços como os da biblioteca, não só vindo de fora, através de balas perdidas, como por dentro, com funcionários brincando ou atemorizando pesquisadores com menções ao “Comando Vermelho”.

Outro ponto a destacar se refere ao fato de que, por falta de conhecimento, as bibliotecas não possuem uma infraestrutura digna de sua importância, oferecendo aos usuários instalações precárias. Como vimos, o diretor, com frequência, precisa aliar seus conhecimentos técnicos com o papel de “síndico de prédio”.

A inovação também é a tônica de muitas respostas. As soluções para os problemas da comunidade não estão nos manuais de Biblioteconomia, mas na sensibilidade do administrador. Esta sensibilidade cria soluções que aproximam a comunidade e lhe abre portas para o próprio desenvolvimento.

Outra questão recorrente diz respeito à falha de comunicação entre os profissionais e as comunidades e autoridades, o que faz com que uma das principais funções da instituição, a social, não seja devidamente conhecida. A biblioteca é considerada, por muitos, um lugar que apenas empresta livros. Quanto mais a biblioteca se unir à comunidade, mais terá força na sua luta para sua manutenção.

A biblioteca, enfim, progride quando três verbos se unem em prol da comunidade: informar, discutir e criar.

Quanto às políticas para a área concretizada, principalmente no PNLL, não condizem com a relevância da biblioteca. Embora esteja presente em duas das metas, seu papel não se delineia com as possibilidades de atuação de uma biblioteca. Além disso, a palavra biblioteca não está no nome do Plano.

Plano, programa ou projeto, a biblioteca necessita de alguma coisa que estabeleça suas funções e ações, tanto na esfera federal, estadual e municipal. O estabelecimento de

orçamento, formação de pessoal e a premiação de boas práticas são pontos sugeridos pelos entrevistados.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONCLUSÃO

Este capítulo final foi dividido em duas partes: a primeira é dedicada a uma breve revisão dos capítulos que tratam da reflexão teórica, da experiência e das políticas voltadas para a biblioteca pública, enquanto instituição que valoriza o público, o cidadão, a comunidade; a segunda parte é dedicada a uma síntese dos argumentos e sugestões obtidos nas entrevistas feitas com os atores políticos e pesquisadores que se dedicaram ao tema da biblioteca pública.

O início da tese, com a apresentação das origens e da trajetória da biblioteca na direção de abertura ao público, visou à contextualização desta instituição dentro da sociedade. As bibliotecas refletem a sociedade em que está inserida e a importância dada ao conhecimento. Assim, ressaltou-se, a seguir, diferentes perspectivas de biblioteca pública contidas na literatura internacional. Das visões predominantes nesta literatura, no sentido da visão das bibliotecas como espaços do cidadão e da comunidade, destacaram-se aqui as reflexões oriundas das experiências anglo-saxônicas, onde os fundamentos comunitários foram essenciais na sua criação e manutenção deste tipo de bibliotecas, e as propostas inovadoras realizadas em bibliotecas latinas da atualidade.

Hoje, a sociedade atravessa um período de grandes mudanças econômicas e sociais, refletida em uma crise institucional. Além de adaptar-se a novos modelos de financiamento e gestão, o impacto das TIC que provocou um questionamento sobre as funções da biblioteca pública. Os leitores, acostumados com a rapidez encontrada em suas pesquisas na Internet, e atores ligados à política de bibliotecas públicas, em vários países, passaram, muitas vezes, a considerá-la uma instituição ultrapassada.

Vários países enfrentaram e ainda enfrentam uma diminuição de atividades, de pessoal e mesmo de fechamento de bibliotecas públicas, sendo o exemplo mais marcante o caso da Inglaterra, berço das bibliotecas públicas atuais.

Desta forma, a análise da literatura focalizou quatro temas atualmente estudados, principalmente no exterior, e que apontam para uma nova biblioteca pública. Os temas são: o impacto das TIC, a formação de cidadania, o fortalecimento das relações com a comunidade e a visão de criadora de capital social. Estas análises sugerem que a inserção da biblioteca na Sociedade da informação tem agora uma função política, que é a inclusão no mundo atual a partir do desenvolvimento individual ou coletivo, notadamente mediante a ideia de que comunidade local é o foco principal das ações desta biblioteca. Também, são fortalecidas as noções de que só por meio da leitura e da informação o indivíduo poderá ser um cidadão

crítico. Para exemplificar estas novas funções da biblioteca foram arrolados exemplos de experiências bem sucedidas.

Após breve apresentação dos problemas e perspectivas da biblioteca pública na nova ordem mundial, estudou-se o caso brasileiro. Inicialmente, mostrou-se que no Brasil também há exemplos marcantes de reflexão e na atuação em bibliotecas públicas como instituições que visam a inclusão social compatíveis com seu tempo. Estas visões deram origem a experiências inovadoras que, infelizmente, não vingaram plenamente. Assim, foram selecionados três intelectuais que pensaram e executaram ações para dotar o país de boas bibliotecas públicas. São eles: Mário de Andrade, Rubens Borba de Moraes e Darcy Ribeiro.

Para Mário de Andrade, era fundamental a “ida ao povo”, e isto incluía a formação de cidadãos por meio da leitura. Rubens Borba de Moraes foi um intelectual bibliotecário atuante, que concretizou alguns sonhos de Mário de Andrade, criando uma rede moderna e inovadora em São Paulo, incluindo uma biblioteca infantil e carros-bibliotecas, na década de 30 do século XX. A Biblioteca Municipal Mário de Andrade, considerada a segunda biblioteca brasileira em importância, é um exemplo de sua atuação.

Darcy Ribeiro, intelectual e homem de ação, criou a grande Biblioteca Pública do Estado do Rio de Janeiro, hoje reformada e conhecida como Biblioteca Parque do Estado do Rio de Janeiro. Na década de 80, esta iniciativa representou uma grande inovação, com a construção de um prédio de linhas modernas, ocupando 10.000 metros quadrados, e oferecendo serviços moderníssimos, à época. Como exemplo, podem-se citar o Setor de Vídeos e o Banco de Informação Pública. Além disso, a Biblioteca Pública do Estado do Rio de Janeiro coordenava as quase quinhentas bibliotecas dos CIEP, idealizadas como bibliotecas híbridas, que embora servissem às escolas, atendiam também a comunidade.

Os textos de Biblioteconomia e Ciência da Informação também mostram como a comunidade científica da área produziu conhecimento sobre o tema da biblioteca pública, destacando as suas funções sociais que, no entanto, não se refletiram na política de bibliotecas. Ressalte-se que alguns pesquisadores dedicaram sua trajetória profissional ao estudo da área, como Luiz Milanesi e Emir Suaiden, ambos entrevistados neste trabalho.

A análise das políticas públicas também indica que a instituição não vem recebendo o destaque merecido ao longo do tempo. A primeira política de bibliotecas públicas surge com a criação do Instituto Nacional do Livro, em 1937. Este Instituto foi uma das instituições culturais mais longevas do Brasil, com 52 anos de existência sem interrupção. Em seus fundamentos iniciais pretendia criar uma biblioteca em cada município, o que na verdade,

nunca se conseguiu. Mas é inegável seu importante papel na formação de recursos humanos e na publicação de manuais.

Um dos grandes fatores que teria contribuído para a criação de uma visão limitada das bibliotecas públicas brasileiras foi a escolarização destas instituições que, segundo Milanesi (2012), ocorreu para atender à demanda das escolas, na década de 70. As bibliotecas se transmutaram muitas vezes em bibliotecas escolares, voltando-se exclusivamente, para este tipo de público e, sem atenção à comunidade como um todo. Acervo e serviços atendiam quase que exclusivamente aos alunos de escola para o exercício de cópia de enciclopédias.

Esta característica começa a mudar com a institucionalização do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e sua subordinação à Fundação Biblioteca Nacional, em 1992. A divulgação do Manifesto da UNESCO/IFLA para Bibliotecas Públicas, em 1994, também facilitou a entrada de novos ares nas instituições. Porém, salvo raras exceções, a análise da literatura e das políticas públicas, revela que a instituição não tem merecido a devida atenção de autoridades nem o reconhecimento da comunidade.

Após este breve resumo dos assuntos tratados nos primeiros três capítulos, chega-se às entrevistas, visando o cotejamento destas com o panorama traçado através da literatura técnica e com a observação pessoal de décadas à frente de bibliotecas públicas. Optou-se por um grupo de entrevistados que traçaram políticas ou pesquisaram bibliotecas públicas brasileiras, tendo um conhecimento amplo sobre a questão. O que interessou à pesquisa foram questões políticas gerais e não técnicas, de serviço.

Assim, foram selecionados cinco ex-presidentes da Fundação Biblioteca Nacional, a que o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas estava subordinado à época da sua gestão, apresentados aqui em ordem cronológica das administrações. São eles: Affonso Romano de Sant'Anna, Eduardo Portella, Muniz Sodré, Galeno Amorim e Renato Lessa. Como pesquisadores foram selecionados: Elizabeth Carvalho, Elizabeth Serra, Emir Suaiden, José Castilho Marques, Luiz Milanesi e Silvia Castrillon. Esta última, pesquisadora colombiana foi convidada por dispor de informações valiosas sobre políticas e práticas de bibliotecas públicas latino-americanas em função do seu cargo como consultora de organismos internacionais como a UNESCO e o CERLALC. É uma profunda conhecedora sobre a política de bibliotecas do seu país, a Colômbia, modelo atual para bibliotecas públicas brasileiras. Cabe ainda ressaltar que diversos pesquisadores já ocuparam ou ocupam papel importante na administração pública, mas que foram assim denominados devido a trabalho exemplar nas pesquisas desta área específica.

As pesquisas foram realizadas por contato direto, com exceção de Emir Suaiden, realizada por Skype, e de Luiz Milanesi, por escrito. Todas as outras foram feitas pessoalmente o que possibilitou uma produtiva interação entre entrevistado e entrevistadora. As entrevistas foram fortes e cheias de conteúdo, cuja análise não se esgota com esta tese. Há diversos ângulos que podem ser ainda trabalhados, sob a luz da Ciência da Informação e, também, à luz de outras ciências sociais e humanas.

A seguir, a síntese dos argumentos que se destacaram na análise das entrevistas de acordo com as perguntas formuladas na introdução do trabalho.

A biblioteca pública é vista atualmente como uma instituição em crise?

Os entrevistados consideraram que a biblioteca passa por um momento de transformação. Uma das tendências mais fortes das respostas foi destacar a aproximação com a comunidade como uma maneira de superar a crise. Para ilustrar os argumentos, os entrevistados se valeram da experiência de outros países, como o cuidado no atendimento ao usuário, os horários amplos para facilitar as consultas entre outros serviços e atividades. Ficou clara, nas respostas, a preocupação das bibliotecas no atendimento às comunidades.

Um ponto citado foi a perda de centralidade da biblioteca com a proliferação das TIC, argumento também encontrado em artigo em Waller e McShane (2008). Também, foi arrolada a questão da importância do livro e a ampliação para outros meios de informação para o enfrentamento da crise. Outro ponto ressaltado na nova biblioteca é considerá-la como um lugar, um local de encontro das pessoas, onde possam trocar ideias e experiências. Destacou-se, assim o papel da biblioteca no estímulo ao encontro de grupos de distintos níveis econômicos, sociais, escolar e político. Esta visão remete diretamente à promoção de capital social.

As tecnologias de informação e comunicação (TIC) são vistas como um recurso positivo ou uma ameaça às bibliotecas públicas? Quais as perspectivas de contribuição das TIC para a biblioteca pública?

O uso das Tecnologias de Comunicação e Informação foi visto como o principal deflagrador das mudanças, na opinião de boa parte dos entrevistados. Cita-se, novamente, a perda de centralidade da instituição, pois o usuário considera que muitas vezes não precisa ir mais à biblioteca para obter informações, em especial se as informações procuradas forem

respondidas em uma consulta a enciclopédias. Este tipo de consulta era o mais utilizado pelos estudantes nas bibliotecas públicas.

O usuário também mudou após a experiência de pesquisas no Google e na Internet. Eles exigem que as instituições, e aí não é somente a biblioteca, respondam com mais rapidez e eficiência às suas demandas.

O trabalho sistêmico foi, enfim, outro ponto a ser destacado e relacionado à introdução de recursos TIC nas bibliotecas. Estas, trabalhando em conjunto, poderiam se ajudar e ampliar as possibilidades de pesquisa para os usuários. A internet pode possibilitar o aprimoramento destas relações.

O desenvolvimento da competência em informação é outra meta arrolada para as bibliotecas públicas, para público em geral e para os segmentos menos favorecidos. O seu papel no aprendizado do uso das TIC e no uso de grande quantidade de informações, que ocorrem sem critérios rigorosos e muitas vezes sem confiabilidade, coloca a biblioteca no importante papel de intermediação e capacitação do usuário.

Como é avaliada a experiência brasileira quanto à situação de suas bibliotecas, bem como na relação da biblioteca com a comunidade e no desenvolvimento do hábito de leitura?

A resposta quase unânime a esta questão é que a situação das bibliotecas públicas brasileiras é ruim, confirmando a bibliografia especializada. Ressaltem-se alguns fatores que foram mencionados como contribuintes para esta situação, como o grande número de municípios, a situação financeira destes e a precariedade maior das bibliotecas nas regiões Norte e Nordeste, as que mais dela necessitam.

Mencionou-se também que, por ausência muitas vezes de bibliotecas municipais, as grandes bibliotecas públicas estaduais assumem este papel, embora possam ser destacadas algumas bibliotecas comunitárias e escolares que, apesar das dificuldades, conseguem cumprir importante papel na difusão da leitura e outros tipos de ações.

Os relatos dos entrevistados confirmam a visão de situação deplorável de boa parte das bibliotecas públicas a partir de diversos aspectos mencionados: equipamentos inexistentes ou obsoletos, acervos antigos e sem muito interesse para a comunidade, espaços desconfortáveis e velhos e falta de orçamento. Este cenário é agravado pela menção a quadro de pessoal desqualificado e sem reconhecimento, incluindo-se o cargo de direção. Uma série de vivências relatadas reforça a ideia de “descaso” com a instituição. Lamenta-se a ausência

de uma política de capacitação para que o funcionário ou mesmo o diretor tomem conhecimento das funções mais tradicionais e as mais modernas que as bibliotecas públicas podem exercer.

Some-se a isso, ou talvez por isso, as informações sobre o desconhecimento das autoridades locais, estaduais e federais sobre as funções de uma biblioteca pública e seu importante papel político. Um dos entrevistados afirma que a biblioteca só é mantida para não causar problemas com a comunidade, pois a intenção, muitas vezes concretizada, é a transferência para espaços cada vez menores e mesmo o fechamento da instituição.

Outro destaque dos depoimentos foi a falta de clareza entre as funções educacionais e culturais, o que afeta a atuação das bibliotecas, que geralmente são subordinadas ao setor cultural, mas sua atuação é também afeita à educação, seja ela a educação formal, informal ou continuada. A ação da biblioteca pode ser vista como fundamental na formação do leitor - formar leitor é formar cidadão, segundo alguns entrevistados -, porém, não deve este tipo de atuação não deve ser confundida com a escolarização das bibliotecas como sua única função. Esta questão polêmica, que distancia alguns atores políticos e pesquisadores, diz respeito à biblioteca como responsável pelo fornecimento de informação para a comunidade. Diversos entrevistados consideram o livro como a principal, e mesmo o único motor que movimenta e justifica a existência de bibliotecas.

Outro ponto a mencionar, como destaque nas entrevistas, diz respeito à aproximação com a comunidade, esta ainda não vista como cooptada pela biblioteca. Atividades que poderiam ser realizadas para trazer a comunidade para a biblioteca, como cursos e reuniões, são sugeridas nas entrevistas. É preciso que a comunidade se sinta dona da biblioteca, segundo um dos entrevistados. Ressalte-se ainda o papel de local de convivência, de formador de capital social.

Finalmente, conclui-se que uma instituição com uma gama de problemas políticos e de infraestrutura não é reconhecida pelas autoridades e nem pela comunidade. A biblioteca pode ser considerada uma instituição invisível.

Que propostas são feitas por estes atores e pesquisadores com relação a políticas de bibliotecas públicas para o país?

Neste tópico os entrevistados lembraram várias experiências bem sucedidas no Brasil e no exterior, formando um painel interessante sobre a atuação das bibliotecas públicas. Porém, choca notar nos depoimentos experiências bem sucedidas no Brasil que não tiveram

prosseguimento devido à descontinuidade da política de bibliotecas, observada em nível federal, estadual e municipal. A política de terra arrasada, mencionada como característica de cada mudança de governo, faz com que as instituições sempre retornem às mesmas discussões e atuações, e não se aproveitem as experiências anteriores.

As políticas públicas despertaram interesse dos entrevistados. Um deles, coordenador atual do PNLL defendeu a ausência do nome da biblioteca no Plano. Segundo ele, o plano dá as coordenadas que serão complementadas com programas e projetos.

Outro ponto citado é a forte influência das bibliotecas parque, da Colômbia. Como esclarece uma das entrevistadas, o nome bibliotecas parque é uma simples renomeação das bibliotecas públicas. Cita, por exemplo, que esta denominação é utilizada apenas em Medellín, e não em Bogotá.

Um ponto ressaltado por uma entrevistada lembra que há dois cenários das grandes bibliotecas, confortáveis e bem equipadas e das pequenas bibliotecas ou pontos de serviço. Todas as experiências são importantes quando se alcança o cidadão.

O fortalecimento do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas também foi bastante comentado, porém que seja um sistema mais abrangente, agregando as bibliotecas universitárias e a Nacional. Esta perspectiva mais abrangente torna-se possível com a utilização das TIC.

O destaque para a importância da criatividade diante dessas grandes dificuldades e carências das bibliotecas foi um ponto interessante observado em alguns depoimentos que se referem à necessidade de ousar, transformando a instituição em um local propício à inovação, principalmente nas ações voltadas para os interesses e o envolvimento comunitários.

Assim, terminamos com a frase de um dos entrevistados que considera importante o fortalecimento das bibliotecas, incluindo o respaldo financeiro e político, principalmente, pois segundo ele “as bibliotecas públicas já estão prontas para assumir seu papel na sociedade”. (AMORIM, 2014).

De modo geral, os dados levantados nesta pesquisa sugerem que a biblioteca pública é, no Brasil, uma instituição ainda não compreendida pelas autoridades nem pela sociedade. Seu papel diretamente ligado ao outro, à pessoa, ao leitor, ao cidadão, ainda não foi completamente assimilado. A biblioteca ainda não possui seu lugar de destaque na formação social brasileira.

Exceções podem existir, mas a maioria tem seu desempenho influenciado pelo contexto político, que em determinados períodos promove seu surgimento e fortalecimento, e

em outros gera escassez de recursos financeiros e humanos. Períodos de bonança, de fortalecimento de recursos financeiros e humanos, são seguidos de períodos de escassez, devido a mudanças políticas, acarretando, geralmente, um refluxo na atuação institucional, quando a instituição é esquecida, sem prestígio ou verbas, se deteriorando, aguardando uma nova maré, em novo ciclo virtuoso, que talvez venha ou não. A biblioteca parece tender,, também, a ser uma das primeiras instituições visadas em um cortes de orçamento. Não há uma política que a preserve a curto, médio ou longo prazo.

A leitura de jornais mostra que a cada nova maré favorável a instituição é “descoberta”, é alçada às manchetes como uma novidade e não como um serviço contínuo e fundamental à população. Passada a novidade, e com os problemas de manutenção surgidos no dia a dia, a biblioteca começa a viver novo declínio.

Há exceções, mas a realidade de boa parte das bibliotecas públicas brasileiras sofre da mesma síndrome. Pouco se fala das bibliotecas públicas tradicionais que desenvolvem serviços de qualidade no atendimento do público.

Pode-se, enfim, destacar algumas questões que, ao meu ver, impactam na estabilidade e no desenvolvimento das bibliotecas públicas no país:

A falta de uma política pública efetiva e eficiente voltada especificamente para a área representa, possivelmente, o maior entrave no desenvolvimento destas instituições. Esta falta se reflete em vários níveis, podendo se considerar como a mais grave, a ausência da biblioteca pública nas agendas governamentais. Esta ausência se explica, em boa parte, pelo desconhecimento das autoridades brasileiras sobre as possibilidades da utilização das bibliotecas como um fator propulsor na formação de cidadania, no apoio das políticas econômicas, sociais e educacionais e no processo de inovação das comunidades.

Esta falta de uma política consistente pode ser observada na escassez de recursos financeiros, em boa parte das instituições, o que interfere diretamente no desenvolvimento das atividades. Constatam-se que em muitas instituições não há previsão de orçamento próprio, o que prejudica tanto o planejamento quanto a execução das atividades. Hoje, verificam-se novas soluções, como a utilização de Organizações Sociais (OS), utilizadas pelas bibliotecas estaduais do Rio de Janeiro e de São Paulo. Porém, ainda é cedo para avaliar o desempenho destas experiências.

A atenção à qualidade dos recursos humanos, é também, um outro fator a ser destacado. Pela experiência, considero que o bibliotecário é, sem dúvida, um profissional essencial nas bibliotecas, inclusive, nas direções. A falta deste profissional implica em um perfil institucional indefinido, sendo as bibliotecas públicas consideradas, muitas vezes, como

um centro cultural ou uma sala de aula. Porém, precisa-se de bibliotecários com formação sólida, que conjugue a técnica com uma perspectiva humanística e social das bibliotecas. O que não exclui a participação de outras formações profissionais como parte da equipe nas bibliotecas públicas: os saberes vêm se tornando mais complexos exigindo-se assimilar um plantel de outros profissionais para o desenvolvimento de ações específicas.

Finalmente, constata-se a premência do estreitamento de laços entre a biblioteca pública e sua comunidade, refletido nas atividades, nos acervos e nas instalações da instituição. Em outras palavras, ressalta-se a necessidade do fortalecimento da dimensão social da biblioteca pública - trabalhar para e com a comunidade e transformando a biblioteca em um espaço de convivência, de criatividade, de inovação e de intercâmbio. Um espaço onde qualquer pessoa, independentemente do nível educacional, faixa etária, situação econômica e social, tendência política e preferência sexual, possa ter contato com o maior bem da humanidade, força propulsora de toda a evolução, que é o conhecimento.

Deve-se ressaltar ainda a função educadora da biblioteca pública, não como extensão da sala de aula, mas como a instituição que pode acompanhar o indivíduo desde a primeira infância à terceira idade, auxiliando-o no entendimento de seu papel social e auxiliando-o a incluir-se em um mundo em constante mutação. A biblioteca pública propicia o acesso a novas formas de transmissão de conhecimento, a novas formas de leitura, e principalmente, o acesso e envolvimento com a leitura de literatura e a escrita, proporcionando ao leitor o instrumental para entender e atuar na sua realidade de forma crítica. A biblioteca pública deve ser vista como uma arena de formação da cidadania, onde todos podem ter voz e vez, no encaminhamento de seus destinos.

Enfim, parafraseando Ortega y Gasset, epígrafe dessa tese, a biblioteca pública é a biblioteca pública e suas circunstâncias, acrescentado que nestas circunstâncias se destacam as ações políticas que a viabilizam e que promovem a sua inserção na comunidade.

REFERÊNCIAS

AABO, Svanhild; AUDUNSON, Ragnar; VARHEIM, Andreas. How do public libraries function as meeting places? **Library & Information Science Research**, v.32, p.16-26, 2010.

AGNOLI, Antonella. Bibliotecas de Profundis? Per il neoliberismo anche le biblioteche devono morire. **Controlacrisi**, 26 abr. 2011. Disponível em: <<http://www.controlacrisi.org/notizia/Conoscenza/2011/4/26/12106-PER-IL-NEOLIBERISMO-ANCHE-LE-BIBLIOTECHE-DEVONO-MORIRE/>>. Acesso em: 5 mar. 2015.

ALBAGLI, Sarita. Conhecimento, inclusão social e desenvolvimento local. **Inclusão Social**, Brasília, v.1, n.1, p.17-22, abr./set. 2006.

_____; MACIEL, Maria Lucia. **Capital social e empreendedorismo local**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2002.

_____; _____. Informação e conhecimento na inovação e no desenvolvimento local. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 3, p. 9-16, set./dez. 2004.

_____; _____. Informação, poder e política: a partir do sul, para além do sul. In: ALBAGLI, Sarita; MACIEL, Maria Lucia. **Informação, conhecimento e poder: mudança tecnológica e inovação social**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011. p. 9-39.

ALMEIDA JUNIOR., Oswaldo Francisco de. **Biblioteca pública: avaliação de serviços**. Londrina: Eduel, 2003. 289 p.

ALVIM, Luísa; CALIXTO, José António. Public libraries, the crisis of the welfare state and the social networks: the Portuguese case. In: IFLA WORLD LIBRARY AND INFORMATION CONGRESS, Singapura, 17 - 23 Aug. 2013. **Papers...** Singapura, 2013.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. **THE USA Patriot Act**. Disponível em: <<http://www.ala.org/offices/oif/ifissues/confidentiality>>. Acesso em: 27 Nov. 2013.

_____. **American library history: a comprehensive guide to the literature**. Disponível em: <<http://www.ala.org/lhrt/popularresources/amerlibhis>>. Acesso em: 20 ago. 2013.

ANDRADE, Ana Maria Cardoso de; MAGALHÃES, Maria Helena de Andrade. Objetivos e funções da biblioteca pública. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 8, n. 3, p. 48-59, mar. 1979.

ANDRADE, Mario. Um depoimento de Mário de Andrade. **Revista do Livro**, Rio de Janeiro, v.2, n.5, p. 7-8, mar. 1957.

AUDUNSON, Ragnar. The public library as a meeting-place in a multicultural and digital context: the necessity of low-intensive meeting-places. The public library as a meeting-place in a multicultural and digital context: the necessity of low-intensive meeting-places. **Journal of Documentation**, v. 61, n. 3, p. 429-441, 2005.

AUDUNSON, Ragnar et al. Public libraries, social capital, and low intensive meeting places. **Information Research**, v. 12, n. 4, out. 2007. Supplement. Disponível em: <<http://information.net/ir12-4/colis/colis20.html>>. Acesso em: 10 out. 2012.

AZEVEDO, Fabiano Cataldo de. 200 anos da primeira biblioteca pública do Brasil: considerações histórico-biblioteconômicas acerca dessa efeméride. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v, 17, n.2, abr./jun. 2012.

BARBATO JUNIOR., Roberto. **Missionários de uma utopia nacional-popular: os intelectuais e o Departamento de Cultura de São Paulo**. São Paulo: FAPESP, 2004.

BARBIER-BOUVET, Jean-François; POULAIN, Martine. **Publics a l'œuvre: pratiques culturelles à la Bibliothèque Publique d'Information du Centre Pompidou**. Paris: La documentation Française, 1986. 296p.

BATTLES, Matthew. **A conturbada história das bibliotecas**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2003. 239p.

BELL, Colin; NEWBY, Howard. **Community studies**. London: George Allen and Unwin, 1971.

BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues; SUAIDEN, Emir José. O papel social da biblioteca pública na interação entre informação e conhecimento no contexto da ciência da informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.16, n.4, out./dez., 2011. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/s1413-99362011000400004>>. Acesso em: 09 abr. 2012.

BERNDTSON, Maija. "What and why libraries?": looking at what libraries might look like and why we still need them now and into future. IFLA WORLD LIBRARY AND INFORMATION CONGRESS, 77, Porto Rico, 2011. **Proceedings...** 6p. Disponível em: <<http://conference.ifla.org/ifla77>>. Acesso em: 20 ago. 2013.

BETANCUR, Adriana M. La biblioteca pública en la perspectiva del desarrollo local: una estrategia para la democracia. In: IFLA. Council and General Conference, 68, 2002. **Proceedings...** Glasgow, 2002.

BIBLIOTECA DE SANTIAGO. 2015. Disponível em: <<http://www.bibliotecasantiago.cl/>> Acesso em: 12 mar. 2015.

BIBLIOTECA Luis Ángel Arango y su red de bibliotecas. 2013. Disponível em: <<http://www.banrepcultural.org/blaa/informacion-general>>. Acesso em: 20 nov. 2013.

BIBLIOTECA pública: bem-vindo ao mundo do conhecimento. **Agência notícias do Acre**, 03 mar. 2009. Disponível em: <<http://www.agencia.ac.gov.br/index.php/noticias/especiais/7523-biblioteca-pblica-bem-vindo-ao-mundo-do-conhecimento.html>>. Acesso em: 9 abr. 2012.

BIRMINGHAM welcomes public library amidst national cuts. **CNCT**. Disponível em: <<http://english.cntv.cn/program/culturexpress/20130906/102109.shtml>>. Acesso em: 20 nov. 2013.

BISHOP, Ann Peterson et al. Socially grounded user studies in digital library development. **First Monday**, v.5, n.6, 2000.

_____. Ursula; FRAGOSO, Graça Maria; VIAPIANA, Noeli. Bibliotecas públicas estaduais na internet. **Revista abc: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v.11, n.2, p.315 – 332, ago./ dez. 2006.

BLATTMANN, Ursula; SILVA, Fabiano Couto Corrêa da. Colaboração e interação na web 2.0 e biblioteca 2.0. **Revista abc: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v.12, n.2, p. 191-215, jul./dez. 2007.

BOMENY, Helena Maria. **Os intelectuais da educação**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p. 85 p.

BORGES, Luís Cláudio. **Boas práticas em bibliotecas públicas**: análise de três experiências no Rio de Janeiro./ Luís Cláudio Borges. 2014. 162 f.: il. ; 30 cm. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 2014

BOURDIEU, Pierre. The social space and the genesis of groups. **Theory and Society**, v. 14, n. 6, p. 723-775, 1985

_____. What makes a social class? On the theoretical and practical existence of groups. **Berkeley Journal of Sociology**, v. 32, p. 1-49, 1987.

BRASIL. **Projeto de lei n. 3727/2012**. Dispõe sobre o princípio de universalização das bibliotecas públicas, de autoria do deputado José Stédile. 2012. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesweb/fichadetramitacao?Idproposicao=541906>>. Acesso em: 07 set. 2013.

BRASIL [lei n. Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003]. **Institui a Política Nacional do Livro**. Brasília: Diário Oficial da União, 31 out. 2003.

_____. **Ministério da Cultura**. Disponível em: <www.cultura.gov.br/>. Acesso em: 29 jul. 2010.

_____. **As metas do Plano Nacional da Cultura**. São Paulo: Instituto Via Pública; Brasília: MINC, 2012. 216p.

BRETTAS, Aline Pinheiro. A biblioteca pública: um papel determinado e determinante na sociedade. **Biblos**: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, v. 24, n.2, p.101-118, jul./dez. 2010.

CALABRE, Lia. Desafios à construção de políticas culturais: balanço da gestão Gilberto Gil. **Revista Proa**, n. 1, v. 1, 2009. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/proa>>. Acesso em: 20 nov. 2013.

_____. Políticas culturais no Brasil: balanço e perspectivas. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 3., 2007, Salvador. 17 p. **Anais...** Salvador.: Universidade Federal da Bahia, 2007. Disponível em:

<<http://www.gestaocultural.org.br/pdf/lia%20-%20pol%c3%adticas%20culturais%20no%20brasil%20balan%c3%a7o%20e%20perspectivas.pdf>>. Acesso em: 4 jul. 2013.

_____. (Org.) **Políticas culturais: diálogo indispensável**. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2005. 80 p.

_____. Problemáticas contemporâneas no campo das políticas públicas. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 8., 2012, Salvador. 10 p. **Anais..** Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2012.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Rubens Borba de Moraes e a biblioteca municipal de São Paulo. **Revista da Biblioteca Mário de Andrade**, São Paulo, v.57, jan./dez. 1999. p.179-184.

CANFORA, Luciano. As bibliotecas antigas e a história dos textos. In: **O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000. 352p.

CASA de detenção do Carandiru cede lugar à biblioteca. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 8 fev. 2010. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,casa-de-detencao-do-carandiru-cede-lugar-a-biblioteca,507963,0.htm>>. Acesso em: 2 abr. 2012.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

_____. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CAVALCANTI, Ilce Gonçalves Milet. Um traçado resumido das bibliotecas públicas no Brasil. **Correio de Bibliotecas Públicas Ibero-americanas: boletín informativo**, Bogotá, CERLALC, n. 25, 2008.

CAZELLI, Sibebe. **Ciência, cultura, museus, jovens e escolas: quais as relações?**, 2005. 260f. Tese (Doutorado) - Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2005

CENSO Nacional de Bibliotecas Públicas: estudo quantitativo: principais resultados. Brasília: FGV, 2010. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/wpcontent/uploads/2010/05/microsoft-powerpoint-fgv-ap-minc-completa79.pdf>>. Acesso em: 17 abr. 2012.

CENTRO CULTURAL VERGUEIRO. **Histórico**. Disponível em: <<http://www.centrocultural.sp.gov.br/>>. Acesso em: 7 ago. 2013.

CENTRO DE ESTUDOS SOBRE AS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO. **Painel Ibope/Netratings**, 2012. Disponível em: <<http://www.cetic.br/usuarios/ibope/tab02-01-2012.htm>>. Acesso em: 28 jun. 2013.

CHAFFE, Bruna Abatti. **A ditadura militar e o controle de informação: relatos de censura nas bibliotecas da UFRGS**. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009. 62 p. Disponível em:

<<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/22708/000740394.pdf?Sequence=1>>.
Acesso em: 28 jun. 2013.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: Imprensa Oficial do estado de São Paulo: Editora UNESP, 1998. 160 p.

COLÔMBIA. Ley n. 1.279 de 15 de enero de 2010. Por la cual se organiza la red nacional de bibliotecas públicas y se dictan otras disposiciones. **Diário Oficial**, Colômbia, 2010.

_____. **Plan nacional de lectura y bibliotecas**. In: COLÔMBIA. Ministerio de Cultura. Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://www.bibliotecanacional.gov.co/content/plan-nacional-de-lectura-y-bibliotecas-0>>. Acesso em: 3 ago. 2013

CORREAL, Matilde. Parques bibliotecas se fortalecem em Medellín: segunda maior cidade da Colômbia oferece literatura e alegria. [20]. **Infosurhoy.com**, 25 mar. 2010. Disponível em:
 <<http://infosurhoy.com/cocoon/saii/xhtml/pt/features/saii/features/society/2010/03/25/feature-02>>. Acesso em: 9 abr. 2012.

CORREIA, Zita. **A biblioteca pública como espaço de cidadania**. 15 p. Disponível em:
 <http://www.evora.net/bpe/2005bicentenario/dias/27_out05/textos/zita.pdf> Acesso em: 17 out. 2011.

COX, Eva et al. A safe place to go: libraries and social capital. **The State Library of New South Wales**. 2000. Disponível em:
 <http://www.sl.nsw.gov.au/services/public_libraries/docs/safe_place.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2013.

_____. **A safe place to go: libraries and social capital**. The State Library of New South Wales. 2000. Disponível em:
 <http://www.sl.nsw.gov.au/services/public_libraries/docs/safe_place.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2013.

CUNHA, Vanda Angélica da. A biblioteca pública no cenário da sociedade da informação. **Biblos**, v. 4, n.15, abr.-jun. 2003.

DARNTON, Robert. **A questão dos livros: passado, presente e futuro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

D'ARAUJO, Maria Celina. **Capital social**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. 63 p.

DODSON JUNIOR., Howard. Scholars and the public can and must co-exist. **The New York Times**. Opinion pages, 8 maio 2012

DOMINGUEZ, Andrea. Bibliotecas para a paz na Colômbia. **CRB- 8 Digital**, São Paulo, v.2, n. 1, 2009. Disponível em:
 <<http://revista.crb8.org.br/index.php/crb8digital/article/view/10>>. Acesso em: 5 ago. 2013.

DUARTE, Paulo. **Mário de Andrade por ele mesmo**. São Paulo: Hucitec, 1985.

DURRANCE, J.C.; PETTIGREW, K. E. Towards context-centered methods for evaluating public library networked community information initiatives. **First Monday**, v.6, n. 4, 2001.

DURRANCE, Joan.C.; PETTIGREW, Karen. E. Towards context-centered methods for evaluating public library networked community information initiatives. **First Monday**, v.6, n. 4, 2001.

ENCYCLOPEDIA of library and information science. New York: Marcell Dekker, 1978. v.24.

ESTRATEGIA para la democracia. In: IFLA COUNCIL AND GENERAL CONFERENCE, 68., 2002. **Proceedings...** Glasgow, 2002.

FERNBACK, Jan. Information technology, networks and community voices: social inclusion for urban regeneration. **Information Communication & Society**, v.8, n.4, p. 482-502, Dec. 2005.

FIORE, Ottaviano de. A formação do leitor, uma tarefa. In: PRADO, Jason; CONDINI, Paulo (Orgs.). **A formação do leitor: pontos de vista**. Rio de Janeiro: Argus, 1999. 320p. Disponível em <<http://www.scribd.com/doc/54404535/21/%e2%80%94ottaviano-de-fiore>>. Acesso em: 05 jul. 2013.

FONSECA, Edson Nery da. **A Biblioteconomia brasileira no contexto mundial**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília, Instituto Nacional do Livro, 1979. 112p.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. São Paulo: Cortez, 1982.

FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA BIBLIOTECA PÚBLICA, 2013. Disponível em: <<http://frenteemdefesabibliotecapublica.wordpress.com/a-frente/>>. Acesso em: 15 out. 2013.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Biblioteca pública: princípios e diretrizes**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Departamento de Processos Técnicos, Sistema Nacional de Bibliotecas, 2000. 160p. (Documentos Técnicos; 6). Disponível em: <http://www.bn.br/portal/arquivos/pdf/arquivofinal28_08.pdf>. Acesso em: 7 set. 2013.

_____. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Sistema Nacional de Bibliotecas, 2010. 160p.

_____. Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. **Histórico**. Disponível em: <<http://catalogos.bn.br/snbp/historico.html>>. Acesso em: 29 out. 2010.

_____. **Nota técnica 20/2013**. Projeto de Lei n.3727/2012 de autoria do Sr. José Stédile. 3p. Disponível em: <http://snbp.culturadigital.br/wp-content/arquivos/2014/02/Nota-T%C3%A9cnica-Projeto-de-Lei-3727.2012.pdf>. < Acesso em: 11 fev. 2015.

GARFIELD, Eugene. A tribute to S. R. Ranganathan, the father of Indian library science. Part 1. Life and works. **Current contents**, n.6, 6 Feb. 1984.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin; GASKELL, George (Org.). **Pesquisa qualitativa com imagem, texto e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2004. p.64-89.

GAUS, Eve R.; WEECH, Terry. The meeting room: libraries as community centers for culturally diverse populations. **BOBCATSSS**, 2008. p. 221-227. Disponível em: <<http://edoc.hu-berlin.de/conferences/bobcatsss2008/>>. Acesso em: 20 ago. 2012.

GIBBS, Graham. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: Bookman, 2009. 198 p.

GIRON, Luis. Dê adeus às bibliotecas. **Época**, 15 mai. 2012. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/cultura/luis-antonio-giron/noticia/2012/05/de-adeus-br>>. Acesso em 7 de jul. 2012..

GÓIS, Ancelmo. Para que livros? Renan Calheiros quer ocupar a área da biblioteca do Senado. **O Globo**, 18 fev. 2015.

GONG, Hongmian; JAPSON, Andrea C.; CHEN, Cynthia. Public libraries and social capital in three New York neighborhoods. **Tijdschrift voor economische en sociale geografie**, v. 99, n. 1, p. 65-83, 2008.

GÓNZALEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da informação**, v.31, n.1, p.27-40, jan. 2002.

GRANOVETTER, Mark. The strength of weak ties. **American Journal of Sociology**, v. 78, p. 1360-1380, 1973.

GRIFFIS, Matthew; JOHNSON, Catherine A. Social capital and inclusion in rural public libraries: a qualitative approach. **Journal of Librarianship and Information Science**, v. 45, n. 2, jan. 2013.

GROOTAERT, Christiaan. **Questionário integrado para medir capital social (QI-MCS)**. Sl., Banco Mundial, Grupo Temático sobre Capital Social, 2003. 73 p.

GURSTEIN, Michael. Effective use: a community informatics strategy beyond the digital divide. **First Monday**, v. 8, n. 12, 2003. Disponível em: <http://www.firstmonday.org/issues/issue8_12/gurstein/>. Acesso em: abr. 2012.

HASCHBACH, Maria Helena Lima; OLINTO, Gilda. Competência em informação: caminhos percorridos e novas trilhas. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, Nova Série, São Paulo, v.4, n.1, p. 20-34, jan./jun. 2008.

HAYTHORNTHWAITE, Caroline. Social facilitators and inhibitors to online fluency. In: HAWAI INTERNATIONAL CONFERENCE ON SYSTEM SCIENCES, 40., 2007. **Proceedings**. Havaí: University of Hawai at Manoa, 2007.

HILLENBRAND, Candy. A place for all: social capital at the Mount Barker Community Library, South Australia. **APLIS**, v. 18, n. 41, jun. 2005. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2009/default.shtm>>. Acesso em: 10 abr. 2012.

_____. **Public libraries as developers of social capital:** changing roles, values and missions, 2004. 114 p. Tese (Master on Arts) - School of Communication, Information and New Media, University of South Australia, Adelaide, 2004.

_____. **A safe place to go, libraries and social capital.** Sidnei: Biblioteca do Estado de New South Wales, 2000. 53 p.

IBGE. **Pesquisa dos municípios brasileiros.** Rio de Janeiro, 2007.

_____. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios.** Rio de Janeiro, 2005.

IFLA. **Diretrizes da IFLA para as bibliotecas públicas.** Brasília: Briquet de Lemos, 2012. 162 p.

IFLA. **Diretrizes para o manifesto IFLA/UNESCO sobre internet.** 2006. Disponível em: <<http://www.ifla.org/files/faife/publications/policy-documents/internet-manifesto-guidelines-pt.pdf>>. Acesso em: 9 abr. 2012.

_____. **O manifesto da IFLA sobre a internet.** 2002. Disponível em: <<http://archive.ifla.org/iii/misc/im-pt-br.htm>>. Acesso em: 9 abr. 2012.

JOHNSON, Catherine A. Do public libraries contribute to social capital? A preliminary investigation into the relationship. **Library & Information Science Research**, v. 32, n. 2, p. 147-155, Apr. 2010.

_____. How do public libraries create social capital? An analysis of interactions between library staff and patrons. **Library & Information Science Research**, v. 34, n. 1, p. 52-62, Jan. 2012.

JOURNAL OF COMMUNITY INFORMATICS: special double issue: the internet and community informatics in Brazil, Vancouver, v.7, n.1- 2, 2011.

KATZ, James E; RICE, Ronald E. **Social consequences of internet use:** access, involvement and expression. Cambridge, MIT press, 2002.

KLIKSBERG, Bernardo. Capital social y cultura, claves esenciales del desarrollo. **Revista de la CEPAL**, p. 85-102, dic. 1999.

KOSTAGIOLAS, Petros; MARGIOLA, Anastasia; AVRAMIDOU, Anastasia. A library management response model against the economic crisis: the case of public libraries in Greece. **Library Review**, v.60, n. 6, p. 486-500, 2011.

KRANICH, Nancy (Org.). **Libraries & democracy:** the cornerstones of liberty. 2001. Disponível em: <<http://www.amazon.com/Libraries-Democracy-The-Cornerstones-Liberty/dp/083890808X>>. Acesso em: 8 set. 2013.

KROSKI, Elyssa. **Social networking & libraries:** best practice & challenges. Disponível em: <<http://www.slideshare.net/ellyssa/social-networking-libraries-best-practices-challenges>>. Acesso em: 10 abr. 2012.

LEMOS, Antônio Agenor Briquet de. Prefácio. In: SUAIDEN, Emir José. **Biblioteca pública e a informação à comunidade**. São Paulo: Global, 1995. p. 7-9.

LEMOS, Cristina. Inovação na era do conhecimento. **Ciência, tecnologia & sociedade. Parcerias estratégicas**, n.8, p.157-179, maio 2000.

LIBRARIES in crisis. The Huffington Post. Disponível em:
<<http://www.huffingtonpost.com/news/libraries-in-crisis/>>. Acesso em: 20 nov. 2013.

LIN, Nan. Inequality in social capital. **Contemporary Sociology**, v. 29, n.6, p. 785-795, Nov. 2000.

_____. A network theory of social capital. In: CASTIGLIONE, Dario; DETH, Jan van; WOLLEB, Guglielmo (Ed.) **Handbook on social capital**. New York: Oxford University Press, 1978.

LINGEL, Jessa. Occupy Wall Street and the myth of technology death of the library. **First Monday**, v.17, n. 8, 6 Aug. 2012.

LITZAU, Zeth; HELGREN, Jamie. **Us public libraries and the use of the web technologies**: 2010. Denver: Colorado State Library, 2011.

LOADER, Brian D; HAGUE, Barry; EAGLE, Dave. Embedding the net: community development in the age of information. In: GURSTEIN, Michael. **Community informatics: enabling communities with information and communication technologies**. London: Idea Group, 2000. p. 81-102.

MACHADO, Elisa Campos. Análise de políticas públicas para bibliotecas no Brasil. **Incid. R. Ci. Inf. E doc.**, Ribeirão Preto, v.1, n.1, p. 94-111, 2010.

_____. **Bibliotecas comunitárias como prática social no Brasil**, 2008. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Escola de Comunicação e Artes; Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

_____ et al. The Rede Brasil de bibliotecas comunitárias: a space for sharing information and building new knowledge. **Journal of Community Information**, v.7, n1-2, 2011.

MACIEL FILHO, Adalberto Rego et al. Capital social e bibliotecas públicas: estudos empíricos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 15, n. 2, p.73-88, maio/ago. 2010.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Uma teoria crítica da cultura**. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.

MANGUEL, Alberto. **A biblioteca à noite**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. **Uma história da leitura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. 405 p.

MARSHALL; Thomas Humprey. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. 220 p.

MARTELETO; Regina Maria; SILVA, Antonio Braz de Oliveira e. Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. **Ciência da Informação**, Brasília, v.33, n.3, p. 41-49, set/dez. 2004.

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita**. 2. ed. São Paulo: ABDR, Ática, 1996. 519 p.

MATTERN, Shannon. **The new downtown library designing with communities**. Minneapolis, Minn.: University of Minnesota Press, 2007. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books>>. Acesso em: 9 abr. 2012.

MAUROIS, André. **La biblioteca y su misión**. Paris: UNESCO, 1963. 33 p.

MEDEIROS, Ana Ligia. Biblioteca e cidadania. **Sinais Sociais**, Rio de Janeiro, v.14, n.13, p. 10-45, 2010.

MEDEIROS, Ana Ligia ; OLINTO, Gilda. Bibliotecas públicas e o futuro: as bibliotecas estaduais brasileiras na área da internet. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 13., 2012, Rio de Janeiro. **Anais...** GT 5: Política e Economia da informação.

MELGUIZO, Jorge. **Notas desde Medellin**. Disponível em: <<https://jorgemelguizo.wordpress.com/>>. Acesso em: 10 out. 2013.

MENESES TELLO, Felipe. El paradigma de la biblioteca publica. **Ofaj**, jun. 2012. Disponível em:< http://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=690>. Acesso em 12 dez. 2014.

MEY, Eliane Serrão Alves. Bibliotheca alexandrina. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 1, n. 2, p.71-91, jan./jun. 2004.

MILANESI, Luis. Informação pública e as bibliotecas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2 jul. 2012. Opinião. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/52178-informacao-publica-e-as-bibliotecas.shtml>>. Acesso em: 8 set. 2013.

_____. **O que é biblioteca**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983. 107p. (Coleção primeiros passos).

_____. Outra biblioteca pública: uma profecia de Mário de Andrade. **Revista da Biblioteca Mario de Andrade**, São Paulo, v.51, p.59-64, jan./dez. 1993.

MIRANDA, Antônio. A missão da biblioteca pública no Brasil. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 6, n. 1 p. 69-75, jan/jun. 1978.

MORAES, Rubem Borba de. **O bibliófilo aprendiz**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005. p. 9 -11.

MORAES, Rubem Borba de. **O problema das bibliotecas brasileiras**. 2. ed. Brasília: Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal, 1983. 37p.

MORAES JUNIOR, João Vanderlei de. **Notas sobre a participação de organismos multilaterais na construção de políticas culturais para acesso ao livro e promoção da leitura no Brasil e Colômbia**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2013. 16 p.

_____. Políticas culturais para o livro e leitura no Brasil: contexto, avanços e desafios. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 6., 2010, Salvador. 15 p. **Anais....** Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2010.

MOTTA, Vânia C. “Capital social”: solução para os males do capitalismo mundializado? **B. Téc. Senac: a R. Educ. Prof.**, Rio de Janeiro, v. 34, n.2, maio/ago. 2008.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. Biblioteca e sociedade: evolução da interpretação de função e papeis da biblioteca. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 13, n.1, 1984.

NEGRÃO, May Brooking. **Biblioteca Pública Municipal de São Paulo: da criação à consolidação (1926-1951), breve esboço histórico**. 1983. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1983.

NEWMAN, Wendy. **Third generation public libraries: visionary thinking and service development in public libraries (to 2020) and potential application in Ontario report for the Ontario Ministry of Culture**. 2008. 61p. Disponível em: <http://www.mtc.gov.on.ca/en/publications/third_gen_libraries.pdf>. Acesso em: 9 out. 2013.

NITHARA, Akemi. Bibliotecas estão presentes em 97% das cidades, mostra IBGE. In: **Agência Brasil**, 3 jul. 2013. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-07-03/bibliotecas-estao-presentes-em-97-das-cidades-mostra-ibge>>. Acesso em 28 abril 2014.

NOGUEIRA, Maria Cecília Diniz. Biblioteca pública: a ambivalência de seu papel. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v.15, n. 2, p.222-48, set. 1986.

OITICICA, Ricardo. **O Instituto Nacional do Livro e as ditaduras: academia brasílica dos rejeitados**, 1997. 270 f. Tese (Doutorado em literatura: literaturas de língua portuguesa) – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

OLINTO, Gilda. Bibliotecas públicas e o uso das tecnologias de informação e comunicação para o desenvolvimento social. **INCIC: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 1, p. 77-93, 2010. Disponível em: <<http://revistas.ffclrp.usp.br/incid>>. Acesso em: 9 out. 2013.

_____. Capital cultural, classe e gênero em Bourdieu. **Informare**, v. 1, n. 2, p. 24-36, 1995.

OLINTO, Gilda. Dimensões e medidas de acesso e uso da internet: múltiplas abordagens e evidências sobre o Brasil. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 3, n. 3, p. 428-449, dez. 2009. Disponível em: <www.pontodeacesso.ici.ufba.br>. Acesso em: 9 abr. 2012.

_____; MEDEIROS, Ana Ligia . Capital social e biblioteca pública. In: ALBAGLI, Sarita (Org.). **Fronteiras da Ciência da Informação**. Brasília: IBICT, 2013. p. 236-256.

_____; _____. **Comunidades, redes sociais e bibliotecas públicas**. Rio de Janeiro: 2013 (No prelo).

_____. El uso de internet e inclusión social en Brasil: la contribución de las bibliotecas públicas. In: SEMINÁRIO HISPANO BRASILEÑO DE INVESTIGACIÓN EM INFORMACIÓN, DOCUMENTACIÓN Y SOCIEDAD, 1., 2012, Madri. **Anais...**

OLIVEIRA, Zita Catarina Prates. **A biblioteca “fora do tempo”**: políticas governamentais de bibliotecas públicas no Brasil, 1937-1989, 1994. 221p. Tese (doutorado) – Escola de Ciência da Informação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994. .

ORTEGA, Cristina Dotta. Relações históricas entre biblioteconomia, documentação e ciência da informação. **DataGramaZero**, v.5, n.5, out. 2004.

ORTEGA Y GASSET, José. **Misión del bibliotecario**. México: Consejo Nacional para la Cultura y las Artes, 2005.

PAIVA, Marília de Abreu Martins de. **Bibliotecas públicas**: políticas do estado brasileiro de 1990 a 2006, 2008. 140 f. Dissertação (mestrado) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanerzi (Org.). **História da cidadania**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2005. 591 p.

PLANO NACIONAL DO LIVRO E LEITURA. Objetivos e metas. Brasília, 2006. Disponível em: Acesso em: 23 jul. 2007.

PLANO Nacional do Livro e da Leitura. Brasília: Ministério da Educação; Ministério da Cultura, 2007. 48 p.

PLANO NACIONAL DO LIVRO E DA LEITURA. Brasília: Ministério da Educação; Brasília: Ministério da Cultura, 2011.

PNLL: textos e história, 2006-2010. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 340p.

POGREBIN, Robin. New York Public Library defends plan to renovate. **New York Times**, 15 Apr. 2012. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2012/04/16/arts/design/new-york-public-library-counters-critics-of-renovation-plans.html?_r=0&adxnnl=1&pagewanted=all&adxnnlx=13858166>. Acesso em: 20 nov. 2013.

PROJETO casa de leitura no Acre recebe prêmio nacional. **Agência de notícias do Acre**, 4 fev. 2009. Disponível em:

<<http://www.agencia.acre.gov.br/index.php/noticias/educacao/7049-projeto-casas-de-leitura-no-acre-recebe-prmio-nacional.html>>. Acesso em: 9 abr. 2012.

PUTNAM, Robert D. Bowling alone: America's declining social capital. **Journal of Democracy**, v. 6, n. 1, p. 66 -78, Jan. 1995.

_____. **Bowling alone**: the collapse and revival of American and revival of American community. New York: Simon & Shuster, 2000.

RAFFAINI, Patrícia Tavares. **Esculpindo a cultura na forma Brasil**: o Departamento de Cultura de São Paulo (1935-1938). São Paulo: Humanitas, 2001.

RATTNER, Henrique. Prioridade: construir o capital social. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 2, n.21, fev. 2003. Disponível em <<http://www.espacoacademico.com.br/021/21rattner.htm>> Acesso em: 12 dez. 2014.

RECUERO, Raquel. **Comunidades virtuais** – uma abordagem teórica. Disponível em:<<http://www.bocc.ubi.pt/pag/recuero-raquel-comunidades-virtuais.html>>. Acesso em: 3 maio 2013.

RETRATOS da leitura no Brasil. 3. ed. São Paulo: Instituto Pró-livro, 2012. Disponível em: <http://www.prolivro.org.br/ipl/publier4.0/dados/anexos/2834_10.pdf>. Acesso em: 5 mai. 2013.

RIBEIRO, Darcy. **O livro dos CIEPs**. Rio de Janeiro: Bloch, 1986. 152 p.

ROSA, Flávia Goullart Mota Garcia; ODDONE, Nanci. Políticas públicas para o livro, leitura e biblioteca. **Ciência da informação**, Brasília, v. 35, n. 3, p. 183-193, set./dez. 2006.

RUBIM, Antonio Albino Canelas; ROCHA, Renata (Org). **Políticas culturais**. Salvador: EDUFBA, 2012. 182 p.

RUSSO, Mariza; SILVA Solange de Souza Alves da. Biblioteca pública em ação: o estudo de caso da Biblioteca Parque Manguinhos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis. **Anais...**Florianópolis, 2013..

RUTHERFORD, Louise L. Implementing social software in public libraries: an exploration of the issues confronting public libraries adopters of social software. **Library High Tech**, v.26, n.2, 2008.

SHERA, Jesse. **Foundations of the public library**: the origins of the public library movement in New England, 1629-1855. Chicago: University of Chicago Press, 1949.

_____. Toward a theory of librarianship and information science. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 87-97, 1973.

SILVA, Aline Gonçalves da. **A biblioteca pública como fator de inclusão social e digital: um estudo da Biblioteca Parque de Manguinhos**, 2012.119 f. Dissertação (Mestrado em

Ciência da Informação) – IBICT/UFRJ/FACC, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://tede-dep.ibict.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=120>. Acesso em: 10 nov. 2013.

SILVA, Suely Braga da. A institucionalização de organismos culturais no estado novo: pontos de reflexão. **Informare**, Rio de Janeiro, v.1, n. 2, p. 52-58, jul./dez. 1995.

SPOHNHOLZ, Regina M. Lamas Pegorano. **Atribuições de bibliotecários em bibliotecas públicas**. São Paulo: Pioneira; Brasília: INL, 1984. 66p.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Maria Helena Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SUAIDEN, Emir José. **Biblioteca pública brasileira: desempenho e perspectivas**. São Paulo: Lisa, 1980. 84p.

_____. **Biblioteca pública e a informação à comunidade**. São Paulo: Global, 1995.

_____. A biblioteca pública no contexto da sociedade da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v.29, n. 2, p.52-60, maio/ago. 2000.

_____. The social impact of public libraries. **Library Review**, v.52, n.5, 2003.

SVENDSEN, Gunnar Lind Haase. **Public libraries as breeding grounds for bonding, bridging and institutional social capital: the case of branch libraries in rural Denmark**, 2013. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/soru.12002/abstract>>. Acesso em: 25 out. 2013.

TARAPANOFF, Kira; SUAIDEN, Emir; OLIVEIRA, Cecília Leite. Funções sociais e oportunidades para profissionais da informação. **Datagramazero**, v.3, n.5, out. 2002.

TÖNNIES, Ferdinand. **Community and society**. New York: Harper-torchbook, 1957.

UNESCO. **Diretrizes da IFLA sobre os serviços da biblioteca pública**. 2.ed. rev. Lisboa: Divisão Geral dos Livros, Arquivos e das Bibliotecas, 2013.

UNESCO. **Manifesto da UNESCO para bibliotecas públicas**. 1994. Disponível em: <<http://archive.ifla.org/VII/s8/unesco/port.htm>>. Acesso em: 20 out. 2013.

_____. **Marco estratégico para a UNESCO no Brasil**. Brasília, 2006. 60 p. Disponível em: < <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001475/147544por.pdf>>. Acesso em: 20 nov.2013.

VARHEIM, Andreas. Social capital and public libraries: The need for research. **Library & Information Science Research**, v. 29, p. 416-428, 2007.

_____; STEINMO, Sven; IDE, Eisaku. Do libraries matter? Public libraries and creation of social capital. **Journal of Documentation**, v. 64, n. 6, p. 877-892, 2008.

VERRI, Gilda Maria Whitaker. **Templários da ausência em bibliotecas populares**. 2. ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.165 p.

VIANA, Lilian. Rubens Borba de Moraes e o Departamento de Cultura: novo paradigma às bibliotecas públicas brasileiras. **Revista CRB**, São Paulo, v.4, n.1, p, 99-110, abr. 2011. Disponível em: <<http://revista.crb8.org.br>>. Acesso em: 9 ago. 2013.

VOELCKER, Marta. **Uso de tecnologias da informação e comunicação em bibliotecas públicas no Brasil**. Porto Alegre: Fundação Pensamento Digital, 2013. 69p.

WALLER, Vivienne; MCSHANE, Ian. Analyzing the challenges for large public libraries in the Twenty-first Century: a case study of the State Library of Victoria in Australia. In: **First Monday**, v.13, n.12, Dec. 2008.

WEBER, Max. **Conceitos básicos de sociologia**. São Paulo: Moraes, 1987

WELLMAN, Barry. The glocal village: internet and community. **Ideas&S**, v.1, n.1, p. 26-29, 2004. Disponível em: <http://www.ideasmag.artsci.utoronto.ca/issue1_1/idea_s01-wellman.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2012.

_____; HAYTHORNTHWAITE, Caroline. **Internet in everyday life**. Oxford: Backwell, 2002.

WERSIG, Gernot; NEVELING, Ulrich. The phenomena of interest to information science. **The Information Scientist**, v.9, n.4, p.127-140, dec.1975.

WILLIAMS, Kate; DURRANCE, Joan C. Community informatics. In: **ENCYCLOPEDIA of Library and Information Sciences**. 3. ed. 2010. Disponível em: <<http://courseweb.lis.illinois.edu/~katewill/fall2011-518a/readings/williams%20durrance%202010%20elis%20community%20informatics.pdf>>. Acesso em: abr. 2012.

ANEXO 1

ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

Introdução

Prezado Sr/a _____

Estou elaborando tese de doutorado sobre biblioteca pública no Curso de Pós-graduação em Ciência da Informação da UFRJ/IBICT. Nesta tese, estudo o pensamento de intelectuais e profissionais que se destacaram pelo seu envolvimento com o tema. Por este motivo, o Sr/a foi selecionado e a sua entrevista é muito importante para a realização deste trabalho.

Agradeço antecipadamente sua preciosa colaboração.

Bloco 1: Inicialmente gostaria de obter suas opiniões sobre a biblioteca pública como instituição

Qual a sua opinião sobre a biblioteca pública como instituição no mundo atual? Quais as suas funções básicas?

O Sr/a. observou novas tendências nas reflexões sobre a atuação da biblioteca pública?

O Sr/a. acha que as novas tecnologias de informação e comunicação, especialmente o uso de computadores e da internet, tiveram impacto sobre a biblioteca pública?

Bloco 2: Agora faço algumas perguntas sobre a biblioteca pública no contexto nacional

Considerando o conjunto de bibliotecas públicas estaduais e municipais brasileiras (sem incluir a Biblioteca Nacional), em sua opinião como elas têm desempenhado as suas funções básicas?

Como tem se desenvolvido a relação entre a biblioteca e sua comunidade (utilizo o termo comunidade no seu sentido pleno e não como sinônimo de favela)?

Em sua opinião como deve se desenvolver a relação biblioteca-comunidade no desenvolvimento do hábito de leitura e no apoio à educação?

O Sr/a acha que a biblioteca pública brasileira deve ser um centro de informação para a comunidade?

(Se sim) Como? (Se não) Por quê?

Bloco 3: Por fim, algumas perguntas sobre sua experiência sobre biblioteca pública no Brasil.

O Sr/a. poderia destacar algum tema de suas reflexões e sua experiência com bibliotecas públicas?

Poderia destacar algumas experiências que o impressionaram positivamente?

Se o Sr. fosse consultado neste momento, o que mais gostaria de enfatizar na elaboração de um plano específico para as bibliotecas públicas brasileiras?

Para finalizar, o Sr/a gostaria de dar alguma sugestão para o meu trabalho de tese ou acrescentar algum comentário?

Muito obrigada pela sua colaboração!